

**A Competição Eleitoral nas Democracias Emergentes
da África Subsariana**

António Luís Loureiro de Vasconcelos Dias

**Dissertação de Mestrado em Ciência Política e Relações
Internacionais variante em Ciência Política**

Julho de 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais na variante de Ciência Política, realizada sob a orientação científica do Professor Doutor Pedro Tavares de Almeida.

RESUMO

A Competição Eleitoral das Democracias Emergente da África Subsariana

PALAVRAS-CHAVE: Eleições, Voto Étnico, Neopatrimonialismo, África Subsariana

A partir de 1990, a terceira vaga de democratização chega à África subsariana, resultando na introdução de eleições (mais) livres e (mais) justas enquanto processo de recrutamento da elite política. Não obstante esta novidade, esta tendência nem sempre implicou a mudança da elite política e, mesmo quando existiu mudança, o incumbente ganha mais eleições do que perde. Este padrão é surpreendente quando comparado com outras regiões de democratização recente, como a América do Sul ou a Europa do Leste, onde as eleições normalmente resultam na mudança da elite no poder. Esta dissertação pretende discutir por que razão o processo eleitoral tem sido mais favorável à manutenção da elites no poder do que a sua substituição, investigando dois tópicos frequentemente associados com o estudo desta região: o voto étnico e o neopatrimonialismo. Este estudo será baseado numa comparação do processo eleitoral em cinco países africanos e será centrado em duas dimensões distintas. A primeira dimensão é o resultado eleitoral e será testada a ocorrência do voto étnico. A segunda dimensão é o próprio processo eleitoral, e nesta será investigado de que forma é que as elites políticas no poder interagem com as eleições e com a campanha que as precede. Através de um estudo empírico comparado, esta dissertação tenta observar de que forma é que estas duas variáveis afectam a competição eleitoral e como interagem entre si.

ABSTRACT

The Electoral Competition of the Emerging Democracies in Sub-Saharan Africa

KEYWORDS: Elections, Ethnic Voting, Neopatrimonialism, Sub-Saharan Africa

Starting from 1990, the wave of democratization hit sub-Saharan Africa resulting in the introduction of free(r) and (more) competitive elections as the regular process of choosing the ruling political elites. Nonetheless, this tendency did not always translate into a change of political elites and, even when it did, the incumbent candidate still wins more times than not. This pattern is particularly striking when compared to other regions of recent democratization, like South America or Eastern Europe, where elections usually result in change. This paper will discuss why the electoral process has been more favourable to the maintenance of ruling political elites than their substitution, by investigating two topics commonly associated with the study of these polities: ethnic voting and neopatrimonialism. It will do this by comparing electoral processes in 5 different African countries and by focusing on two different dimensions. The first is the actual electoral process, in which it will investigate the way which ruling political elites interact with elections and the political campaign that precedes it. The second dimension is the result of the elections and it will verify if there is a case for ethnic voting. Through an empirical comparative method, the investigation will try and observe how these two variables may interact with electoral result and the with each other.

ÍNDICE

Introdução.....	1
Capítulo I: Definição de Democracia.....	6
Capítulo II: Estado da Arte.....	20
Capítulo III: Metodologia.....	74
Capítulo IV: Resultados e discussão.....	83
Conclusão.....	116
Bibliografia	119

LISTA DE ABREVIATURAS

BAM – **Botsuana Alliance Movement**

BCP – Botsuana Congress Party

BDP – Botsuana Democratic Party

BNF – Botsuana National Front

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

NDC – National Democratic Congress

NPP – New Patriotic Party

PDS – Partie Démocratique Sénégalaise

PS – Partie Socialiste

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

UPS – Union Progressiste Sénégalaise

INTRODUÇÃO

Em 1989, o despoletar de protestos de massas pressionou os líderes do Benim a liberalizarem a competição política e a permitirem eleições livres e competitivas. Estas eleições resultaram no afastamento do poder do presidente Mathieu Kérékou. Este foi o primeiro momento de uma transformação política que se iria alastrar a vários países. Em 1991, o presidente Kenneth Kaunda da Zâmbia, após quase três décadas no poder “incontestado”, abre de novo portas a eleições presidenciais livres e é substituído depois de as perder. Em 1994, após três décadas de violência, foram organizadas as primeiras eleições multipartidárias em Moçambique, que contaram com a participação do partido no poder, a FRELIMO, mas também com a maior força da oposição, a RENAMO. Estes são apenas três exemplos de um processo regional de mudança política que marcou a África subsariana entre 1989 e 1994.

Mas a mudança não foi linear nem unidireccional. A FRELIMO, não obstante a sua posição de partido do regime autoritário, vence as eleições de 1994 bem como todas as eleições da década e meia seguinte. Em 1996, Kérékou reconquista a presidência após uma vitória eleitoral considerada livre e justa e Frederick Chiluba, o líder do *Movement for Multiparty Democracy* que derrotou eleitoralmente Kaunda, é reeleito nesse mesmo ano, num acto eleitoral considerado suspeito pela comunidade internacional e pelos seus opositores.

No final deste processo complexo surgiram algumas novas democracias eleitorais, outros regimes autoritários conseguiram manter-se, embora tendo de abrir parcialmente a competição política, e poucos países conseguiram manter inalterável o seu regime. Mais importante do que isso, parece que a inovação de eleições mais (ou menos) competitivas veio para ficar, como está demonstrado no Gráfico 1.

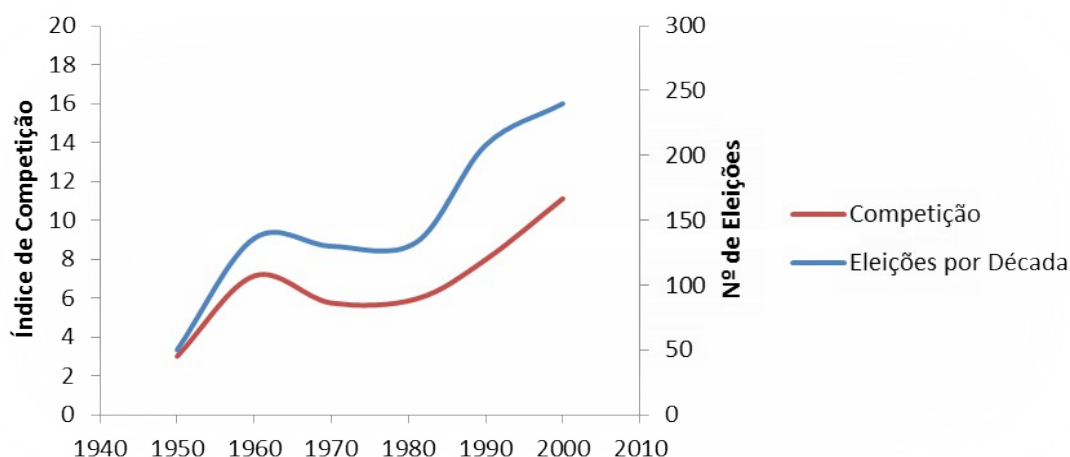


Gráfico 1 . Eleições e Média do Índice de Competição por Década na África Subsaariana.
 Fontes: Dados Eleitorais Nohlen (1999) e African Elections Databse. Índice de Competição criado pela soma das variáveis *Exrec* e *Polcomp* da Polity IV.

Estes processos de transformação política, que tomaram diferentes caminhos e resultaram em sistemas políticos diferentes, têm em comum a liberalização, menor ou maior, do acesso a cargos políticos públicos. Quer seja pela pressão da oposição, que não deixou alternativa ao líder que não fosse uma disputa nas urnas, quer seja por vontade de um líder que procurava manter o seu poder e assim antecipou o acto eleitoral para competir com uma oposição não consolidada, as eleições voltaram a ser um palco de disputa política. O interessante é que este processo de liberalização foi bastante ambíguo, como os três exemplos anteriores ilustraram.

Por um lado, deve ser ressaltada a abertura destes sistemas políticos ao multipartidarismo, pois em geral foi eliminada a barreira legal que proibia a existência de outros partidos que não o partido no poder e/ou que proibia candidaturas provenientes desses partidos. Este é um ponto essencial da competição política eleitoral e podemos ver que as eleições na década de oitenta eram na sua maioria monopartidárias (76%), mas na década seguinte a esmagadora maioria permitia a participação de mais do que um partido (97%). Esta abertura incentivou o aparecimento de novos partidos. Em 1975, o número médio de partidos legalizados na África subsariana era de 1,9 e em 1993 este número ascendeu até aos 15,9 partidos por país (Bratton & Van de Walle, 1997, p. 113). Em 93% das eleições livres e justas realizadas nesta região entre 1989 e 1994 todos os partidos da oposição tiveram a oportunidade de disputar votos.

Por outro lado, este processo parece marcado pela ambiguidade e surgiram

várias análises cépticas quanto à capacidade de uma real democratização nesta área. No final da última década do século XX, a permanência de alguns líderes do anterior regime, a crescente tendência autoritária de alguns novos líderes políticos, mesmo por parte daqueles que foram eleitos democraticamente, e a continuidade da fraude eleitoral pareciam ensombrar as perspectivas democráticas da África subsariana (Adejumobi, 2000; Baker, 1998; Bratton, 1998; Sandbrook, 1996). A ciência política começou então a olhar para o processo de liberalização que atingiu este continente como contendo vários caminhos entre diferentes extremos (Chege, 1996). Como Bratton e Van de Walle o descrevem:

At best analysts pondered thoughtfully about the sustainability of multiparty competition under conditions of ethnic fragmentation and elite corruption or at worst lapsed into apocalyptic warnings of impending civil disorder in the wake of the stalling ... winds of change. (Bratton & Van de Walle, 1997, p. 97)

Alguns dados eleitorais demonstram o sincretismo deste processo¹. Só 61,7% das eleições entre 1990 e 2007 foram consideradas livres e justas. Mesmo tendo em conta aquelas eleições consideradas justas, apenas em metade dos casos é que os perdedores aceitaram imediatamente o resultado eleitoral. Em cerca de metade (48,7%) o líder autoritário participou no jogo eleitoral e só em menos de um quinto (18,4%) das eleições nenhum dos concorrentes estava ligado de alguma forma ao regime autoritário ou ao partido único dominante. Além disso, parece existir uma grande diferença entre o vencedor das eleições e a candidatura que ficou em segundo lugar, com uma média de 58% e 23% dos votos respectivamente. Uma análise dos sistemas de partido emergentes nestes países parece indicar que quando esse sistema está consolidado tende a estar baseado num partido predominante (Lindberg, 2007).

Dentro deste contexto, é importante ter em conta a possibilidade dos participantes, nomeadamente da oposição, conseguirem de facto alcançar uma vitória eleitoral. Encontramos na Tabela 1 uma comparação das eleições que resultaram em mudança de poder na África Subsariana e noutras duas áreas de democratização recente.

¹ Estes dados foram compilados a partir da base de dados Lindberg disponível em <http://www.clas.ufl.edu/users/sil/downloads.html>.

Áreas Geográficas	Mudança	Continuidade	Meio*
África Subsariana	20,16%	71,71%	8,14%
América do Sul	46,27%	53,73%	-----
Europa Central e do Leste	72,53%	27,47%	-----

Tabela 1. Percentagem das eleições que resultaram na mudança ou na continuidade do incumbente por área geográfica entre 1990 e 2007.

* A categoria meio é atribuída quando o líder se manteve no poder mudando o partido, ou o contrário.

Fonte: (D. Nohlen, 2005; D. Nohlen & Stöver, 2010) e Base de Dados de Lindberg. Os casos da América do Sul apenas apresentam os dados entre 1990 e 2004

Como se pode constatar, um dos padrões mais distintivos destas eleições é um nível baixo de derrota do incumbente, quando comparado com as outras duas regiões. Aliada a esta predominância eleitoral do incumbente vem, em certas situações, a tendência da continuidade da elite do regime autoritário. Em geral, a expectativa da oposição ganhar eleitoralmente parece estar longe de se concretizar, não obstante a maioria destas eleições ser multipartidária e justa.

Um segundo padrão interessante que surge da comparação com as duas outras áreas é a distribuição da vitória do incumbente pelos diferentes tipos de eleições. Na Europa Central e do Leste, tanto as eleições presidenciais como parlamentares apresentam percentagens baixas de vitória nas urnas da elite no poder, 27,9% e 26,7% respectivamente. Na América do Sul, existe uma clara diferença entre a vitória do incumbente em eleições presidenciais, que ronda os 36,7%, e a vitória do incumbente em eleições parlamentares, que é de 67,6%. Por seu lado, na África Subsariana quer as eleições parlamentares, quer as presidenciais representaram vitórias para os que já detinham o poder em 72,9% e 70,7% dos casos, respectivamente. Ou seja, nesta última região a vitória do incumbente não só ocorreu mais vezes do que a sua derrota, como ocorreu independentemente do tipo de eleição. Mas como explicar isto?

Este trabalho tem como principal objectivo estudar por que razão a democratização desta região, que incluiu a introdução de formas não violentas de rotação das elites no poder (eleições), tem sido marcada pela continuidade da elite política no poder. Especificamente, este estudo centrar-se-á no momento eleitoral e procurará encontrar factores que podem explicar esta primazia do incumbente nas urnas.

Serão privilegiadas duas formas de explicação deste fenómeno. Em primeiro lugar, será investigado o lado da procura política. A justificação da vitória do partido no poder será procurada na capacidade dos líderes políticos “congelarem” o eleitorado. Ou seja, a vitória do incumbente pode ocorrer por este conseguir mobilizar sistematicamente o mesmo eleitorado. Dentro desta visão será explorada a teoria do voto étnico, ou seja, a utilização dos grupos étnicos como forma de encapsular o voto.

Em segundo lugar, será abordado o lado da oferta política. Isto porque a explicação pode estar presente na relação das elites políticas com o Estado, nomeadamente das elites no poder. Assim a vitória eleitoral é assegurada pela posição privilegiada do incumbente e pelo acesso a certos recursos estatais, mas não passa necessariamente pela fraude eleitoral.

A presente dissertação respeitará o seguinte plano. Primeiramente, será discutido o conceito de democracia e será apresentada uma forma de o operacionalizar com o intuito de separar aqueles casos que aqui serão abordados, as democracias, dos restantes. Num segundo momento, será revista a literatura sobre este tema e serão identificadas as diferentes teorias que podem explicar o fenómeno da vitória do incumbente. Posteriormente, será delineada a forma como serão testadas empiricamente as diferentes teorias encontradas. Num quarto momento, serão investigados alguns casos de estudo, tendo em conta a metodologia definida, e serão apresentados os principais resultados. Finalmente, os resultados serão discutidos e serão apresentadas algumas conclusões.

DEFINIÇÃO DE DEMOCRACIA

Antes de se prosseguir com uma análise mais detalhada da pergunta de partida será necessário atender a um ponto prévio essencial, a saber: quais os regimes que serão abordados neste estudo. Isto porque pode ocorrer um erro de análise e aquilo que surge como uma característica distintiva e algo inesperada pode não passar de uma característica expectável. Para isso basta que aquilo que se considera como democracia seja, de facto, um regime autoritário e assim esta baixa rotatividade do poder seria normal. Por isso é necessário definir o conceito de democracia que será utilizado nesta investigação e identificar as suas dimensões fundamentais, bem como a forma de identificação destas dimensões nos regimes concretos. Este capítulo tentará percorrer este percurso e depois reavaliará a pertinência da sua pergunta de partida.

O conceito de democracia pretendido neste trabalho não é um conceito exaustivo e claramente exacto, o que requereria uma investigação profunda, histórica e comparada, muito para além daquilo que é considerado útil para a presente tese. Aliás, mesmo depois de 35 anos de terceira vaga de democratização, ainda não existe um consenso claro na comunidade científica sobre o conceito de democracia (Diamond, 2002, p. 21). Por isso, uma procura exaustiva sobre um conceito claro e consensual poderia ser um acto mais improdutivo e ingénuo do que útil. O que se procura é um conceito básico que consiga identificar as componentes básicas da democracia e a sua actualização em relação à realidade, ou seja que permita a sua aplicação. Assim sendo o contributo de Robert Dahl (2006) parece ser adequado, até por ser amplamente utilizado (Karl & Schmitter, 1991, p. 71; G. O'Donnell, 1996, p. 36).

No método de Dahl para definição de democracia existe a divisão entre uma definição maximalista de democracia e uma definição descritiva que procura os pontos comuns ao conjunto de organizações que em geral são consideradas democráticas (Dahl, 2006, p. 63). O primeiro método surge como mais apropriado para esta investigação, pois procura os princípios que um sistema político deve respeitar e maximizar para ser considerado uma democracia, ou seja procura o essencial. O segundo método, podendo ser interessante em circunstâncias específicas, corre dois riscos: o primeiro de centrar a definição de democracia em formas que surgiram num determinado contexto histórico e geográfico; e o segundo de atribuir à definição de

democracia mecanismos e instituições que, embora presentes em muitos casos empíricos considerados democracias, podem não estar relacionados com nenhum dos princípios definidores de democracia. Como Schmitter e Karl relembram, existem vários mecanismos que normalmente se associam à ideia de governo democrático que não fazem parte de uma definição essencial de democracia (Karl & Schmitter, 1991, p. 72-73). Isto não significa, no entanto, que o segundo método seja inútil. É importante como forma de relacionar os princípios definidos pelo primeiro método com mecanismos reais de governação (Dahl, 2006, p. 63).

Prosseguindo com a definição de Democracia proposta por Dahl, este autor parte do que considera ser a teoria populista de democracia (Dahl, 2006, p. 34-62) e a sua procura pela maximização de dois postulados, a igualdade entre os cidadãos e a soberania popular, e tenta encontrar quais as condições necessárias para isso. O autor identifica 8 condições (Dahl, 2006, p. 67-71):

1. Todos os membros da organização exprimem a sua preferência dentro das alternativas planeadas (quer sejam líderes ou políticas).
2. Na contagem destas expressões, cada indivíduo é valorizado da mesma forma.
3. A alternativa com o maior número de votos é declarada vencedora.
4. Qualquer membro que concebe um conjunto de alternativas, ou pelo menos uma, que ele acha preferível a qualquer das alternativas apresentadas, pode inserir a sua alternativa nas apresentadas para votação.
5. Todos os indivíduos possuem a mesma informação acerca das alternativas.
6. As alternativas com maior número de votos tomam o lugar de uma alternativa com menos votos.
7. As ordens dos eleitos para cargos políticos são executadas.

8. Todas as decisões tomadas no período inter-eleitoral são subordinadas ou executadas pelos que foram eleitos, ou as novas decisões tomadas durante este período são governadas pelas sete condições anteriores.

Mas como Dahl admite:

Because human organization rarely and perhaps never reach the limit set by these eight conditions, it is necessary to interpret each of the conditions as one end of a continuum or a scale along which any given organization might be measured. Unfortunately there is at present no known way of assigning meaningful weights to the eight conditions. However, even without weights, if the eight scales could each be metricized, it would be possible and perhaps useful to establish some arbitrary but not meaningless classes of which the upper chunk might be called 'polyarchies'. (Dahl, 2006, p. 73)

Ou seja, esta definição de democracia é tão exigente que nenhum sistema político actual é capaz de a cumprir. Assim, Dahl propõe uma conceptualização que distribui os sistemas políticos existentes em oito contínuos, representado cada um por uma das oito condições identificadas. Tendo em conta a sua posição relativa ao ideal maximizado podemos identificar um determinado sistema como aproximando-se do ideal de democracia, sendo identificado então como uma poliarquia, ou não. Deixando de parte um possível debate sobre a importância da substituição do termo democracia pelo termo poliarquia, bem como um interessante estudo mais exaustivo sobre o projecto de Dahl para a Ciência Política (Karl & Schmitter, 1991, p. 75), neste trabalho assume-se que esta designação de poliarquia é adequada para retratar os sistemas políticos democráticos reais. Sendo assim, a partir deste ponto a palavra democracia será empregue tendo em conta este significado específico, o de descrever um sistema político real que cumpre os requisitos mínimos para ser considerado uma poliarquia.

Mas como definir o patamar mínimo em cada contínuo para determinar se um regime é ou não uma poliarquia? Dahl identifica sete garantias institucionais mínimas que, por caracterizarem direitos actuais e não nominais, permitem-nos colocar um determinado sistema político no âmbito das poliarquias (Dahl, 1982, p. 11), a saber:

1. O controlo sobre decisões governativas está investido constitucionalmente em órgãos eleitos.

2. Os órgãos eleitos são escolhidos frequentemente e em eleições justas nas quais a coerção é comparativamente incomum.
3. Praticamente todos os adultos têm o direito de votar nas eleições desses órgãos.
4. Praticamente todos os adultos têm o direito de se candidatarem a cargos públicos no governo, mesmo que limites de idade possam ser mais altos para os elegíveis do que para os eleitos.
5. Os cidadãos têm o direito de se expressar sobre questões políticas – incluído criticar os eleitos, o governo, o regime, a ordem socioeconómica e a ideologia prevalecente – sem o perigo de uma punição severa.
6. Os cidadãos têm o direito de procurar fontes de informação alternativas. E estas fontes existem e são protegidas pela lei.
7. Para cumprir os seus direitos, incluído os listados anteriormente, os cidadãos têm o direito de formar associações ou organizações relativamente independentes, incluindo partidos políticos e grupos de interesse independentes.

Numa recente revisão desta lista de garantias mínimas para a democracia, Schmitter e Karl (1991) adicionam mais duas alíneas, que estando subjacentes à teorização de Dahl não estavam claramente explícitas. Estas duas condições são:

8. Os órgãos eleitos têm de conseguir exercer os seus poderes constitucionais sem estarem sujeitos a um poder sobrepujante de órgãos não eleitos.
9. O sistema político deve ser independente.

A partir do contributo de Dahl² é possível obter uma definição básica de democracia, bem como um conjunto de dimensões que permitem identificar e classificar as unidades políticas existentes. Esta conceptualização tem a particularidade de compreender a democracia, não como um conceito dicotómico mas como um conceito baseado num contínuo ao longo do qual se distribuem os casos.

² Com o pequeno aditamento de Schmitter e Karl

Mas porque não partir de uma conceptualização dicotómica da democracia? Também seria possível partir de uma classificação disjuntiva dos regimes, como propõe Sartori (1987, p. 183-185). Este autor identifica as unidades políticas como sistemas, ou seja, conjuntos agregados caracterizados por princípios e mecanismos constitutivos, que podem estar presentes ou ausentes. Assim evitava-se, como argumenta Sartori, o erro de afirmar que todas as nações são democráticas em algum grau e criava-se uma tipologia clara e sem lugar para ambiguidades.

A nossa opção por uma conceptualização contínua da democracia em detrimento de uma definição disjuntiva prende-se com o objecto do presente estudo e não por uma escolha normativa por uma das duas possibilidades teóricas. Seguimos desta forma o conselho de Collier e Adcock:

“Hence, scholars should be cautious in claiming to have come up with a definitive interpretation of a concept’s meaning. It is more productive to establish an interpretation that is justified at least in part by its suitability to their immediate research goals and to the specific research tradition within which they are working”. (Collier & Adcock, 1999, p. 545)

E igualmente de Sartori:

“Whether differences are qualitative or quantitative, in kind or degree discontinuous or continuous, is a matter of logical treatment and therefore a matter of deciding which logical treatment is appropriate for what purpose.” (Sartori, 1987, p. 185)

Uma vez que a presente investigação tem como objectivo estudar casos de democratização recente, será mais útil abordar a democracia enquanto uma variável contínua. Mesmo considerando a possibilidade teórica em distinguir conceptualmente as democracias das não democracias, não parece ser tão fácil distribuir todos os casos reais de regimes políticos por estas categorias. Em geral, as tentativas de o fazer sempre se defrontaram com casos ambíguos, nomeadamente casos de transição recente.³ Assim sendo, não é do interesse deste estudo identificar taxativamente quais os regimes democráticos. O que se procura é uma forma de identificar os casos que se aproximam mais do que será a democracia perfeita.

E se parece que a Ciência Política está mais céptica em relação ao resultado das

³ Um exemplo disto está presente na classificação de Diamond (2002) nomeadamente p. 31.

transições que ocorreram as últimas décadas (Carothers, 2002) e criou várias tipologias para melhor caracterizar aqueles casos que se consideravam em transição (Brownlee, 2009; Diamond, 2002), a certeza sobre a estabilidade destes regimes não é evidente. Nem é clara a sua propensão para se distanciar de uma ordem democrática (Brownlee, 2009, p. 528; Lindberg, 2006).

O que não significa, no entanto, que não se tenha em consideração o importante contributo da literatura revisionista (e crítica) do paradigma que defendia que qualquer transição política, que fosse caracterizado pela liberalização, iria resultar na democratização. Este trabalho tenta incorporar as advertências pertinentes de Carothers (Carothers, 2002) sobre as cinco assunções erradas sobre a democratização. Sintetizando:

1. Não se assume que a transição de um regime autoritário signifique uma transição para uma democracia;
2. Este estudo não se baseia em etapas necessárias e universais implícitas no processo de democratização;
3. Não se identifica a democracia com a mera realização de eleições;
4. Esta investigação não é cega às condições subjacentes que podem condicionar o processo de transição de regime dos seus casos de estudo;
5. Nem se irá assumir a existência de Estados funcionais, ou seja capazes de manter uma determinada ordem política, em todos os países.

Por outro lado, este estudo interessa-se por aquilo que Carothers identifica como a área política cinzenta em que a maioria dos países da terceira vaga entraram (Carothers, 2002, p. 9). Como o autor descreve, estes regimes apresentam um conjunto de atributos de vida democrática, incluindo um espaço real (mesmo que limitado) para os partidos de oposição e uma sociedade civil independente, bem como eleições regulares e constituições democráticas. Mas sofrem de deficits democráticos como um baixo nível de participação cívica extra-eleitoral, o abuso da lei por parte do governo, legitimidade incerta das eleições, níveis baixos de confiança nas instituições do Estado

e uma performance institucional pobre.

É interessante notar que, não obstante esta identificação de uma área cinzenta, Carothers não cria uma tipologia de regimes, concentrando-se antes na constatação de duas síndromes que parecem afectar muitos dos países da terceira vaga. A primeira síndrome identificada é a de pluralismo fraco (*feckless pluralism*); os regimes abrem espaço para a competição política, com grandes garantias de liberdade, mas existe uma baixa participação cívica e uma grande desconfiança em relação à classe política e às instituições democráticas (Carothers, 2002, p. 10).

A segunda síndrome é de extreme interesse para o presente estudo, uma vez que identifica a política do poder dominante (*dominant power politics*)⁴. Estados que apresentam esta síndrome têm um espaço real de competição, mas existe um poder que domina o sistema e não parece existir grande expectativa de mudança de poder (Carothers, 2002, p. 11). Esta síndrome pode ser identificada com uma difusa separação entre o poder dominante e o aparelho estatal e com eleições mais dúbias, mesmo que não claramente fraudulentas.

A questão que se deve colocar é saber se é possível conciliar estas síndromes dentro de um sistema que podemos conceber como democrático, tendo em conta a definição que atrás foi proposta. Segundo Carothers, estas síndromes representam regimes em caminhos alternativos à democratização, mas será que são incompatíveis com um regime democrático? Não se nega que a persistência destes problemas afasta um país do pólo de uma democracia perfeita, mas de todos os sintomas apresentados, apenas a manipulação eleitoral pode ser considerada como incompatível com o conceito de democracia de Dahl. Portanto, compreendendo o apelo de prudência na caracterização de regimes de Carothers (e de outros autores)⁵ não se deve compreender o seu contributo como uma demonstração da ausência de democracia na maioria dos países associados à terceira vaga.

É possível identificar outros contributos que tentaram identificar na zona cinzenta da política tipologias de regimes não democráticos, embora diferentes do

⁴ Aliás, Carothers encontra este síndrome de forma prevalente na África subsariana (Carothers, 2002, p. 13)

⁵ Nomeadamente a tendência para a democracia com adjectivos (Collier & Levitsky, 1997).

autoritarismo tradicional. A sua análise também urge, pois como Sartori repara, a definição de democracia também passa pela definição do que não é democracia (Sartori, 1987, p. 182, 206-207). Assim a força da definição de democracia apresentada anteriormente pode ser testada pelo confronto com estas tipologias criadas para conceptualizar a nova realidade política emergente.

A literatura que estuda estes novos regimes não democráticos, frequentemente apelidados de híbridos, tem como principal fonte Schmitter e O'Donnell (1986) e a sua identificação de casos de certos regimes não democráticos (*democradura* e *dictablanda*). A particularidade destes regimes é que não se enquadravam dentro do cânone tradicional de regime autoritário, compilado por Juan Linz (2000), nomeadamente por organizarem eleições multipartidárias.

O interessante é que este fenómeno, que já vinha a ser estudado desde as décadas de 60 e 70, era inicialmente visto como marginal. Só no período tardio da terceira vaga é que o crescimento de regimes que não poderiam ser classificados como claramente democráticos nem tradicionalmente autoritários levou a ciência política a estudá-los mais aprofundadamente (Diamond, 2002, p. 25). Ou seja, a tendência para a democratização veio acompanhada por uma tendência ainda maior para a pseudo-democratização (Diamond, 2002, p. 27). Como Brownlee o descreve:

By the end of the twentieth century, most authoritarian regimes practiced some form of "political liberalization", a broad concept that denotes the lifting of earlier restrictions on individual expression and opposition organization. (...) Indeed, given the strong continuities of this period, it might be more accurate to call the third wave a period of plebiscitarian politics, in which liberalization measures backfired on some rulers but did not threaten other, than to consider it a period of democratization. (Brownlee, 2007, p. 6)

Mas o que caracteriza um regime híbrido? Em geral, as conceptualizações de regime híbrido partem sempre da descrição de um regime com formas democráticas mas que não possui certos atributos substanciais de democracia (Diamond, 2002, p. 22). Esta terminologia surgiu para alertar para o problema da identificação de eleições livres e justas com democracia, para demonstrar os erros conceptuais que ocorreram na busca por democracias com adjetivos (Collier & Levitsky, 1997) e, sobretudo, para refutar a ideia de que toda a forma de liberalização política conduziria à democratização (Carothers, 2002; Herbst, 2001; Levitsky & Way, 2002).

Por exemplo, a ausência de uma efectiva democratização reflecte-se na falta de liberdade e de participação nos actos eleitorais, não obstante o reconhecimento *de jure* de eleições multipartidárias. O problema é então definir o que é uma eleição substancialmente democrática, ou seja como identificar a falta de liberdade ou de inclusão em actos eleitorais concretos. Seria possível seguir o argumento de Levitsky e Way (2002) e apenas considerar como democrática uma eleição que garantiu um terreno de jogo que ofereça oportunidades claramente iguais a todos os candidatos. Mas assim provavelmente nenhum país poderia ser considerado democrático, como Dahl refere. Não obstante este facto, existe na definição de Dahl uma compreensão substancial que difere das definições criticadas por Levitsky e Way.

Este exemplo é significativo ao demonstrar que o leque de condições requeridas pela definição de Dahl não contempla apenas pela a vertente formal da democracia, mas igualmente com elementos substanciais. Assim sendo, parece que a definição de democracia apresentada, mesmo com o intuito de ser mínima, consegue ser exaustiva o suficiente para evitar uma confusão classificatória entre regimes democráticos e não democráticos.

Uma vez estabelecida a definição de democracia a ser utilizada nesta investigação é necessário agora encontrar uma forma de a operacionalizar. Para tal é necessário encontrar indicadores apropriados a cada uma das dimensões que Dahl identificou como essenciais ao regime democrático que permitam a classificação dos regimes políticos da África subsariana. Um segundo critério para a escolha de indicadores foi a sua capacidade de compreensão, ou seja serão considerados apenas dados sistemáticos e que tratem todos os casos, ou pelo menos a sua maioria⁶. Assim sendo, foram utilizadas duas principais fontes de classificação de regimes da Freedom House e da Polity IV.⁷ Em cada um dos indicadores agregados que estas organizações produzem anualmente foram procurados aqueles indicadores que melhor discriminam as dimensões essenciais de democracia identificadas. Para o caso da variável 2, que diz respeito à frequência e à equidade das eleições, foi utilizada a base de dados compilada na obra de Lindberg⁸. No Quadro 1 está representada a relação entre as variáveis e os

⁶ Enquanto que os dados da FreedomHouse abordam todos os países, a Polity IV apenas trata casos de países com população superior a 500.000 no ano mais recente.

⁷ Base de dados Disponível em <http://freedomhouse.org/> e <http://www.systemicpeace.org/polity/polity4.htm>, respectivamente.

⁸ Base de dados disponível em <http://www.clas.ufl.edu/users/sil/downloads.html>.

indicadores procurados.

Dimensões	Indicador	Valor para Democracia
Controlo do governo definido constitucionalmente pelos órgãos eleitos	Polity IV – Xcomp, Xropen	Xcomp: 2 ou 3, Xropen; 3 ou 4
Órgãos escolhidos frequentemente em eleições justas	Lindberg: Free and Fair 2	Free and Fair 2: Sim
Praticamente, todos os adultos podem votar	-----	-----
Praticamente, todos os adultos podem ser eleitos	-----	-----
Os cidadãos podem expressar-se sem medo de punição	Freedom House Civil Liberties	CL \geq 4
Os cidadãos têm o direito a fontes de informação alternativas	Freedom House Freedom of the Press	Socre \leq 50
Os cidadãos têm o direito de se organizarem de forma independente	Polity IV Parcomp Freedom House Civil Liberties	Parcomp: 3, 4 ou 5 CL \geq 4

Tabela 2. Correspondência entre as dimensões de democracia de Dahl, indicadores e o valor necessário para um regime ser considerado democrático.

Antes de prosseguir com uma análise mais detalhada da escolha de variáveis, é preciso ter em conta três notas prévias. Em primeiro lugar, não foi considerado necessário encontrar nenhum indicador específico para as dimensões 2 e 3. Já vários autores notaram que o problema de extensão do sufrágio, fulcral no caminho da democratização da Europa do século XIX e inícios e século XX, vai perder a sua importância ao longo do último século e deixa de ser um objectivo a conquistar pelas forças democráticas. Aliás, a partir do final da Guerra Fria, a organização de eleições parece pressupor a extensão universal do sufrágio. De qualquer forma, uma vez que na base de dados de Lindberg só estão consideradas eleições que, pelo menos *de jure*, protejam o direito à participação de praticamente todos os cidadãos, estas duas dimensões acabam por ser indirectamente controladas.

A segunda nota concerne a compreensão dos dados da Polity IV. Como já foi referido, os países com uma população inferior a 500 000 habitantes não são analisados

por esta base de dados. Isto significa que para os casos de Cabo Verde, São Tomé e Seicheles não existem dados reunidos. Para ultrapassar esta dificuldade, sobretudo tendo em conta a aceitação da classificação destes regimes como democráticos por parte de outros autores, nomeadamente Diamond (2002, p. 31), foram utilizados os indicadores da FreedomHouse sobre Direitos Políticos. E serão considerados democráticos se tiverem um valor igual ou superior a 4 neste indicador.

Como última nota, é preciso justificar porque não se identificaram variáveis para as duas dimensões acrescentadas por Schmitter e Karl às sete originais de Dahl. A exclusão da variável 9 justifica-se por as unidades abordadas serem Estados independentes, uma condição para a inclusão nos dados da Polity IV. Mesmo compreendendo que, na sua maioria, os Estados da África Subsaariana estão sujeitos a uma grande intervenção internacional (Wallerstein, 1979, p. 66-94; Zartman, 1976), estes não deixam de ser Estados soberanos e independentes. A exclusão da variável 8 é justificada por esta ser desnecessária. Já Schmitter e Karl (1991, p. 71) admitiam que este *item* era um refinamento da primeira dimensão identificada por Dahl e, como será discutido mais adiante, o indicador utilizado para esta dimensão tem em conta este refinamento.

Passando à análise dos indicadores escolhidos, o primeiro, o *Xrcomp*, descreve a competitividade do recrutamento do executivo, ou seja os modos prevaletentes que proporcionam aos subordinados a oportunidade de se tornarem em chefes de executivo (Marshall, Gurr, & Jagers, 2010, p. 21). Neste indicador o valor democrático será 2 (Dual/Transitional) ou 3 (Election), pois são os valores que indicam a eleição do executivo. O segundo indicador, o *Xropen*, avalia o potencial de qualquer membro da população poder ser eleito, mesmo que apenas em princípio (Marshall et al., 2010, p. 22). Neste indicador o valor associado a um regime democrático será 3 (Dual Executive – Election) e 4 (Open), pois são os únicos que asseguram a igualdade de participação de todos. De notar que quer o valor 3 neste último indicador, quer o 2 no primeiro, foram considerados por serem atribuídos a casos de transição.

Passando para a segunda dimensão, aqui o indicador encontrado foi a classificação das eleições como Livres e Justas na Base de Dados compilada por Lindberg. De notar que a classificação é baseada na sua variável dicotómica que divide

claramente entre as eleições consideradas como livres e justas e as que não foram assim consideradas pelas missões de observação eleitoral internacionais. Desta forma, foram incluídos os casos nos quais as eleições foram regulares e consideradas livres, havendo espaço, no entanto, para uma das observações eleitorais não ser considerada justa. Isto porque Lindberg cria uma outra variável onde abarca casos em que algumas instituições de observação eleitoral consideraram a eleição livre e outras não. Assim, desde que a eleição não livre na primeira categorização esteja neste patamar é aceite. Como já outros autores discutiram (Carothers, 1997; Elklit & Svensson, 1997), a avaliação internacional não é um observador objectivo por várias razões e, por vezes, a denúncia de um acto eleitoral pode ter em conta mais do que apenas a sua substância democrática. Assim dá-se este espaço de manobra para não limitar demasiado os casos. Por outro lado se a eleição não for considerada por nenhuma agência como livre e justa, esse período - ou regime - é automaticamente considerado não democrático.

A quinta e (parcialmente) a sétima dimensões foram agrupadas no mesmo indicador, pois a única fonte sistemática encontrada foi o índice de Liberdades Civis compilado pela Freedom House. Sendo um índice que agrega várias dimensões, quatro para ser exacto, as duas primeiras enquadram-se perfeitamente nas dimensões pretendidas. A primeira dimensão trata da liberdade de expressão e a segunda da liberdade de organização. A grande limitação deste indicador reside, no entanto, na agregação que faz. Assim sendo, o limite traçado para que um caso seja considerado como democrático (de ter pelo menos o ponto médio na categoria) pode ser insuficiente. No entanto, a ideia de dividir os casos a partir de um ponto médio de um contínuo é uma opção já preconizada por Dahl (Dahl, 2006, p. 84-85). Mas na ausência de uma fonte sistemática mais fiável, este indicador teve de ter sido em conta. Por isso é que na sétima dimensão se acrescenta o indicador da ParCom, que avalia a extensão da liberdade de competição de alternativas de política e de liderança (Marshall et al., 2010, p. 27), para tornar mais robusta a selecção. Serão considerados democráticos os regimes classificados com 3 (Factional), 4 (Transitional), ou 5 (*Competitive*), ou seja as categorias nas quais a supressão e/ou repressão política são incomuns.

A sexta dimensão pode ser avaliada pelo indicador “Liberdade de Imprensa” recolhido pela Freedom House. Este indicador avalia a liberdade da imprensa, bem como a capacidade desta de distribuir formas diferentes de interpretação da

actualidade. Assim, para ser considerado democrático, um regime tem de ser classificado com pelo menos o valor médio (50).

A partir destes indicadores é possível identificar as democracias na África Subsaariana. Analisando o Quadro 2, duas conclusões podem ser tiradas. Em primeiro lugar, não obstante o pessimismo de vários autores sobre a capacidade democrática da África subsariana, o fenómeno democrático nesta região, não sendo dominante, também não deve ser descartado como marginal. Partindo de uma definição mínima de democracia é possível identificar pelo menos 14 casos.

A segunda conclusão que se pode retirar de uma leitura atenta do Quadro 2 é que a pergunta de partida desta tese é pertinente e não resulta de uma má classificação dos regimes. Se considerarmos apenas os países democráticos, a média de vitória do incumbente é de 69,1%, e este número ascende aos 76,3% se tivermos em conta a vitória do partido no poder ou de um candidato próximo do incumbente cessante. É verdade que existe variação, sendo o exemplo de Cabo Verde claramente divergente dos restantes. Mas apenas quatro países têm uma percentagem de vitória eleitoral do grupo contestatário superior ao do incumbente. Esta permanência é interessante em casos como o Botsuana ou as Ilhas Maurícias, cujo processo de democratização pode ser traçado desde a década de 60 do século XX.

Outro ponto de interesse é a proximidade relativa da percentagem de manutenção no poder entre os regimes democráticos e os não democráticos. É verdade que nas democracias o incumbente perde mais vezes, mas apenas 24% das eleições nestes regimes representam uma mudança clara de poder. Se este valor for comparado com a média de todos os regimes desta região, cerca de 20%, é possível compreender que este padrão aproxima todos os países desta região.

País	Cumpre PIV	Cumpre FH CL	FH Press	Eleições Livres	Manutenção no Poder	
					S/Meio	C/ Meio
África do Sul	SS	SS	SS	L	66,60%	66,60%
Benim	SS	SS	SS	L	25,00%	75,00%
Botsuana	SS	SS	SS	L	100,00%	100,00%
Cabo Verde *	SS	SS	SS	L	37,50%	37,50%
Gana	S	SS	S	L	75,00%	75,00%
Lesoto	S	SS	S	L	66,00%	66,00%
Madagáscar	SS	SS	SS	L	54,50%	63,60%
Mali	SS	SS	SS	L	42,90%	57,10%
Maurícias	SS	SS	SS	L	37,50%	87,50%
Moçambique	SS	SS	SS	L	100,00%	100,00%
Namíbia	SS	S	SS	L	85,70%	85,70%
São Tomé *	SS	SS	SS	L	60,00%	70,00%
Seicheles *	SS	SS	S	L	100,00%	100,00%
Senegal	S	SS	SS	L	81,80%	81,80%
Total					69,10%	76,30%

Tabela 3. Países Democráticos na África subsariana e níveis de vitória do Incumbente.

SS= Cumpre sempre entre 1990-2010, S= Cumpre mas só parcialmente. L= Eleições recorrentes consideradas Livres e Justas.

Nos casos assinalados com * foi utilizado o Índice Political Rights da FreedomHouse e não os dados da Polity IV.

Uma vez estabelecido o conceito de democracia, bem como reforçada a pertinência da questão de partida, será útil procurar na literatura já produzida pela ciência política os principais factores explicativos deste fenómeno peculiar.

ESTADO DA ARTE

Uma vez comprovado que mesmo naqueles regimes que podemos considerar democráticos a vitória do incumbente continua a ser uma característica dominante na África subsariana, será preciso encontrar de que forma a literatura especializada tem tratado este tópico.

Recentemente, a preocupação da Ciência Política pela África subsariana tem sido centrada no estudo das transições que ocorreram na última década do século XX e nos regimes daí resultantes (Van de Walle, 2002) . E se é verdade que encontramos diferentes processos, como Bratton e Van de Walle (1997) identificam, alguns deles resultaram em democracias. Em geral a literatura tem vindo a reconhecer a variedade de regimes que se encontram entre os *extremos africanos* (Chege, 1996) e têm sido identificados vários desafios que se colocam aos novos regimes, mas ainda não surgiu nenhuma análise sobre o objecto de estudo aqui em apreço.

É verdade que a tendência de manutenção no poder de elites nesta região, não obstante a ocorrência de eleições, já tinha sido notada pela Ciência Política, mesmo que partindo de perspectivas diferentes da presente análise. Podem ser destacados três contributos distintos. O primeiro, partindo do estudo das elites, vem no artigo de Baker (1998) no qual o autor identifica como alguns líderes autoritários conseguiram sobreviver, mesmo após uma década de transformações e possíveis transições. É verdade que aqui a análise tende a ser céptica quanto à democratização nesta região e por isso pode basear-se em casos que não os que encontram na tabela apresentada no fim do anterior capítulo. Mas este artigo aponta já para o objecto de estudo desta análise – a capacidade de manutenção no poder dos incumbentes, não obstante a organização de eleições livres e justas - e revela o sincretismo do processo de transição do início da década de 90 do século XX.

O artigo de Baker apresenta duas conclusões interessantes sobre a constante vitória do incumbente. A primeira é de que uma análise longitudinal dos Chefes de Estado da África subsariana demonstra que em 1997 ainda existiam 20 Chefes de Estado, entre 38, que ainda se mantiveram no poder não obstante as mudanças políticas que aquela região viveu. E, de entre os 20 que se mantiveram, 18 líderes foram eleitos

“democraticamente”. Esta análise é importante pois demonstra que mesmo no período de mudança do sistema político, com a introdução de eleições livres e justas, não ocorreu de facto uma circulação profunda das elites.

A segunda conclusão diz respeito aos mecanismos que os líderes autoritários utilizaram para se manterem no poder e muitas vezes se tornarem “democráticos”. É sobretudo importante a análise de como a incumbência possibilita melhores oportunidades para ganhar uma eleição. É verdade que a análise de Baker se centra no período de transformação política e compreende apenas as primeiras eleições. Por isso alguns dos mecanismos que discute não estiveram disponíveis após este momento, como a possibilidade de antecipar ou atrasar o momento eleitoral inaugural. Outros mecanismos identificados, não sendo concordantes com as normas democráticas, não surgiram nos casos em estudos. Mesmo assim, o autor aponta outros mecanismos que poderão ter sido utilizados por incumbentes em regimes democráticos nas últimas duas décadas. A saber: a utilização de fundos públicos para a divisão da oposição; a atribuição de um espaço limitado para a contestação; e a capacidade de mobilização étnica.

Uma análise mais profunda destes mecanismos e da sua possível utilização será feita mais adiante, mas é importante notar que este artigo descreve um fenómeno próximo daquele que esta tese pretende estudar e avança com algumas explicações.

O segundo contributo que deve ser mencionado é o estudo dos sistemas partidários emergentes nestes países. De entre os vários estudos efectuados podem ser ressaltados dois (Bogaards, 2004; Lindberg, 2007) que têm indicado a tendência para a institucionalização de sistemas de partido dominante. Ou seja, a maioria dos sistemas políticos da África subsariana apresentam: *“un partido que deja atrás a todos los demás, este partido es dominante en el sentido que es considerablemente más fuerte que los otros”* (Sartori, 1994, p. 245). Utilizando a descrição de Sartori, encontramos um sistema competitivo, pois existem outros partidos com legitimidade e legalidade própria e independente, mas no qual a rotação não ocorre na prática (Sartori, 1994, p. 247). Este é um fenómeno claramente relacionado com o objecto de estudo desta dissertação.

Boggards (2004) encontra uma grande propensão para a emergência de sistemas de partido dominante nesta região, nomeadamente se for utilizada a tipologia de Sartori. Segundo o autor de entre 18 casos de estudo, 10 são sistemas de partido dominante.⁹ Mas como o próprio autor admite, não é dada qualquer explicação para este fenómeno (Bogaards, 2004, p. 193) e infelizmente não existiu uma grande preocupação em separar os casos democráticos dos restantes.

No mesmo sentido vem a principal conclusão da investigação de Lindberg (2007). Este autor afirma que é possível identificar nesta região um *trade-off* entre institucionalização de sistemas partidários em regimes democráticos e competição eleitoral (Lindberg, 2007, p. 238). Isto porque entre os 11 sistemas nos quais encontra sinais de institucionalização política, 8 são sistemas de partido dominante. Este ponto é interessante e quando forem discutidas possíveis determinantes do voto a questão da institucionalização do sistema partidário será mais aprofundada.

Estes contributos, embora próximos por identificarem parcialmente o objecto em análise, não são completamente concordantes com a análise proposta nesta dissertação. Isto porque se compararmos a descrição dos casos de Lindberg com os casos do presente estudo não encontramos uma relação evidente entre eles. Ou seja, mesmo em sistemas desestabilizados ou fluidos¹⁰ encontramos uma vitória elevada do incumbente. A grande diferença que se encontra ao dividir os casos de acordo com a tipologia do autor, é que a média de vitórias do incumbente dos sistemas fluídos é menor em 13 pontos percentuais (58,7%) quando comparado com a média dos casos de sistemas institucionalizados (71,76%). No entanto, se se tiver em conta a categoria meio, a média dos sistemas fluídos (72,39%) está apenas a 6 pontos percentuais da média dos sistemas estáveis (78,9%).

Convém relembrar que categoria *meio* foi criada¹¹ para categorizar a manutenção de elites no poder, numa de três situações: o vencedor da eleição, por exemplo presidencial, é o mesmo candidato mas concorre num partido diferente da vitória eleitoral anterior; o partido que vence é o mesmo mas com outro candidato; em

⁹ Como o método de escolha de casos de estudo passou apenas pela ocorrência de pelo menos 3 eleições legislativas consecutivas e não teve nenhum critério relativo à tipologia do sistema político, alguns dos casos são de partido dominante autoritário.

¹⁰ As formas não institucionalizadas de sistemas de partidos segundo o autor.

¹¹ Criada por Lindberg para a obra *Democracy and Elections in Africa* (Lindberg, 2006)

situações de eleições legislativas, o partido no poder manteve-se mas numa coligação diferente. E isto explica a variação que a sua inclusão (ou exclusão) provoca na análise. Assim sendo, as conclusões destes estudos, interessantes no âmbito do estudo da institucionalização partidária em situações de democratização recente, não abordam directamente a constante vitória eleitoral dos incumbentes. Isto porque a vitória do incumbente também existe em sistemas de partidos não institucionalizados.

Finalmente, será importante destacar uma outra corrente de pensamento que deverá ser tida em conta na presente investigação. A sua análise radica num momento histórico diferente - as décadas que se seguiram à independência dos países da região em análise - mas não deve ser por isso descurada. A corrente de pensamento referida defende a especificidade da democracia africana, como de partido único, e tende a analisar os primeiros momentos eleitorais que se seguiram à independência. Um bom exemplo pode ser encontrado em Morgenthau (1961, 1964). Este autor tenta demonstrar como os sistemas de partidos únicos que surgiram após a descolonização têm como principal factor explicativo as circunstâncias políticas, sociais e económicas da região.

Este contributo é importante por destacar dois fenómenos distintos e necessários para contextualizar a presente investigação. O primeiro é a dificuldade de acomodação das elites no momento da descolonização (Morgenthau, 1961, p. 296-298). A multiplicidade de identidades que representavam aliada a outras clivagens que existiam, por exemplo a clivagem que separava as elites modernas das tradicionais, dificultava qualquer processo de unificação que poderia ocorrer. Mais importante ainda, estas elites tiveram um curta história de acesso a cargos de poder, um vez que a sua incorporação nas estruturas coloniais oficiais foi tardia, ocorrendo apenas após Segunda Guerra Mundial (Hargreaves, 1990; Shipway, 2008).

Este é um elemento importante se tivermos em conta as contribuições de Higley, nomeadamente a sua tese de que a existência de elites unificadas é necessária para se criar um regime estável e baseado na alternância dos que ocupam os cargos de poder (Higley, 2010, p. 20-22). Num cenário de elites desunidas, a alternância no poder político dificilmente pode suceder de forma pacífica e consensual, sendo procuradas formas alternativas de obter o poder. Seguindo esta argumentação, a frequência de

golpes de Estado a África subsariana após a descolonização demonstra como as elites políticas estavam desunidas na maioria dos países.

O segundo fenómeno que o contributo de Morgenthau destaca é a capacidade de alguns partidos serem mais activos e penetrarem de forma mais extensiva o território do que o próprio Estado. Este é um ponto a ter em conta e a sua génese radica na história colonial destes países, bem como nos processos de expansão da participação. Por exemplo, aquando as autoridades coloniais francesas e britânicas decidiram alargar o sufrágio, foram os partidos políticos, criados naquela altura para aproveitar as novas oportunidades de participação, que efectuaram o recenseamento eleitoral (Shipway, 2008, p. 229). Paralelamente, os movimentos de libertação das colónias portuguesas tiveram que criar estruturas locais em que se apoiar e muitas vezes conseguiram dessa forma penetrar nos territórios (Hargreaves, 1990, p. 215-216).

E como o autor identifica, os partidos políticos eram a única estrutura política moderna completamente africanizada na altura da independência (Morgenthau, 1961, p. 294). Pois noutras esferas, nomeadamente a da administração pública e a do governo, ainda existiam lastros do domínio colonial. Em muitos casos, deste contexto surgiu um partido político que conseguiu reunir o apoio da maioria da população e que era ao mesmo tempo a principal estrutura política com uma ampla implantação territorial. Isto não significa, no entanto, que este partido se tenha consolidado e controlado a vida política nacional após a independência. Aliás, vários países seguiram caminhos de grande instabilidade política nas suas primeiras décadas de independência.

O mais importante a reter deste contributo reside no facto de alertar para o fenómeno da não rotatividade das elites no poder, não obstante a abertura do espaço de competição. É possível estabelecer um paralelo entre a abertura do espaço político vivida nas últimas décadas dos impérios africanos inglês e francês e nos primeiros anos de independência e a abertura que ocorreu no final do século XX. É interessante como nestes diferentes momentos históricos estas aberturas não corresponderam necessariamente à criação de espaços políticos competitivos, nos quais a rotatividade das elites era assegurada pela competição entre diferentes partidos. E em ambos surgiu uma tendência para a criação de partidos dominantes ou únicos.

Este contributo é igualmente interessante por referir duas possíveis explicações para este fenómeno. Morgenthau defende que, como o aparelho estatal criado não foi o responsável pela mobilização e a incorporação das diferentes populações, coube aos partidos liderar este processo. E como a grande causa de mobilização foi a independência, geralmente surgiu um grupo capaz de executar tal tarefa e que acabou por se substituir ao Estado em algumas funções, nomeadamente de integração. Em segundo lugar, o autor destaca a importância da diversidade das populações e a sua não inclusão nas economias nacionais, ou seja a separação das esferas económicas e políticas em que a maioria dos indivíduos participava da esfera nacional. Esta diversidade étnica incentivou os partidos políticos a basearem as suas estratégias de mobilização no apelo a essas identidades sub-nacionais.

Morgenthau argumenta que a instauração de um regime de partido único é conducente à democratização, uma vez que cria um espaço nacional unificado. E, segundo o autor, a ausência de competição inter-partidária era compensada pela competição interna ao partido único. Ou seja:

There are, in the mass party states of West Africa, obstacles to the growth of democracy, as in most other parts of the world. But on balance, to a much greater extent than the colonial governments which they succeeded, the mass party states rest on popular consent, strengthen procedures and institutions on a scale essential for accomplishing the tasks of the modern democratic state, reflect egalitarian values and leave room for the expression of opposition.
(Morgenthau, 1961, p. 307)

No mesmo sentido desta análise vem o estudo de Lavrov sobre a institucionalização dos partidos políticos na África negra nas décadas de 60 e 70 (Lavrov, 1975). Esta análise aproxima-se da análise de Morgenthau na identificação do padrão de partido único como forma dominante da política africana. O interessante desta análise é que é mais crítica sobre a verdadeira essência do mito da democracia do partido único e não reconhece os fundamentos democráticos dos regimes políticos africanos. De qualquer forma este autor concorda que os partidos únicos foram os mecanismos encontrados para ultrapassar as divisões entre as elites e ultrapassar lacunas da estrutura do Estado colonial.

Esta análise sucinta destas três perspectivas da Ciência Política demonstrou que o objecto desta dissertação ainda não foi explorado pela literatura académica. Não

significa isto que algumas análises daqueles regimes não possam ser úteis como bases para uma investigação mais aprofundada. Mas se o que se procura é analisar a constante vitória do incumbente em eleições, é necessário integrar outros contributos teóricos. E estes têm de explicar ou a manutenção/fixação do voto ou a capacidade das elites no poder de conservarem a sua posição privilegiada.

Começando pelo primeiro aspecto, um dos principais contributos da Ciência Política para explicar a fixação de um determinado eleitorado é o de Rokkan e Lipset (1992). Este estudo clássico tem como principal objectivo explicar as estruturas partidárias que emergiram ao longo do século XX na Europa Ocidental, tanto na sua variação entre países como nos pontos em comum. Particularmente, estes autores tentaram explicar o “congelamento” do voto em três países nórdicos (Suécia, Noruega e Dinamarca) nos quais o Partido Social Democrata vai dominar a vida política entre o final da Segunda Guerra Mundial e a década de 1960.

O interessante nesta análise é a forma como critica os observadores dos anos 50 que temiam o desenvolvimento de partidos permanentemente maioritários, nomeadamente aqueles que “[a]rgumentavam que os partidos no governo tinham todas as vantagens e podiam mobilizar tantos recursos estratégicos que a oposição podia ser deixada sem poder para sempre” (Lipset & Rokkan, 1992, p. 245)

Por isso afirmam:

Esperamos lançar alguma luz sobre as origens e o «congelamento» dos diferentes tipos de sistemas partidários e pretendemos reunir material para análises comparativas dos alinhamentos actuais dos eleitores em torno dos «conjuntos» historicamente considerados em diversos sistemas. (Lipset & Rokkan, 1992, p. 163)

Ou seja, a explicação procurada não se centra na capacidade do incumbente utilizar os recursos que dispõe para se manter no poder, mas compreender que estes sistemas reflectem conjuntos de opções historicamente definidos que se apresentam aos eleitores e que se prolongam pelo tempo. Assim sendo, prosseguem a sua investigação partindo de três conjuntos de questões:

1. O primeiro sobre a génese do sistema de contrastes e clivagens no seio

da comunidade nacional;

2. O segundo conjunto sobre as condições de desenvolvimento de um sistema estável de clivagens e oposições na vida política nacional;
3. O último sobre o comportamento de massas dos cidadãos nos sistemas partidários resultantes.

Este conjunto de questões é importante para esta investigação, pois tenta compreender a ligação entre eleitores e sistemas de partidos. É verdade que esta análise histórica, centrando-se na Europa ocidental, se afasta da análise proposta nesta dissertação. Mas, não deixa de ser uma referência essencial, por duas razões. A primeira justificação reside na sua capacidade de explicar os sistemas de partidos emergentes através da conjugação de clivagens sociais e económicas com actores e grupos políticos específicos. E se esta lógica *desenvovimentista*, como caracterizam os autores (Lipset & Rokkan, 1992, p. 162), não será possível no presente trabalho para os casos em análise, será um pano de fundo fundamental para a análise da evolução do voto. A segunda razão para a incorporação deste estudo deve-se à sua análise específica da interacção entre a função integradora dos partidos na esfera nacional e a sua componente conflitual.

Sobre o primeiro aspecto, o estudo de Lipset e Rokkan consegue sintetizar as interações entre os indivíduos, as associações e o sistema político em três momentos. Na forma como as comunidades/organizações podem influenciar o sistema político e os líderes governamentais no sentido do desenvolvimento de um sistema de partidos aberto à competição. Como os indivíduos e as famílias estão dispostos a serem mobilizados pelas organizações e comunidades, no sentido em que se estabeleçam laços distintos de participação e identificação. E, finalmente, as regularidades nas ligações entre indivíduos ou famílias e as agências territoriais do governo, nomeadamente enquanto votantes.

A partir destes três momentos é possível então: ver a partir de quais interações entre diferentes comunidades é que surgiram as clivagens; seguir a transformação dessas comunidades em formas de representação partidária e ver de que forma os partidos se apoiaram sobre determinadas identidades enquanto mitigavam outras.

Finalmente, e como derradeira tarefa, cabe-nos reunir todos estes dados dispersos para darmos conta da análise das trocas L-G [Indivíduos/famílias - Governo/sistema político] na operação das eleições e no recrutamento de representantes: até que ponto reflectem as distribuições eleitorais clivagens estruturais numa dada sociedade; como é afectado o comportamento eleitoral pelo estreitamento das alternativas introduzidas pelos sistemas partidários (...)? (Lipset & Rokkan, 1992, p. 173)

Ou seja, existe um mapeamento das relações entre indivíduos e sistema partidário que concebe uma relação bilateral. Assim sendo, o sistema partidário não é exclusivamente resultante de uma diferenciação de uma comunidade, nem da vontade de actores políticos, mas antes parte da síntese destes dois factores. Este contributo teórico clássico pode parecer desnecessariamente formal e distante da realidade que se quer estudar - a experiência política recente da África subsariana - mas não deve ser descurado. Pois tenta ligar tanto elites como não-elites e assim compreender a ancoragem do voto. E tenta encontrar esta ligação num meio termo entre visões mercantilistas do voto, centradas no eleitor mediano e no mercado político livre (Downs, 1957), e visões identitárias do voto, que se preocupam de forma determinística a assumir as características do eleitorado como explicações exclusivas do voto (Horowitz, 2005).

Uma questão que deve ser colocada ao uso do trabalho de Lipset e Rokkan neste contexto, prende-se com a adequação desta análise a unidades políticas cujos sistemas partidários não são institucionalizados. Não será a fluidez de alguns sistemas partidários a analisar uma demonstração da incompatibilidade desta teoria a outros contextos, nomeadamente o da África subsariana no final do século XX e início do século XXI?

A presente análise da teoria das clivagens de Lipset e Rokkan responde negativamente a esta questão, pois compreende que esta teorização não está simplesmente baseada em sistemas partidários. Como os dois autores referem, a ligação entre eleitorado e elites que concorrem a eleições baseia-se em conjuntos historicamente definidos de alternativas políticas. Estes conjuntos são provenientes de contrastes dentro da comunidade nacional que são mobilizados por actores políticos influentes. Na experiência europeia esta mobilização de determinados contrastes ou clivagens e a criação de alternativas políticas historicamente definidas sedimentou-se

na criação de um sistema partidário estável.

Mas será que é necessário que estes conjuntos de alternativas construam organizações partidárias? É possível que estas alternativas continuem a ser claramente distintas mesmo que não associadas a determinadas estruturas partidárias diferentes, nomeadamente em casos de sistemas partidários pouco institucionalizados e com partidos relativamente fracos como os sistemas partidários das democracias emergentes da África subsariana (Hagopian, 2007). Claro que esta fraqueza pode afectar a eficácia da mobilização contínua dos cidadãos, mas não significa que tal seja impossível. E isto poderia explicar como existem sistemas partidários fluídos com uma elevada vitória do incumbente. Ou seja nesses sistemas pode ocorrer que é o líder incumbente que continua associado a um dos conjuntos de alternativas, mesmo que o partido não esteja associado.

Assim sendo, o quadro de análise de Rokkan e Lipset pode ser útil para compreender a competição eleitoral na África Subsariana, pois a sua compreensão da ligação estável e contínua entre eleitores e eleitos passa pela construção de alternativas historicamente definidas e pela manutenção da distinção entre essas alternativas. A questão é saber se esta ligação pode ocorrer mesmo na ausência de estruturas partidárias fortes. Mas antes de prosseguir com a identificação de possíveis alternativas à organização partidária é importante destacar ainda outro aspecto.

O segundo aspecto desta obra que deve ser ressaltado é a sua análise da função integradora dos partidos políticos. Se, em geral, à ideia de partido se associa a de divisão da população, estes dois autores também referiram o seu papel na integração nacional. Isto porque estas organizações foram essenciais na mobilização e integração das comunidades locais no âmbito nacional, através da construção de uma rede de canais de comunicação inter-local. Os autores indicam que os partidos únicos em cenários pós-coloniais muitas vezes tentaram cumprir essa função (Lipset & Rokkan, 1992, p. 166), num paralelismo claro com os contributos de Morgenthau e Lavrov já referidos.

Ao mesmo tempo os partidos políticos europeus promoveram a unidade nacional ao diferenciar a legitimidade do regime e a legitimidade do partido. Desta

forma os partidos criavam um espaço maior do que os próprios partidos – o regime político –, ao qual todos os que eram mobilizados pelos partidos eram encorajados a atribuir uma lealdade distinta e independente da filiação sua partidária. Ou seja, mesmo os opositores partidários partilhavam a lealdade perante o regime. Mas, como os autores notam, em regimes de partido único esta distinção não é feita, pois não é possível ao indivíduo fazer esta distinção entre lealdades, devido à dificuldade em distinguir claramente o aparelho partidário do aparelho estatal.

Este ponto é relevante, pois alerta para uma outra fonte de fixação eleitoral. Como já foi referido, a história política dos partidos na África subsariana está ligada à criação de partidos únicos e/ou predominantes. Nestes casos pode dar-se a ausência de uma demarcação entre legitimidade do actor político no poder e legitimidade do regime político no qual actua. Assim é possível que o eleitorado considere que o voto no incumbente não é apenas o voto numa alternativa dentro de um regime, mas uma demonstração de apoio ao regime em si. Ou então, é possível que o governante considere que certas regras que constituem o regime político podem ser alteradas por ele para seu benefício. A discussão mais detalhada sobre a dificuldade em diferenciar a legitimidade pessoal do governante e do regime será retomada mais adiante, mas é importante referir que o trabalho de Rokkan e de Lipset já avançava com boas indicações para compreender tal fenómeno.

Regressando às possíveis determinantes da fixação eleitoral nas democracias emergentes da África subsariana, uma vez encontrado um esquema de análise a partir do qual se irá abordar este fenómeno, será preciso identificar que clivagens ou contrastes é que operam nestes sistemas políticos. Isto porque as clivagens encontradas por Rokkan e Lipset são derivadas de contingências históricas específicas, não só ao contexto europeu, mas como a certos países da Europa ocidental. Se é possível encontrar exemplos de 'Revolução Nacional' e 'Revolução Industrial', os dois momentos que impulsionaram as quatro clivagens essenciais segundo os autores (Lipset & Rokkan, 1992, p. 182), fora do contexto europeu dificilmente se consegue encontrar esse paralelismo em relação aos contextos específicos analisados. Ou seja, dificilmente se encontra uma situação de crispação entre igreja católica e Estado moderno ou dealiança entre proprietários rurais e industriais que seja comparável com o contexto europeu. E, segundo os autores, foram estes factores específicos que

determinaram a constelação de estruturas de clivagem diferenciadas na Europa.

É verdade que Rokkan e Lipset identificam uma clivagem que é transversal a todos os sistemas partidários europeus: a clivagem entre o factor de produção trabalho e o factor capital (Lipset & Rokkan, 1992, p. 192). Mas a aplicação dessa clivagem a outros cenários coloca alguns problemas devido a diferentes modelos de desenvolvimento económico. Por exemplo, a sua utilização na América Latina foi posta em caso na obra *Capitalist Development & Democracy* (Rueschemeyer, Stephens, & Stephens, 1992). Os seus autores demonstraram como a revolução industrial no contexto da América Latina teve um efeito diferente ao alterar as condições de aliança entre proprietários rurais e empresários industriais. Assim sendo parece que esta clivagem dificilmente poderá ser utilizada como base para um estudo da fixação eleitoral em contextos extra-europeus. Sobretudo em contextos nos quais a industrialização teve um impacto menor, como na África subsariana. Aliás, alguns estudos sobre ideologia e programas políticos eleitorais desta região notam como é impossível identificar uma clivagem esquerda-direita que represente o conflito económico entre patrões e assalariados (Conroy-Krutz & Lewis, 2011).

É interessante, no entanto, ter em conta o processo que Rokkan e Lipset designam por 'Revolução Nacional' e a forma como este pode ter moldado o campo das alternativas políticas. Se dificilmente se pode encontrar um processo semelhante à revolução industrial europeia, é possível identificar um processo de revolução nacional na região em estudo. Sem dúvida que este processo decorreu em moldes bastante diferentes do que no caso europeu, mas este processo teve o mesmo resultado de forçar *“círculos ainda mais vastos da população territorial a tomar partido em conflitos sobre valores e identidades culturais”* (Lipset & Rokkan, 1992, p. 189).

Tendo em conta a literatura sobre a história do Estado colonial na África subsariana, este processo pode ter mais importância na estruturação do campo actual de alternativas políticas desta região do que teve em solo europeu. Isto porque, como já foi referido, o Estado colonial nunca assumiu uma função integradora, pelo menos ao nível identitário, e só tardiamente, em inícios do século XX, assumiu a função integradora no ponto de vista socio-económico. Na Europa o processo de criação de uma estrutura sócio-económica e de um aparelho burocrático que englobasse todo o território do

Estado foi acompanhado da criação de uma identidade nacional que lhe correspondesse. Aliás, alguns autores até afirmam que a criação desta identidade cultural homogénea é necessária para a criação das outras duas estruturas (Gellner, 2004).

Já na África subsariana a expansão do aparelho burocrático e das estruturas sócio-económicas foi acompanhada, inicialmente, de uma divisão da população por diferentes identidades e sempre com a preocupação de nunca fazer corresponder uma única identidade ao alcance total do aparelho burocrático (Shipway, 2008, p. 22). Assim sendo, enquanto a estrutura do Estado foi colonial, dois dos três pilares do nacionalismo identificados por Gellner (2004), homogeneidade e literacia, estiveram ausentes.

O processo de criação de uma identidade única para todo o território do Estado só surgiu na África subsariana após a descolonização. E, frequentemente, este processo foi minado pela necessidade de apelar a identidades sub-nacionais de forma a garantir a mobilização eleitoral. Assim sendo, espera-se que as clivagens que opunham a periferia ao centro político representem um factor importante para a mobilização eleitoral. Como Van de Walle escreve:

Many observers have noted that most parties have adopted a vague populism during elections, and pitch their campaigns around their opposition to corruption, services for the population and general, if vague, promises of a better future. (...) Instead, election campaigns have been conducted almost entirely on the basis of personal and ethno-regional appeals for support. Marina Ottaway has argued that, with the end of the Cold War, 'the absence of ideological or programmatic differences left ethnicity as the major characteristic by which the various parties could differentiate themselves'. In most countries, the single most important factor explaining party loyalty is ethnicity or region, and ethnic identity provides a remarkably precise prediction of voting behaviour. (Van de Walle, 2003, p. 305)

Etnicidade Como Clivagem

A Ciência Política quando aborda a mobilização dos cidadãos da África subsariana, bem como de outras regiões colonizadas, aponta para a importância das identidades sub-nacionais, nomeadamente étnicas, linguísticas ou religiosas, como factor explicativo. Exemplo disso é a análise de Scarrit e Mozaffar (1999), que partem

da teoria das clivagens de Rokkan e Lipset e procuram as clivagens que operam na competição democrática da África contemporânea. Neste artigo os autores concluem que apenas as clivagens entre cidade-campo e centro-periferia podem ser encontradas e que a clivagem centro-periferia toma a forma de competição étnica e que esta domina toda a competição política.

Assim sendo, será preciso compreender o que é uma etnia e de que forma é que pode influenciar a mobilização eleitoral e através dela a competição política. Não obstante a abundante literatura das ciências sociais que aborda as comunidades étnicas, é difícil encontrar uma definição clara e universal de etnia. Isto porque este conceito tende a ser diferente, dependendo da perspectiva que se adota, bem como do aspecto étnico que se quer estudar – o conflito violento étnico, a votação étnica ou a formação de identidades étnicas. No entanto, é possível identificar uma definição mínima de etnia partindo de três componentes: (1) a existência de uma comunidade específica com um sentido de pertença colectivo; (2) a adesão a essa comunidade depende geralmente da linhagem familiar ou local; (3) e essa comunidade é distinta das outras comunidades pelo menos por um marcador étnico, isto é um factor (língua, história, cultura, raça ou religião) que essa comunidade partilha (Horowitz, 2005, p. 53; Varshney, 2007, p. 277). No entanto, a esta comunidade não corresponde um Estado próprio e pode nem sequer existir a reivindicação de independência por parte desta comunidade, o que diferencia uma etnia de uma nação. Será designado como mobilização política de uma etnia a capacidade de organização da actuação política de uma comunidade étnica, em particular no regime político em que se insere.

Esta definição mínima implica que existem três pressupostos que normalmente são associados à ideia de etnia, nomeadamente no contexto de mobilização étnico-política, que não fazem parte do conceito de etnia, a saber: a dimensão do grupo, o seu estatuto social e a sua posição sócio-económica. Uma vez que a literatura sobre a etnicidade está centrada na experiência histórica europeia, estas três características estão subjacentes a qualquer ideia de grupo étnico. Isto porque na no velho continente, em geral, associa-se comunidade étnica a uma comunidade minoritária do ponto de vista demográfico, com um estatuto social inferior e economicamente desfavorecida ou periférica (Michael Hechter & Levi, 1979; Ragin, 1979).

Mas no caso da África subsariana esta situação raramente se apresenta desta forma, quer seja pela fraqueza da identidade nacional destes países, frequentemente explicada pela força de várias comunidades étnicas, quer seja pelo facto de nestes casos se discutir a competição étnica não entre um subgrupo nacional e o grupo nacional, mas entre subgrupos nacionais distintos. Ou seja aqui a mobilização não é de um grupo minoritário contra o Estado-nação, mas de grupos étnicos diferentes, em que nenhum deles representa o Estado-nação, nem tem tal pretensão.

A segunda característica normalmente associada à mobilização étnica é do seu estatuto social diferenciado. Isto é, normalmente a uma determinada comunidade étnica é associado um determinado estatuto social dentro da comunidade relativamente a outras etnias. Estas concepções partem da noção weberiana de estatuto social, mais especificamente:

[W]e wish to designate as 'status situation' every typical component of the life fate of men that is determined by a specific, positive or negative, social estimation of honor. This honor may be connected with any quality shared by a plurality ... (Weber, 1946, p. 186)

A cada etnia é atribuído um lugar com valor num *ranking* entre as etnias, ou seja estas estão hierarquizadas, com uma conotação positiva ou negativa. O exemplo extremo deste tipo de hierarquia será o sistema de casta, no qual a estrutura de estatuto claramente definida vai criar ligações entre diferentes comunidades, ou seja entre diferentes etnias (Weber, 1946, p. 189). Mas alguns autores, nomeadamente Horowitz (2005), já notaram que na generalidade dos casos africanos e asiáticos a competição étnica é baseada em sistemas não hierarquizados. Aliás, frequentemente esse é o caso na África subsariana, no qual a relação entre grupos tende a assumir uma forma de coexistência horizontal e desconectada.

A última característica associada à mobilização política da etnicidade, relacionada com a anterior, é a sua coincidência com linhas de classe. Ou seja, leituras marxistas das relações étnicas tendem a supor que as linhas que dividem diferentes etnias representam diferenças de classe (Michael Hechter, 1977). Mas não parece existir muita evidência que essa seja uma característica essencial de formas de mobilização étnica. Aliás as identidades étnicas são frequentemente conotadas com

sociedades pré-industriais, ou seja nas quais as clivagens funcionais, sendo a principal a clivagem de classes, não têm importância. Já Rokkan e Lipset argumentavam que, com a modernização política, as clivagens funcionais ou económicas vão substituir as clivagens identitárias como as principais clivagens a actuar no campo político (Lipset & Rokkan, 1992, p. 178-180).

Uma vez identificado o conceito de etnia a ser utilizado nesta investigação e delimitados alguns dos seus limites, será preciso procurar na produção científica das ciências sociais de que forma é que as comunidades étnicas podem afectar a competição política. É preciso, no entanto, ter em conta dois pontos. O primeiro é que as teorias que serão abordadas têm como objectivo explicar como é que a existência de diferentes etnias num determinado regime pode afectar a competição política, nomeadamente a eleitoral, e não em que condições é que determinada etnia pode ter sucesso ou insucesso na sua mobilização.

O segundo ponto a ter em consideração é a diversidade conceptual acerca da etnicidade. Como já foi referido, existem diferentes conceitos de etnia e o conceito que foi atrás avançado tenta resumir os pontos em comum de diferentes contributos. No entanto, as diferenças que existem sobre a análise do impacto da diferenciação étnica na competição política correspondem igualmente a diferenças conceptuais de etnia. Por isso, uma revisão das diferentes perspectivas sobre este assunto tem de passar igualmente por uma revisão de diferentes concepções de comunidade étnica.

Seguindo Varshney (2007) é possível identificar quatro grandes correntes que explicam a competição política entre diferentes comunidades étnicas. A primeira corrente, denominada de essencialista ou primordialista (Connor, 1972; Geertz, 1963; Petersen, 2002; Shils, 1957), tende a compreender as comunidades étnicas como parte da natureza humana, frequentes em sociedades pré-modernas e essencialmente exclusivas. Mais precisamente estas concepções encontravam na longa história das etnias as razões para as dificuldades de construir identidades nacionais em novos países. Ou seja, as identidades étnicas são vistas como hostis a qualquer supra-identidade que as possa aglomerar, como uma identidade nacional, bem como a outras comunidade étnicas, provavelmente devido a problemas históricos de “ódios imemoriais”. Esta concepção pode ser concebida como exclusiva e valorativa, no

sentido em que não é compatível com outras identidades e encontra na identidade étnica um valor em si.

Assim sendo, a competição étnica surge pela incompatibilidade de coexistência de diferentes identidades étnicas no interior do mesmo regime político e estrutura económica correspondente, e existe uma tentativa por parte de cada comunidade de tomar o monopólio do aparelho estatal. Esta perspectiva surgiu no momento da descolonização que se seguiu à Segunda Guerra Mundial e foi utilizada como forma de compreender a dificuldade de integração nacional dos novos países, bem como os conflitos que ali surgiram.

A segunda corrente, denominada de instrumentalista (Bates, 1983; Chandra, 2007; M. Hechter, 1986; Michael Hechter, 1977; Rabushka & Shepsle, 1972), compreende uma comunidade étnica como um instrumento para ultrapassar o dilema da acção colectiva e, assim, uma etnia não é mais do que uma máscara que esconde os reais interesses daquela comunidade. Assim sendo as etnias não são inerentes às comunidades humanas e não representam nenhum estatuto social inerente. Apenas quando existe uma oportunidade de conquistar o poder político é que os principais líderes políticos vão definir uma comunidade étnica e conceder-lhe um valor social. Esta concepção vê na etnia um carácter inclusivo mas não valorativo.

Partindo desta concepção de etnia, o instrumentalismo identifica a competição étnica como uma dissimulação de outra forma de competição (por exemplo de recursos) ou de clivagem (como de classe). Ou seja a competição étnica, em si, não representa uma forma específica de competição política. Esta tendência é essencialmente utilizada por abordagens marxistas ou no campo específico no conflito armado étnico, nomeadamente para explicar a ocorrência de guerras civis.

A terceira corrente que pode ser identificada, nomeada de construtivista (Anderson, 2005; Hobsbawm & Ranger, 1992; Mamdani, 1996; Suny, 2001; Vail, 1989), identifica as identidades étnicas como resultado do processo de modernização, de forma semelhante ao processo de construção da identidade nacional. Esta teoria tende a separar as identidades étnicas pré-modernas e as etnias que surgem na modernidade, não por negarem uma ligação entre estas, mas por argumentar que

correspondem a espaços diferentes. Enquanto que as primeiras se centravam em estruturas sociais, económicas e culturais locais e/ou regionais, as segundas focam o espaço nacional e, por vezes, internacional. Desta forma, as identidades étnicas não são estanques, pois são (re)construídas ao longo da História, mas também não são um mero instrumento para a conquista do poder, pois representam em si um valor. Este tipo de estudo teve sucesso em cenários coloniais por conseguir identificar as formas como o Estado colonial, inadvertidamente, estimulou e consolidou algumas comunidades étnicas. É uma concepção da etnia inclusiva e valorativa.

Para esta concepção a competição política étnica surge como um factor no campo político historicamente definido. A competição étnica não pode, por isso, ser completamente manipulada pelos actores políticos, mas pode ser institucionalizada e interiorizada no regime político. Ou seja, está entre uma visão essencialista que defende que a competição étnica existe pela incompatibilidade de congregar diferentes etnias no mesmo Estado, e uma visão instrumental que argumenta que as etnias são meros instrumentos acessórios aos reais interesses políticos.

A última corrente identificada por Varshney, denominada de institucionalismo (Horowitz, 2003, 2005; Lijphart, 1977, 2008; Varshney, 2003), é a que mais difere das anteriores, pois a sua tónica de análise não é a a etnicidade em si, mas antes as condições em que esta consegue ser pacífica ou violenta. Por isso, não existe uma concepção específica de etnia para esta corrente, que utiliza as abordagens anteriormente destacadas.

Segunda esta corrente, a capacidade de pacificar a competição étnica depende das instituições políticas que o regime possui. Se o sistema político permitir uma combinação adequada das diferentes lealdades, então a competição étnica será integrada no sistema político de forma pacífica.

Esta síntese das diferentes teorias sobre etnicidade permite concluir que a produção académica sobre esta tema, mesmo partindo de concepções de etnia diferentes, espera sempre que a etnicidade traga competição étnica e que esta esteja espelhada no campo político e possa ser considerada uma fonte de fixação do voto. É preciso, no entanto, explorar um pouco melhor de que forma é que isto pode ocorrer.

Mas para proceder a tal análise é necessário excluir o institucionalismo, pois este centra-se na análise das condições que permitem ou não a institucionalização do conflito étnico pacífico num determinado regime. Uma vez que o objecto de estudo da actual dissertação são democracias, significa que, pelo menos no período em análise, este conflito tomou sempre uma forma pacífica, portanto as conclusões principais do institucionalismo tornam-se irrelevantes.

No entanto, existe um debate da literatura institucionalista de interesse para a actual investigação. Um dos temas tratados por esta perspectiva é a escolha das melhores instituições democráticas para sociedades divididas de forma a permitir que o conflito étnico, a existir, seja pacífico e integrado no sistema político. Dentro deste debate destacam-se duas correntes.

A primeira, designada de consensual, defende que em sociedades divididas etnicamente devem ser escolhidas instituições que aceitam e integrem estas divisões segundo um princípio de partilha de poder a nível nacional entre as elites dos diferentes grupos e de autonomia interna de cada um dos grupos, nomeadamente a nível de políticas culturais e de educação que garantam o respeito das particularidades de cada uma das comunidades (Lijphart, 2008). Estes dois princípios são garantidos por quatro características da democracia consensual (Lijphart, 1977, p. 25-44): (1) uma grande coligação entre as elites dos diferentes grupos; (2) capacidade de veto mútuo na tomada de decisões; (3) proporcionalidade étnica na distribuição de certas oportunidades e cargos públicos; (4) autonomia étnica, pela criação de sistemas federais ou de regiões autónomas.

Contrariando esta visão, aparece uma outra corrente, que pode ser apelidada de maioritária, que argumenta que no mundo em desenvolvimento o tipo de solução proposta por Lijphart não teria resultado, pois nestes países as clivagens são bastante profundas e as elites políticas não têm a liberdade de entrar em acordos consensuais. Estes autores defendem que democracias consensuais apenas tiveram resultado na experiência europeia de pequenos países, pois neste cenário as clivagens eram mais fáceis de mitigar (Horowitz, 2005, p. 572).

Assim sendo, estes autores defendem a criação de instituições descentralizadas,

para evitar que a arena política seja assumida como um jogo de soma zero, mas que não correspondam a uma atribuição de autonomia a cada grupo. O que deve ser procurado é a mitigação das clivagens étnicas através do estímulo de outras clivagens que atravessam as diferentes comunidades (Horowitz, 2005, p. 601-652). Desta forma, as elites seriam encorajadas a promover outro tipo de identidades para a mobilização política.

A partir deste debate é possível identificar uma das questões que se irá colocar neste trabalho, a saber: de que forma é que diferentes sistemas eleitorais podem afectar a mobilização do voto baseada na etnicidade.

Retomando a exploração das diferentes perspectivas da forma como a etnicidade pode afectar a mobilização eleitoral, é preciso notar que existe uma proximidade teórica entre visões construtivistas e instrumentalistas, no sentido em que ambas se colocam em clara dicotomia em relação a visões essencialistas. É verdade que o instrumentalismo centra a sua análise em fenómenos de curta duração e o construtivismo em fenómenos de longa duração, e essa distinção não deve ser descurada. No entanto, ambas as teorias compreendem a etnia como uma de múltiplas identidades e que, mesmo partindo de causas diferentes, vêm que a etnia pode ter ou não um impacto na competição política, dependendo de outros factores. Ou seja, a escolha por uma determinada identidade é endógena ao próprio sistema político e/ou à sua história. Pelo contrário, a concepção essencialista argumenta que sempre que existir etnicidade irá existir competição política baseada em etnias e que a etnicidade é uma identidade singular e única, fixa no presente e no futuro, que não pode ser reconstruída (Van Evera, 2001). Por essa razão, Chandra (2001) defende que, na realidade, no campo da etnicidade e nacionalismo só existem duas correntes: o essencialismo e o construtivismo (englobando o instrumentalismo).

Para compreender de que forma é que a etnicidade em cada uma destas duas concepções pode conduzir à fixação eleitoral, é preciso então explorar um pouco melhor cada uma das visões e depois tentar compreender de que forma se podem articular com o modelo de análise de Rokkan e Lipset anteriormente apresentado.

Iniciando esta análise pelo essencialismo, é importante ter em conta o texto *The*

Integrative Revolution de Clifford Geertz (1963) que contém uma síntese fundamental das concepções desta corrente. Em primeiro lugar, é preciso referir o problema que se colocava a este autor. O estudo da etnicidade é iniciado para compreender os problemas de integração nacional dos novos países que emergiram no processo de descolonização após 1945. Por isso, o texto de Geertz começa por discutir a necessidade da Índia independente se reorganizar administrativamente para fazer corresponder as diferentes divisões a diferentes comunidades linguísticas. Não tendo sido desejado pelas elites políticas, foi-lhes imposto por conflitos de identidade bastante intensos, e a reorganização surgiu como única solução (Geertz, 1963, p. 1).

É interessante como esta análise do problema indiano consegue ilustrar os pressupostos defendidos pelo essencialismo. Nomeadamente, esta corrente tende a considerar:

“[T]hat the peoples of the new states are simultaneously animated by two powerful, thoroughly interdependent, yet distinct and often actually opposed motives--the desire to be recognized as responsible agents whose wishes, acts, hopes, and opinions "matter," and the desire to build an efficient, dynamic modern state. The one aim is to be noticed: it is a search for an identity, and a demand that the identity be publicly acknowledged as having import, a social assertion of the self as "being somebody in the world." The other aim is practical: it is a demand for progress, for a rising standard of living, more effective political order, greater social justice, and beyond that of "playing a part in the larger arena of world politics," of "exercising influence among the nations." The two motives are, again, most intimately related (...) But they are not the same thing. (...) It is, in fact, the tension between them that is one of the central driving forces in the national evolution of the new states; as it is, at the same time, one of the greatest obstacles to such evolution.”
(Geertz, 1963, p. 2)

O que faz estes dois objectivos políticos incompatíveis, segundo este autor, é a sua escala díspar para o cidadão individual. Ou seja, enquanto que a procura de identidade do indivíduo nos novos Estados está enraizada em *marcadores étnicos* (como a língua, a raça ou a religião) cuja partilha se encontra numa pequena escala, a escala necessária para conseguir criar um Estado moderno viável é bastante maior do que esta escala étnica. E para Geertz, as elites políticas compreendendo isto tentam criar regimes políticos com dimensão suficiente para melhorar o bem-estar dos cidadãos, através de Estados heterogéneos.

As identidades étnicas são consideradas como naturais no Homem e desempenham uma função importante, o que pode explicar a sua força (Geertz, 1963, p. 3). Só que nas sociedades modernas, devido à sua cultura política cívica e à criação de identidades nacionais que não são baseadas na partilha da terra ou de sangue e que ultrapassam a mera escala local, esse tipo de identidades foi perdendo a sua importância. É essa a razão que Geertz encontra para explicar a importância da etnicidade em sociedades em modernização. A sua *falta* de modernidade explica as divisões internas.

O interessante desta teoria é que, mesmo sendo contestada pela investigação académica acerca da etnicidade, nomeadamente após a década de 80 (Chandra, 2001), ela tem sido utilizada como base para grande parte da literatura das ciências sociais sobre o impacto da diversidade étnica em diferentes aspectos da sociedade. Exemplo disso é a obra *Ethnic Groups in Conflict* de Donald Horowitz (2005), considerada uma das obras basilares das implicações políticas do conflito étnico. Neste texto, o autor descreve o impacto dos diferentes conflitos étnicos, violentos ou pacíficos, na esfera política, desde a guerra civil passando pela competição partidária.

A semelhança da concepção de etnia de Horowitz com a de Geertz está presente no pressuposto da naturalidade destas identidades no Homem (Horowitz, 2005, p. 5), na identificação desta identidade em função do indivíduo e, por isso, não permite a sua instrumentalização por líderes políticos (Horowitz, 2005, p. 64-66); e, finalmente, pela sua visão exclusiva da etnia, ou seja a identidade étnica é única e não permite ser conjugada com outras, nomeadamente com identidades nacionais (Horowitz, 2005, p. 6). Assim, segundo este autor a divisão étnica, comum em sociedades africanas e asiáticas, será traduzida inevitavelmente em conflito:

In societies where ethnicity suffuses organizational life, virtually all political events have ethnic consequences. Where parties break along ethnic lines, elections are divisive. Where armed forces are ethnically fragmented, military coups, ostensibly to quell disorder or to end corruption, may be made to secure the power of some ethnic groups at the expense of others. Whole systems of economic relations can be crystallize around opportunities afforded and disabilities imposed by government policy on particular ethnic groups. (Horowitz, 2005, p. 12)

É preciso, no entanto, notar que Horowitz reconhece que a história,

nomeadamente a construção do Estado colonial e diferentes trajectórias de modernização, pode explicar o surgimento das etnias. O que o aproxima de visões construtivistas, como mais adiante será discutido. Mas o autor defende que análises baseadas nesse tipo de abordagem têm dificuldade em explicar a mobilização política, ou seja, a razão que leva os indivíduos que não fazem parte da elite a aceitarem esse tipo de identidades como marcantes para a sua actuação social.

Para Horowitz a mobilização política das não-elites é explicada por factores psicológicos, nomeadamente pelo perigo da subordinação. Partindo de casos nos quais a etnicidade não é hierarquizada, ou seja em que não existe um sistema de castas, o autor argumenta que o principal objectivo político para as massas é a valorização social. Historicamente essa função foi sendo desempenhada pelo Estado e assim a disputa pelo acesso a ele passa a ser uma disputa pela valorização social de uma determinada etnia. Como o próprio autor escreve:

Politics has a commanding position for determining group status in post-colonial societies, for two reasons. First, non-political institutions have been relatively weak in such societies and cannot compete effectively with the state in the allocation of prestige. Second, under colonial rule, attributes and emoluments of ethnic status became matters of state policy. Standing above the groups, the colonial state became the arbiter of ethnic relations. The state became the focal point for ethnic claims, a role inherited by the post-colonial state. (Horowitz, 2005, p. 217)

Desta forma, prossegue o autor, será de esperar que a mobilização eleitoral seja explicada pela etnicidade, nomeadamente pela construção de um sistema partidário étnico. Nestes regimes, surgem partidos que baseiam a sua mobilização no apelo às comunidades étnicas, tal como existem outras organizações, como sindicatos, cuja mobilização se centra nestas identidades. Mas o que torna estes sistemas partidários étnicos é a incorporação da etnia no seu discursos. Ou seja, em sistemas de partidos étnicos os partidos irão claramente e publicamente promover os interesses dos seus grupos:

Ethnic parties thus derive from two sources: the internal imperatives of the ethnic group as a community and the external imperatives of the ethnic group, in relation to others, as the incipient whole community. Ethnically based parties are also cemented by the incentives politicians have to organize along those lines where ethnic groups are a prominent part of the social landscape. Because of the

ascriptive character of ethnic identity, attachment to an ongoing ethnic party may not be as susceptible to change at the level of the individual voter as attachment to a party that has the flavor of a voluntary association. Ethnicity offers political leaders the promise of secure support. Politicians who can count have something they can count on. (Horowitz, 2005, p. 294)

Partindo desta visão de mobilização eleitoral baseada na etnicidade, Horowitz identifica duas características dos sistemas de partido étnicos. A primeira é que nestes sistemas as eleições passarão a ter um papel de mero recenseamento étnico, ou seja serão apenas formas de (re)validar a dimensão demográfica dos diferentes grupos étnicos que existem nessa sociedade. Isto porque as identidades étnicas são descritas como “*ascriptive*”, ou seja imutáveis. E existe uma tendência para que a introdução de um partido num sistema partidário que apela a identidades étnicas, leve a que os restantes partidos ou que novos partidos procurem uma forma de mobilização semelhante.

The tendency to organize parties along ethnic lines is very strong in most deeply divided societies, particularly in those in which few major ethnic groups meet at the national level of politics. It is a tendency that is cumulative: once a party organizes along ethnic lines, others are inclined to follow suit. (Horowitz, 2005, p. 306)

A segunda característica que o autor identifica é a tendência para a manutenção no poder de um único grupo étnico e a manutenção de outros grupos étnicos na oposição. Isto é o corolário lógico da característica anterior, pois se as identidades são imutáveis e a principal, mesmo que não única e exclusiva, razão do voto é a etnicidade, o grupo étnico com maior peso demográfico conquistará sempre o poder através das eleições. Este é um aspecto que Horowitz foca para argumentar que a introdução da etnicidade na competição partidária não depende dos líderes políticos. Nenhum líder político de uma minoria étnica escolheria uma forma de mobilização política que à partida significa a derrota eleitoral certa. Isto implica que o sistema partidário produzido, sobretudo em sociedade afro-asiáticas, contará com graus muito modestos de competitividade (Horowitz, 2005, p. 334).

No entanto, Horowitz não compreende a emergência de um sistema partidário étnico como um fenómeno instantâneo, mas antes como produto de várias fases. Partindo do estudo do caso de Trinidad e Tobago, o autor identifica quatro momentos (Horowitz, 2005, p. 318-332):

1. *Votação étnica* – Este processo inicia-se quando um qualquer partido ou grupo utiliza a identidade étnica como base de mobilização eleitoral e é possível identificar um grupo étnico que apoia desproporcionadamente¹² um determinado partido ou candidato numa eleição.

2. *Sanções aplicadas aos eleitores desviantes* – Uma vez iniciado o processo de voto étnico, todos os partidos tendem a organizar a sua mobilização de acordo com este modelo pois compreendem as vantagens deste método de apelo eleitoral (Horowitz, 2005, p. 340). No entanto, os partidos têm de encontrar formas de garantir a eficácia desta estratégia e procuram formas de sancionar aqueles membros da sua comunidade étnica cujo voto não segue a lógica étnica. Estas estratégias passam por formas de censura pública, por vezes violenta, nomeadamente daqueles que votaram no partido ou candidato apoiado por um grupo étnico rival.

3. *Aumento da participação enquanto se cristaliza o sistema partidário étnico* – Com a criação de sanções e a repetição das eleições, cada partido aumenta a sua capacidade de mobilização com o intuito de demonstrar o peso demográfico do seu grupo étnico. Por isso, o autor argumenta que as eleições tomam a forma de recenseamento étnico da população. Ao contrário de sistemas partidários que baseiam a sua mobilização em identidades voluntárias, em que o aumento da participação tende a favorecer apenas um dos grupos, num sistema partidário étnico o aumento da participação favorece todos os partidos.

4. *Diminuição da participação* – Uma vez alcançado o potencial total de mobilização, e uma vez que a transferência interpartidária de votos é extremamente residual, dá-se uma diminuição da pressão para a mobilização. Isto porque uma vez definido claramente o peso demográfico de cada grupo, o grupo maior vai apenas mobilizar o suficiente que lhe garanta uma vitória sobre qualquer outro grupo. Por seu lado, os restantes grupos vão deixar de se centrar na mobilização eleitoral, pois sabem à partida que este nunca será uma via para atingir o poder. Preferem, por isso, recorrer a lógicas de deslegitimação do momento eleitoral, denunciando a exclusão do acesso ao poder por parte do seu grupo étnico. E estes dois efeitos tendem a ter um reforço mútuo.

¹² O autor propõe o patamar de 85% do grupo étnico apoiar o mesmo candidato como forma de identificar um partido étnico.

Com o tempo a via eleitoral deixa de ser uma forma de expressão da clivagem étnica, e o conflito étnico tende a aumentar e pode mesmo tornar-se violento, pois os grupos minoritários podem recorrer ao golpe de estado como única forma de atingir o poder.

Segundo Horowitz, este processo de emergência de um sistema partidário étnico tem como principal efeito o de reduzir a competitividade eleitoral, pois exclui qualquer outra forma de representação do conflito social (Horowitz, 2005, p. 342); a base da competição, a etnicidade, é por definição imutável e capaz de garantir a vitória, mesmo que pela menor margem. Uma vez identificado o peso demográfico de cada grupo étnico, passa a ser claro qual o grupo que vai vencer cada eleição (Horowitz, 2005, p. 344-437).

É preciso notar que esta redução da competitividade ocorre sobretudo entre grupos étnicos diferentes. O autor argumenta que pode existir uma grande competição dentro de cada grupo na definição do partido ou candidato que represente o grupo (Horowitz, 2005, p. 342-343). Esta competitividade no interior da comunidade étnica tem como principal efeito o de polarizar os candidatos, no sentido de os tornar cada vez mais reivindicativos em relação a assuntos étnicos. Isto porque dentro de cada grupo, os líderes veem que ser mais defensor do seu grupo étnico e dos seus interesses é a melhor forma de mobilização.

If multiethnic coalitions are difficult to sustain in severely divided societies, unitary parties organized across ethnic line are far more vulnerable to schism. (Horowitz, 2005, p. 427)

Ou seja, sistemas de partido étnico não só tendem a garantir a vitória ao incumbente como incentivam a polarização étnica de uma sociedade. Assim, o autor argumenta que os sistemas partidários étnicos tendem a agravar o conflito étnico e por isso a sua aparente estabilidade, ilustrada pela vitória permanente de um grupo, esconde uma grande probabilidade para a instabilidade política e violência (Horowitz, 2005, p. 349). Dessa forma o autor tenta contextualizar o trajecto de muitos países que, após a descolonização, tiveram uma curta experiência democrática, interrompida pela introdução de um regime ditatorial, muitas vezes militarizado (Horowitz, 2005, p. 363).

O problema que se coloca então a Horowitz é compreender de que forma é

possível para um partido que não consiga ter uma maioria eleitoral, por exemplo numa sociedade na qual não existe nenhum grupo étnico maioritário, ter condições para governar. Ou seja, será que este tipo de sistema partidário é capaz de criar coligações governativas? Para o autor, quer coligações muito superficiais (Horowitz, 2005, p. 369-378), quer coligações mais substantivas (Horowitz, 2005, p. 379-394), quer ainda alianças partidárias multi-étnicas (Horowitz, 2005, p. 396-427), têm uma grande dificuldade em emergir nestes cenários. Só ocorrerá em sistemas eleitorais específicos e/ou quando circunstâncias várias, em geral externas ao sistema político em si, levam as elites a criarem um pacto de regime.

Aliás, o autor argumenta que foi a implantação de sistemas de partido étnicos que originaram as ditaduras africanas que surgiram nas décadas de 60-70. Os regimes que se seguiram à descolonização eram abertos à competição eleitoral na sua generalidade e neles surgiram sistemas de partido étnicos. Isto conduziu à instabilidade governativa e posteriormente à queda destes regimes.

The ethnic divisions cannot be willed away, but the free elections can be. Where multiethnic parties have survived, they have done so by outlawing electoral competition, dissolving opposition, and coercively recreating their threatened multiethnic base. (...) But, in one country after another, and particularly in Africa, single-party regimes have been a response to the inability of multiethnic parties, typically forged to oppose colonial rule, to keep their multiethnic support intact in the face of elections. (...) In the name of national unity, electoral contest is ended by decree. (Horowitz, 2005, p. 429)

É preciso notar, no entanto, que com isto Horowitz não defende que os regimes autoritários da África subsariana têm conseguido integrar as diferentes elites étnicas. A eliminação das eleições pode ter facilitado as relações entre elites de certas etnias, mas não significa que a maioria da população estivesse etnicamente representada nas elites autoritárias.

The single party, then, is not a likely vehicle for the preservation of an imperiled multiethnicity. Groups that left the multiethnic party in favor of a flank party do usually return once opposition is prohibited. But the absence of interparty electoral competition weakens their hand in negotiating terms of their return. More to the point, those ethnic groups that stayed continuously in the party that now is the only legal party were consolidating their hold while others were off playing competitive politics in the flanks. (Horowitz, 2005, p. 436)

Concluindo, é possível resumir esta análise da perspectiva primordialista do impacto da etnicidade na competição eleitoral em três pontos:

1. A etnicidade é vista como variável exógena ao sistema político e vai ter sempre um impacto sobre este;
2. Todos os partidos com sucesso irão utilizar esta forma de mobilização política, quer seja por ser útil para as suas elites, quer seja por pressão da própria competição;
3. As eleições tomarão a forma de um recenseamento étnico;

Do ponto de vista teórico, e como já foi discutido, o maior desafio a esta visão pode ser encontrado nos contributos construtivistas. É preciso ter em conta que estes contributos encontram diversos factores que explicam o impacto da competição étnica num sistema político, mas todos partilham a mesma compreensão do papel das identidades étnicas. Para estes autores estas identidades não são apenas variáveis independentes do sistema político, mas a sua actuação depende do próprio sistema político

É possível encontrar em Wallerstein a génese da visão construtivista da etnicidade, nomeadamente no artigo intitulado *Ethnicity and National Integration in West Africa* (Wallerstein, 1965). Neste texto, o autor defende que a etnicidade é um fenómeno intrinsecamente moderno nas sociedades africanas e representa uma forma de identidade aberta e não exclusiva.

Em primeiro lugar, a identificação da etnicidade como fenómeno moderno parte de uma análise de como foi a própria administração colonial que promoveu a consolidação das diferentes identidades étnicas ao longo do século XX, posteriormente aprofundada por Anderson (2005) no seu estudo das 'comunidades imaginadas'. Wallerstein encontra na etnicidade um função integradora essencial para a modernidade nestes países. Na passagem de uma sociedade e uma economia local e de contexto de pequena dimensão para uma economia e sociedade nacionais e internacionais, as identidades étnicas tiveram como principal função integrar os indivíduos nas novas ordens sociais (Wallerstein, 1965, p. 130,133). O autor dá o exemplo das *associations*

originaires que proliferaram nas cidades da África ocidental francófona e que funcionavam quer como rede de segurança para os recém chegados, quer de interlocutor com as estruturas coloniais.

O interessante, nota Wallerstein, é como estas instituições urbanas representavam identidades que no meio rural não existiam (Wallerstein, 1965, p. 131). No sentido em que as identidades no espaço urbano tiveram de ser redefinidas de forma a garantirem um grupo com uma dimensão suficiente para ser útil. Wallerstein define este processo como a passagem da comunidade tribal (local) para a étnica (de âmbito regional/nacional). E mesmo do lado dos indivíduos existia a capacidade de reinventar as suas identidades tribais, assumindo identidades étnicas bastante diferentes das originais e baseadas noutra património comum, para facilitarem a sua integração nas novas dimensões da sociedade ou da economia.

Para além de serem identidades abertas – ou seja, que permitem uma evolução do seu conteúdo e da definição das fronteiras do grupo – Wallerstein argumenta que as etnias não são exclusivas e identifica as formas através das quais o etnicismo pode ajudar a integração nacional (Wallerstein, 1965, p. 134-137).

A partir desta nova compreensão de etnia, vários autores têm vindo a discutir as diferentes maneiras como a etnicidade foi afectada pelos processos de modernização (Anderson, 2005) e pelas estruturas do Estado colonial (Laitin, 1986), ou como ela surge como a forma mais eficiente de organizar as redes clientelares ligadas ao Estado (Bates, 1983) ou o empreendedorismo político (Brass, 2005). Mesmo focando diferentes aspectos e definindo diferentes variáveis que determinam a etnicidade, todos estes autores veem identidades étnicas como (mais ou menos) fluídas e abertas.

Estas análises levaram a um reequacionamento do impacto que a etnicidade tem na competição política, nomeadamente eleitoral, a partir do final da década de 90. Um bom exemplo disso é encontrado em Posner (2007). Neste texto, o autor refere como as identificações étnicas na Zâmbia e no Quênia variaram de acordo com as normas eleitorais vigentes. Nomeadamente, as etnias mobilizadas politicamente eram mais restritas no período autoritário e mono-partidário, durante o qual apenas se realizavam eleições com alguma competição entre candidatos apoiados pelo partido no poder. Mas

com a reintrodução das eleições presidenciais, as etnias começaram a ser ligadas pelos grupos linguísticos, mais abrangentes. Como o autor refere:

I demonstrate that, in certain institutional and demographic contexts (...), political competition in a one-party setting will generate incentives for individuals to identify themselves in terms of ethnic identities that define them as members of small, localized groups. In an African context, this usually means identities based on tribe, subtribe, or clan. Political competition in multiparty settings, by contrast, will create incentives for individuals to see themselves in terms of ethnic identities that define them as members of large blocks—usually based on religious, linguistic, or regional distinctions. The transition from one-party to multiparty political competition therefore has the potential to alter the identities that people embrace and, through this, the ethnic cleavages that come to matter in politics. The salience of ethnicity per se may not change (...) but the salience of the particular dimension of ethnic cleavage that defines the political conflict can be transformed by the shift in regime type. (Posner, 2007, p. 1303-1304)

Isto deve-se aos diferentes incentivos que eram dados tanto às elites políticas como aos eleitores. Como o principal objectivo da mobilização étnica do voto é garantir a vitória eleitoral, a identidade étnica que vai ser salientada tem de ter o peso demográfico suficiente para garantir a vitória. E é neste momento que as características do sistema político em geral e do sistema eleitoral em particular são relevantes. No período autoritário, como o cargo presidencial não era electivo, a mobilização étnica nas eleições legislativas centrava-se apenas em identidades étnicas locais, baseadas em tribos ou clãs (Posner, 2007, p. 1307). Este factor era ainda mais forte em sistemas eleitorais uninominais baseados em pequenos círculos como os casos da Zâmbia e do Quénia.

Mas, a partir de 1990, a realização de eleições presidenciais pressionou os líderes políticos e o eleitorado a encontrar novos marcadores étnicos, que lhes permitissem uma mobilização política a nível nacional. E neste contexto as comunidades étnicas baseadas em identidades linguísticas, religiosas ou regionais surgiram como alvos perfeitos para a nova fase de mobilização étnica. (Posner, 2007, p. 1308).

Partindo do mesmo caso de estudo, Scarritt (2006) nota como na Zâmbia as eleições presidenciais têm sido responsáveis pela criação de coligações multi-étnicas, mesmo num cenário na qual existe uma etnia dominante (Scarritt, 2006, p. 236). O

autor argumenta que, não obstante a existência de uma comunidade linguística maioritária (Scarritt, 2006, p. 239), a que fala Bemba, as eleições presidenciais oferecem forte incentivos para a criação de coligações multi-étnicas (Scarritt, 2006, p. 242). Mais interessante, o autor perspectiva este facto na óptica das elites. Por isso afirma que:

Ethnopolitical group mobilisation has been the most important tool in rather than the cause of this competition.(Scarritt, 2006, p. 240)

Estas novas análises não colocaram apenas novas hipóteses de como a etnicidade pode afectar um sistema político democrático. Também colocaram em causa a saliência desta clivagem, não negando a sua existência mas desafiando a sua centralidade. Bratton e Kimenyi (2008), ao estudarem o impacto eleitoral da etnicidade nas eleições no Quénia, destacaram a importância deste factor:

We close this section by drawing attention to the political and electoral implications of perceived ethnic differences. In Kenya, as in other personalized polities in Africa, ordinary people often judge the fairness of the political system with reference to the ethnic character of the political elite. Despite protestations that a candidate's tribal identity does not enter into the voting calculus (...), citizens acknowledge that an ethnic division of spoils is an important (if unspoken) subtext in national electoral contests. (Bratton & Kimenyi, 2008, p. 8)

No entanto, estes dois autores colocam em causa a ideia de que a etnia é o único factor importante para o cidadão no momento de efectuar o cálculo eleitoral, destacando outros factores que podem influenciar esta escolha (Bratton & Kimenyi, 2008, p. 16). Isto por que, como indicam, no Quénia a identificação individual com uma etnia não é universal. Aliás, a percepção de que para os outros indivíduos na sociedade queniana a etnia é importante é mais comum do que o próprio indivíduo afirmar que a etnia é importante para si. Desta forma, Bratton e Kimenyi duvidam da centralidade da clivagem étnica para explicar isoladamente a mobilização política.

Um outro estudo acerca das instituições eleitorais, clivagens etno-políticas e sistemas de partido nas democracias emergentes da África subsariana (Mozaffar, Scarritt, & Galaich, 2003) salienta a função dos grupos étnicos activos politicamente como forma de ultrapassar o problema da acção coletiva reaproveitando identidades

herdadas do Estado colonial (Mozaffar et al., 2003, p. 380).

Neste texto, os autores distinguem três momentos essenciais para a activação das identidades étno-políticas (Mozaffar et al., 2003, p. 383-384), a saber: a construção de uma determinada identidade baseada num factor comum a uma determinada comunidade, como língua ou religião; a politização, ou seja a transferência para a arena política dessa identidade e com reivindicações próprias; e a promoção da participação dos cidadãos através da afirmação dessa identidade.

É interessante que estes autores encontram algumas especificidades nas identidades étnicas da África subsariana, nomeadamente:

1. O facto destas identidades serem compostas de tal forma que não existe uma que seja maioritária, no sentido de compreender mais de cinquenta por cento da população;
2. A variedade e a complexidade dos marcadores destas identidades étnicas (língua, religião, história comum) implica uma grande heterogeneidade dentro de cada etnia, o que pode originar diferenciação política dentro dessa mesma comunidade;
3. A concentração geográfica é um factor importante para explicar a criação da identidade, sobretudo política, de determinados grupos étnicos.

E a análise empírica que os autores efectuam leva-os a concluir que:

Our results demonstrate that, in Africa's emerging democracies, both electoral institutions and ethnopolitical cleavages shape the structure of party systems, but not reflexively. They do so contingently and strategically. (...) [O]ur results demonstrate the significance of both ethnopolitical fragmentation and ethnopolitical concentration, the latter heretofore unexamined in comparative scholarship, in influencing the number of electoral and legislative parties in Africa's emerging democracies. (...) By influencing the effective number of presidential candidates, ethnopolitical cleavages moderate the reductive effects of the proximity of presidential and legislative elections on the number of parties, encouraging the formation of electoral alliances between major presidential contenders seeking electoral victory and minor ones controlling critical blocs of votes that can secure it. By counteracting the

reductive effects of ethnopolitical fragmentation, moreover, ethnopolitical concentration helps to increase the number of electoral and legislative parties, expanding opportunities for electoral competition and political representation. But district magnitude limits excessive party system fragmentation due to this expansive effect. It reinforces the reductive effect of ethnopolitical fragmentation, enabling geographically concentrated voters voting as a bloc to increase the number of electoral and legislative parties. But it interacts with both cleavage dimensions to offset excessive party system fragmentation. (Mozaffar et al., 2003, p. 388)

Ou seja, para estes autores as diferenças étnicas de uma sociedade não vão ser automaticamente transpostas para a arena eleitoral. Para tal ocorrer é necessário cumprir um conjunto de condições a nível das instituições eleitorais bem como a nível de dimensão demográfica e concentração geográfica da comunidade étnica.

Num estudo anterior de Scarrit e Mozaffar (Scarritt & Mozaffar, 1999), é descrita outra característica da etnicidade na África subsariana: a sua multidimensionalidade. Neste texto, os autores tentam demonstrar como a pertença a uma etnia nesta região depende da escala de actuação. Ou seja, existe uma hierarquização entre divisões étnicas a nível nacional, sendo neste campo o grupo étnico bastante mais vasto e heterogéneo, e as divisões étnicas a nível local, onde as especificidades étnica são maiores. Como os autores escrevem:

Ethnopolitics requires a conceptually and methodologically sophisticated analysis because, unlike the simple subject-dominant dichotomy that Lipset and Rokkan posit for Europe, there are multiple levels of ethnic cleavage among a multiplicity of groups in virtually every African country - some of which are transformed into national-level electoral or party oppositions by each specific electoral and party system, set of administrative structures and pattern of socioeconomic change, and some of which are not currently so transformed but have been in the past and very possibly will be in the not-too-distant future. In addition, there are ethnic differences in most countries that have never been the basis of national-level political cleavages and are not likely to be in the foreseeable future. The multiplicity of potential ethnopolitical cleavages increases the frequency with which the pattern of active cleavages changes, especially in response to a political change as significant as democratization. (Scarritt & Mozaffar, 1999, p. 85)

Neste artigo é feita uma lista das principais clivagens etnopolíticas dos países da África subsariana, bem como a caracterização da sua dimensão e distribuição geográfica. Estas clivagens sendo importantes, não são vistas como as únicas que explicam diferentes configurações do sistema partidário (Scarritt & Mozaffar, 1999, p.

É preciso notar como as conclusões destes estudos construtivistas apontam para uma visão do impacto da etnicidade na competição política diferente daquela descrita por Horowitz. Para estes autores, a mobilização étnica deve ser vista como resultado de um aproveitamento pelas elites de identidades latentes na população, mas que foram (re)construídas para possibilitarem a mobilização política. E a multidimensionalidade que atribuem à etnicidade faz com que vejam cada comunidade étnica como mais frágil e contendo dentro dela diferentes grupos que podem ser mobilizados de diferentes maneiras. Mais importante, a sua visão não exclusiva das identidades étnicas faz com que a possibilidade de coligações étnicas seja maior.

Ao mesmo tempo, os autores colocam em causa a primazia das identificações étnicas como o factor que explica a mobilização eleitoral. Não significa isto que considerem este um factor irrelevante; pelo contrário, acreditam que é um factor que deve ser sempre equacionado. Mas duvidam, no entanto, que as eleições em sociedades plurais signifiquem necessariamente uma mera forma de recenseamento étnico.

Concluindo, é possível resumir esta análise da perspectiva construtivista do impacto da etnicidade na competição eleitoral em três pontos:

1. A etnicidade é vista como variável endógena ao sistema político e o seu impacto vai depender de outras variáveis;
2. Não é necessário que todos os partidos com sucesso utilizem a mobilização étnica, mas esta estratégia pode ser vista como bastante vantajosa pelas elites;
3. O resultado das eleições será sempre indeterminado, não tendo que necessariamente tomar a forma de recenseamento étnico, e dificilmente existirão partidos representando uma só etnia.

As grandes diferenças entre estas duas visões, primordialistas e construtivistas, sobre o impacto político da etnicidade estão patentes nas suas considerações sobre a possibilidade da democracia em sociedades divididas etnicamente. Enquanto que

visões mais primordialistas tendem a conceber que o conflito étnico não consegue ser institucionalizado democraticamente, pelo menos não de uma forma duradoura, concepções mais construtivistas tendem a ser mais optimistas sobre as oportunidades democráticas dessas sociedades.

Não será surpreendente constatar que Horowitz dúvida da capacidade de sociedades nas quais a etnicidade é um factor importante se tornarem democráticas. A descrição que faz do impacto deste fenómeno na competição política parece condenar estas sociedades ou a regimes autoritários ou a democracias bastante instáveis e de curta duração. Isto porque, segundo o autor, a competição étnica por princípio implica a procura de diferentes eleitorados que estão claramente segmentados e entre os quais nunca ocorrerá transferência de votos (Horowitz, 2005, p. 345). Isto implica igualmente que não existe nenhum incentivo para a escolha de líderes moderados em relação à clivagem étnica, o que intensifica o conflito. Como o autor escreve:

Stable parties, unstable politics. The parties act as an organizational expression of the ethnic groups they represent. As the groups advance mutually exclusive claims to power, so, too, do parties. The ultimate issue in every election is, starkly put, ethnic inclusion or exclusion. (...) Where there are two parties representing two ethnic groups of unequal numbers (...) only demographic change, drastic electoral revision, coup d'état, or all-out ethnic warfare can convert the opposition into the government. To the excluded, exclusion from power appears permanent. (Horowitz, 2005, p. 348)

Por seu lado, as abordagens construtivistas tendem a ser menos assertivas em afirmar a incompatibilidade de democracia em sociedades etnicamente divididas. Por conceberem a etnia como uma identidade multidimensional e não exclusiva, conseguem conjugar o sistema democrático e a diversidade étnica. Não significa que não neguem que este fenómeno possa ser problemático para a estabilidade de um regime democrático, mas tendem a ver que estas comunidades podem ser excluídas/incluídas do jogo político de forma semelhante a outras, como por exemplo as classes operárias na Europa do século XIX. Citando Jung:

Democratic consolidation is therefore no more threatened by the politics of race, ethnicity, and religion than it might be by the politics of class or gender. Those categories gain political salience do so as a result of exclusions and selective inclusions put in place by the political process itself. If they are salient, it is because they have

been used to organize access to power. Movements have formed around race, ethnicity, and religion not because people have felt the need to express or defend their primary commitments to these identities, but because these characteristics have served as markers of political inclusion and exclusion. To be democratic therefore, liberalism relies in a fundamental way on the renewal of politics through the contestation of its boundaries. (Jung, 2006, p. 372)

Terminada esta deambulação pelas diferentes perspectivas das Ciências Sociais sobre a etnicidade e o seu impacto político, é importante regressar ao objectivo desta dissertação e responder a duas questões: Qual o impacto da etnicidade no voto? E será possível conjugar estas concepções com o esquema de análise de Rokkan e Lipset apresentado anteriormente?

Respondendo à primeira questão, parece existir um consenso claro nas ciências sociais de que a diversidade étnica terá um efeito na competição eleitoral, pois representa um eixo ou uma clivagem importante para a mobilização eleitoral. Esta será então uma hipótese para explicar a constante vitória do incumbente na África subsariana. No entanto, como foi discutido, não existe um consenso sobre a intensidade deste efeito, se será de tal maneira forte que anulará outras clivagens ou fontes de mobilização e por isso esta investigação terá em conta as diferentes visões sobre este tema.

Em relação à adequação destes contributos teóricos ao esquema de análise inaugurado por Lipset e Rokkan, parece que a etnicidade pode ser compreendida como uma clivagem que afecta a mobilização eleitoral. Especificamente, parece existir alguma semelhança entre a forma como o construtivismo prevê que ocorra o impacto da diversidade étnica e a forma como os dois autores estudam o “congelamento” do voto europeu. Em ambos os casos, o efeito de manutenção do voto é visto como resultado da interação de uma identidade partilhada por uma comunidade de eleitores e com a capacidade das elites coordenarem e congregarem diferentes interesses.

Antes de terminar com esta revisão de literatura, será necessário referir quais os resultados empíricos que estudos sobre o impacto das etnias no voto. É interessante notar que, não obstante uma longa tradição de análise deste fenómeno na África subsariana que remonta à década de 1960, apenas nas últimas duas décadas é que as ciências sociais têm vindo a procurar estudar este fenómeno empiricamente. Mesmo

recentemente, alguns estudos sobre o impacto da etnicidade continuam a utilizar índices de fragmentação étnica, ou étnico-linguística, baseados em estudos demográficos dos anos 60 e cujos resultados são por isso algo duvidosos¹³.

Felizmente, nas últimas duas décadas têm surgido estudos baseados em inquéritos que têm procurado analisar o real impacto da etnicidade na África subsariana. E para a actual dissertação duas dimensões destes estudos são importantes. A primeira é compreender qual o real impacto da identificação étnica, qual a sua real dispersão pela sociedade e como se compara com outras identidades, nomeadamente a nacional. A segunda dimensão passa pelo cruzamento deste sentimento de pertença a uma etnia com o comportamento eleitoral e compreender se realmente existe alguma relação de causalidade entre estes dois fenómenos.

Começando pela importância da etnicidade nestas sociedades, os estudos empíricos realizados, sendo na sua maioria efectuados pelo *Afrobarometer*, têm encontrado alguns padrões comuns, mesmo chegando a conclusões diferentes. Em primeiro lugar, a etnia não é necessariamente a primeira identidade dos africanos, no sentido em que confrontados com uma pergunta que indaga como se caracterizaria socialmente, as identificações étnicas, religiosas ou regionais, embora importantes, não são maioritárias (Posner, Bannon, & Miguel, 2004).

E aliado a este facto esta identificação varia, não só de país para país, mas também dentro do mesmo país entre diferentes cenários. Corroborando teorias que ligam a etnicidade à modernidade, parece que os indivíduos que estão ligados a sectores mais “modernos” da economia, como trabalhadores de colarinho azul ou mesmo estudantes, se identificam mais como “étnicos” do que os trabalhadores do sector primário, quer sejam agricultores ou pescadores (Posner et al., 2004, p. 6).

Um outro aspecto a ter em conta é a dimensão dos grupos étnicos. A etnicidade é maior nos países com menor fragmentação étnica e com grupos étnicos maiores mas não dominantes (Posner et al., 2004, p. 8-10). Associado a este factor vem a confirmação da multidimensionalidade dos grupos étnicos. Ou seja, é possível encontrar subgrupos étnicos em cada um destes grandes grupos étnicos. As populações

¹³ Um dos índices mais utilizados actualmente, o de fragmentação etno-linguística (ELF), é baseado no Atlas Narodov Mira (Mira, 1964) compilado nos anos 60.

menos ligadas a sectores modernos da economia, nomeadamente em cenários rurais, em geral identificam-se primeiro com o sub-grupo e depois com o grande grupo. Mas aqueles que estão em sectores modernos da economia identificam-se, em geral, imediatamente ao grupo maior. Isto reforça a visão de que as etnias são importantes para contextualizar o indivíduos nas novas esferas económicas e sociais (Posner et al., 2004, p. 12-13). Como os autores escrevem:

The findings of this study challenge two persistent conventional wisdoms about Africa: that Africans are uniformly and uni-dimensionally ethnic, and the salience of ethnicity is a product of the region's low levels of political and economic development. The study's central result is that exposure to education, non-traditional occupations, and political competition powerfully affects both whether or not people identify themselves in ethnic terms and the particular ethnic identity they embrace when they do so. (Posner et al., 2004, p. 18)

Finalmente, sobre a relação entre etnicidade e nacionalismo, parece que é algo complexa. Uma das conclusões partilhadas por estes estudos é que perante a escolha entre sentir-se mais parte do grupo étnico ou da nação, apenas uma pequena maioria se identifica mais com o primeiro grupo. Ou seja, o fracasso da nacionalidade é relativo, pois está presente mesmo quando tem que competir com outras identidades (Mattes, 2004). No entanto, parece existir uma relação positiva entre fragmentação étnica e identificação nacional, ou seja o que parece minar a criação de um Estado nacional é a existência de poucos grupos étnicos mas com uma dimensão considerável (Robinson, 2009).

Passando agora à análise dos estudos que tentam ligar a etnicidade à participação política, existem duas conclusões que parecem ser predominantes. A primeira é que a possibilidade de participação política tem um impacto positivo no sentimento de pertença a um grupo étnico. Isto pode ser aferido quer pela comparação da abertura à participação entre países – os países que permitem mais participação dos cidadãos são aqueles com maior valores de identificação étnica – quer pela proximidade eleitoral (Eifert, Miguel, & Posner, 2010). Em cada país, a proximidade de uma eleição, sobretudo presidencial, tem como efeito o de aumentar a etnicidade. Como os autores escrevem:

Electoral competition would appear to give arise to a

process of ethnic mobilization and counter-mobilization that causes ethnicity to become more important for everyone in the political system (Eifert et al., 2010, p. 508)

A segunda conclusão é que a etnicidade é um factor que determina o voto, mesmo que os diferentes estudos reconheçam diferentes impactos. Em geral estes estudos partem de uma análise a nível individual e tentam encontrar as determinantes do voto para um determinado cidadão. Várias abordagens foram tentadas, como o estudo de caso (Bratton & Kimenyi, 2008; Ferree & Horowitz, 2007; Lindberg & Morrison, 2008), a comparação entre diferentes países (D. J. Young, 2009), a procura na etnicidade do apoio ao partido no poder (Norris & Mattes, 2003), a procura de especificidades da herança colonial (Basedau & Stroh, 2011), a relação entre o contexto social e o efeito de voto étnico (Battle & Seely, 2010) ou a conceptualização da etnicidade como clivagem política (Cheeseman & Ford, 2007). Em geral, as conclusões apontam para um efeito importante mas nunca assemelhando-se a um recenseamento étnico como previsto por Horowitz. Mais importante, este efeito não varia apenas de país para país, mas de partido para partido em cada país. Assim sendo, não é só possível identificar alguns países nos quais a etnicidade é mais importante para explicar o comportamento eleitoral do que outros, como existem partidos para os quais o voto étnico é mais significativo do que para outros.

Chegando a resultados um pouco diferentes, estas investigações têm apontado para duas hipóteses interessantes. A primeira é que mais importante do que a etnicidade de um indivíduo é o seu contexto que determina o voto. Este argumento, levantado por Battle e Seely na sua investigação sobre as eleições no Benim, segue a descoberta de que pertencer a uma determinada comunidade étnica num contexto social em que esta é dominante é que determina o voto e não meramente a pertença a uma determinada etnia. Citando os autores:

“In this article we have shown first and foremost that while ethnicity is important in explaining candidate support in Benin, we should not limit ethnic analysis by looking only at the ethnicity of the individual. Rather, we feel that research must place the individual in a local context. To put it another way, the importance of ethnicity is relative. People’s ethnic identity may be felt more strongly when they are surrounded by others of the same ethnicity. It may be that their friends and neighbours reinforce ethnic identity and so reinforce actions based on that identity. Or, depending on the localized social context, individuals may hear different messages or rhetoric that

influence their views on particular candidates for good or for ill".
(Battle & Seely, 2010, p. 63)

A segunda conclusão partilhada por estes estudos é que o partido no poder tem uma base etnicamente mais heterogénea do que os partidos de oposição. Cheeseman e Ford, partem de um esquema de análise desenvolvido para estudar o voto de classe nos EUA, e tentam estudar quais os efeitos da etnicidade enquanto clivagem no sistema partidário. Argumentam que partidos que representam apenas uma etnia tendem a ser raros e que em geral os partidos procuram estratégias multi-étnicas.

No entanto, observam que existe uma divergência clara entre a tendência em partidos de oposição e partidos no poder. Enquanto que os primeiros tendem a estar mais polarizados e menos diversificados, ou segundos seguem uma trajectória contrária. Isto porque enquanto que os líderes de partidos dominantes têm procurado mobilizar diferentes eleitorados para assegurar vitórias eleitorais consecutivas, os líderes da oposição veem-se forçados a recorrer à mobilização dos grupos excluídos como forma de manter a sua relevância eleitoral (Cheeseman & Ford, 2007, p. 2-3). No entanto, concluem que a polarização da etnicidade está a diminuir, bem como a saliência desta clivagem (Cheeseman & Ford, 2007, p. 13-15).

Uma vez identificado um factor que pode explicar a constante vitória do incumbente através da fixação do voto é preciso discutir uma outra vertente que pode afectar a competição eleitoral. Pois, uma outra hipótese passa pela diferença de recursos que existe entre as elites políticas no poder e as de oposição. Este factor já foi referido na anterior discussão e é um tópico frequentemente abordado no estudo dos regimes políticos da África subsariana, nomeadamente na sua vertente neopatrimonial.

Neopatrimonialismo e Vantagem Eleitoral

A Enciclopédia Internacional de Ciência Política define neopatrimonialismo como:

[A] hybrid mode of rule in which informal political ties and exchanges suffuse the management of the state. In a neo-patrimonial regime, the political chief executive and his agents exercise authority mainly through personal whim and material incentive rather through ideology or the rule of law. Within the state, the distinction between private and public interests is purposely blurred, and officials occupy

bureaucratic posts less to deliver public goods than to acquire personal wealth and status. While elements of such self-serving practice can be found under various political regimes, neo-patrimonial rule is a defining characteristics of personal autocracies in the world's most underdeveloped states. (Bratton, 2011, p. 1679)

Ou seja, esta forma de poder caracteriza-se pela introdução de formas de autoridade descritas por Weber (Weber, 1978, p. 212-217) como patrimoniais num cenário de um Estado que detém estruturas que (supostamente) obedecem apenas a uma ordem racional legal, nomeadamente uma Constituição escrita e instituições políticas formais. No entanto, isto não significa que seja necessária a associação de estruturas patrimoniais de poder com formas tradicionais de autoridade. Este fenómeno pode ocorrer em cenários de modernidade (Eisenstadt, 1973) e a sua própria definição implica alguma forma de evolução de formas puramente tradicionais de autoridade.

Para Weber, o patrimonialismo é uma das possíveis formas tradicionais de autoridade e, por isso, respeita a maioria dos seguintes princípios gerais (Weber, 1978, p. 226-227):

- Qualquer norma é estabelecida com base no seu valor tradicional e a sua legitimidade advém de fazer parte de um património imemorial colectivo;
- O conjunto destas normas consiste essencialmente num aglomerado incompleto de regras não formais, ou seja cujo fundamento vem da moralidade de senso comum por exemplo, que são seguidas pela sua ocorrência no passado;
- Quem está na posição de comando está por isso parcialmente sujeito às restrições que essa ordem normativa impõe, embora estando numa situação favorável para a determinação do que é tradição, mas em grandes áreas de governo pode actuar sem ter em consideração nenhum constrangimento normativo;
- Quem está na posição de obediência, detém uma relação de obrigação pessoal perante o sujeito que está no comando.

No entanto, o patrimonialismo diverge de formas puras de autoridade tradicional em dois aspectos fundamentais. A primeira diferença reside no

desenvolvimento de uma administração e de uma força militar que são instrumentos do governante (Weber, 1978, p. 231). Ao contrário das outras formas tradicionais, o patrimonialismo é caracterizado por partilhar estas duas características com o Estado moderno e é por essa razão que esta forma de autoridade tem tido sucesso na transladação para um cenário político moderno.

A outra característica que distingue o patrimonialismo é a dominação por parte do governante destas duas estruturas como parte da sua propriedade privada, o que torna todos os restantes membros do grupo súbditos da sua vontade (Weber, 1978, p. 231). Ou seja, ao contrário das restantes formas de autoridade tradicional, nas quais os governantes viam a sua actuação restrita por normas tradicionais, no patrimonialismo as normas tradicionais só serão seguidas por vontade do governante. Como Weber escreve:

Previously the master's authority appeared as a pre-eminent group right, now it turns into his personal right, which he appropriates in the same way as he would any ordinary object of possession. In principle he can exploit his right like any economic asset – sell it, pledge it as security, or divide it by inheritance. (...) By controlling these instruments the ruler can broaden the range of his arbitrary power and put himself in a position to grant grace and favors at the expense of traditional limitations of patriarchal and gerontocratic structures (Weber, 1978, p. 231-232)

Uma vez definido patrimonialismo, é preciso então definir mais aprofundadamente o que significa *neopatrimonialismo* e porque razão tem sido usado para estudar os casos da África subsariana. Esta relação entre a definição de neopatrimonialismo e as razões para o seu uso não deve ser descurada, pois tem sido a experiência política do *mundo em desenvolvimento* na segunda metade do século XX (Eisenstadt, 1973; Lemarchand & Legg, 1972; Roth, 1968), e em África em particular (Bratton & Van de Walle, 1994, 1997; Le Vine, 1980; Médard, 1982), que levou à criação e recriação deste termo (Erdmann & Engel, 2007). Infelizmente, esta relação não tem sido sempre positiva. A ampla utilização do termo neopatrimonialismo, sem uma grande preocupação de a sustentar teoricamente, tem levado alguns autores a considerar que este termo pode ter perdido a sua utilidade analítica (Theobald, 1982, p. 555) ou é utilizado em casos de patrimonialismo, tornando inútil o sufixo *neo-* (Erdmann & Engel, 2007, p. 98-104).

Regressando à definição de Bratton anteriormente apresentada, é preciso notar que esta apresenta uma insuficiência. Não obstante descrever o neopatrimonialismo como um modo híbrido de governo, a descrição que faz deste conceito torna-o indistinguível do conceito weberiano de patrimonialismo. É preciso adicionar a este conceito as características essenciais da autoridade legal-racional identificadas por Weber (Weber, 1978, p. 217-218). Nomeadamente:

- Qualquer norma legal é estabelecida com base no seu valor racional e pretende atingir todos os indivíduos na esfera da actuação do poder em questão;
- O conjunto destas normas consiste essencialmente num sistema consistente de regras abstractas que foram estabelecidas intencionalmente;
- Quem está na posição de comando está por isso sujeito às restrições que essa ordem normativa impessoal impõe;
- Quem está na posição de obediência apenas o faz enquanto membro da comunidade que cumpre a “lei” e, por isso, a sua obediência a quem governa não é de ordem pessoal, mas é uma obediência ao cargo.

Seguindo a combinação dos dois tipos ideais weberianos, Erdmann e Engel definem assim este conceito:

Neopatrimonialism is a mixture of two co-existing, partly interwoven, types of domination: namely, patrimonial and legal-rational bureaucratic domination. (...) [U]nder neopatrimonialism the distinction between the private and the public, at least formally, exists and is accepted, and public reference can be made to this distinction. Neopatrimonial rule takes place within the framework of, and with the claim to, legal-rational bureaucracy or ‘modern’ stateness. Formal structures and rules do exist, although in practice the separation of the private and public sphere is not always observed. In other words, two role systems or logics exist next to each other, the patrimonial of the personal relations, and the legal-rational of the bureaucracy. These spheres are not isolated from each other. Quite to the contrary, they permeate each other: the patrimonial penetrates the legal-rational system and twists its logic, functions, and output, but does not take exclusive control over the legal-rational logic. That is, informal politics invades formal institutions. (...) Thus neopatrimonialism is a type of political domination which is characterised by insecurity about the behaviour and role of state institutions (and agents). This insecurity structures

the reproduction of the system:

Actions of state institutions or by state agents are not calculable – probably apart from the head of the state. All actors strive to overcome their insecurity, but they do so by operating on both the formal as well as the informal logic of neopatrimonialism. (...)

Within such a pattern of social and political relations, formal state institutions cannot fulfil their universalistic purpose of public welfare. Instead, politics and policies are determined by particularistic interests and orientations.

Political informality has gained such a dimension that one can even speak of institutionalised informality, which turns into a separate type of political culture.” (Erdmann & Engel, 2007, p. 105)

Uma vez definido o conceito, resta então saber porque razão tem sido utilizado para compreender os regimes políticos da África subsariana. Esta associação histórica depende da própria evolução do Estado moderno nesta região,

Numa primeira fase, que coincide com o momento colonial, é possível identificar duas raízes da natureza neopatrimonial do Estado. A primeira reside na coexistência de uma administração burocrática imperial com estruturas políticas tradicionais. É verdade que se pode afirmar que todas as construções do Estado moderno tiveram que conviver com estruturas tradicionais, fazendo parte desse duplo movimento (Romanelli, 2008) das múltiplas modernidades (Eisenstadt, 2007). No entanto, nesta região esta tendência é bastante mais forte, tanto pelo facto de estruturas estatais modernas se terem implantando mais tardiamente, como por disporem de menores recursos para o fazerem. Por isso, a aliança com os poderes locais tradicionais surgia como necessária para a real implantação do poder imperial no território.

De notar que esta coexistência entre estruturas modernas e tradicionais não se fez em paralelo. São frequentes os casos em que estruturas que combinavam as duas fontes de autoridade imperavam, como o caso do estatuto de *Indigénat* na África francesa, com homólogos nos restantes impérios. Este estatuto previa juridicamente a aplicação da legislação tradicional às populações africanas nas colónias francófonas e assim combinava tanto elementos racionais-legais como tradicionais.

A segunda raiz está presente na relação entre o poder colonial e os indivíduos nestas sociedades. Ao contrário do que sucedia nas metrópoles, a maioria dos indivíduos que estavam sobre a jurisdição do Estado colonial não eram reconhecidos como cidadãos, ou seja, não faziam parte da comunidade que dominava o poder político, mas estavam sob o seu jugo (Mamdani, 1996). Só tardiamente, após a Segunda Guerra Mundial, é que este paradigma se alterou lentamente, com o lento reconhecimento de partes cada vez maiores da população como cidadãos daquele Estado.

Estas duas raízes do poder neopatrimonial do Estado moderno africano tiveram impacto numa segunda fase de evolução deste, a fase que se seguiu à independência e que durou até 1990. Por isso surge o conceito de Estado pós-colonial (C. Young, 2004, p. 29-30), que alerta para o facto do neopatrimonialismo ter permanecido nestes países, não obstante reformas formais das instituições políticas que neles operavam.

A faceta neopatrimonial do poder público esteve sobretudo centrada no sector económico, tornando-se num *Estado-vampiro* (Frimpong-Ansah, 1992), com o Estado a deter um papel de regulador central de qualquer actividade económica de forma a garantir o desenvolvimento das suas sociedades. Uma das políticas mais comuns foi a nacionalização das corporações coloniais que ainda sobreviviam, que em geral se especializavam na extração dos recursos naturais. Estas medidas foram fundamentais para o financiamento da expansão do Estado, nomeadamente dos seus sectores sociais (C. Young, 2004, p. 32).

No entanto, o neopatrimonialismo notava-se igualmente na arena política e passou pelo retrocesso na participação das massas, pela centralização dos poderes do regime no chefe do executivo e pela diminuição do espaço de competição política (C. Young, 2004, p. 34). Bratton e Walle identificam três instituições essenciais desta estrutura estatal neopatrimonial entre 1960 e 1990:

A primeira instituição identificada é o presidencialismo¹⁴, definido como a concentração sistemática do poder político nas mãos de um único indivíduo, que resiste delegar todas as suas funções decisórias, excepto as mais triviais (Bratton & Van de

¹⁴ Não deve ser confundido com o conceito institucional presidencialismo, frequentemente utilizado no debate sobre quais o melhor sistema político.

Walle, 1997, p. 63-65). É certo que o presidencialismo acabou por favorecer a instituição formal presidencial, mas este termo é referido neste contexto pela sua vertente informal. Por isso tende a centrar a sua análise nas ligações pessoais entre o presidente e a elite que o circunda.

Este processo enfraqueceu a autonomia das restantes estruturas de poder que já eram historicamente frágeis, quer seja o poder militar, o poder judicial, o órgão legislativo ou a administração pública. O poder estava desproporcionalmente centrado nas mãos do presidente, não existindo freios e contrapesos políticos ou judiciais que, de facto, pudessem restringir a acção do presidente. Não significa que quem ocupasse este cargo fosse onipotente, pois não detinha um aparelho de Estado capaz e tinha que ter em conta a acomodação de determinadas elites que permitissem a sua sobrevivência:

“In sum, neopatrimonial leaders, consciously promoted an image of omnipotence, which exaggerated the already considerable degree to which they dominate national politics. Both the reality and the myths of presidentialism suggest that the personal interaction between the “big men and his extended retinue defined African politics, from the highest reaches of presidential palace to the humblest village assembly.” (Bratton & Van de Walle, 1997, p. 64)

A segunda instituição neopatrimonial é o clientelismo sistemático (Bratton & Van de Walle, 1997, p. 65-67). Segundo Bratton e Walle os líderes africanos basearam historicamente a sua legitimidade na distribuição de favores pessoais, que tipicamente tomavam a forma de empregos no sector público ou a distribuição de recursos públicos através de licenças, contratos e projectos. Como retorno destes prémios materiais os seus clientes tinham que garantir apoio político. Este fenómeno estava presente em cada nível do poder político, assim a *aristocracia* fiel do governante conseguia o controlo dos cargos públicos, monopólio sobre rendas e a possibilidade de criar as suas próprias redes clientelares. Isto pressionou a multiplicação de empregos públicos, bem como do controlo público de sectores importantes da economia.

A terceira característica neopatrimonial identificada foi o uso dos recursos do Estado para a legitimação política (Bratton & Van de Walle, 1997, p. 66-67), fenómeno próximo do clientelismo anteriormente descrito. Este fenómeno passou pela incapacidade de distinguir a esfera pública e a privada, nomeadamente na definição dos

recursos que pertenciam ao Estado e os que pertenciam pessoalmente ao governante. Os autores ilustram esta característica com os casos em que presidentes utilizavam os recursos públicos para seu proveito.

O último momento de evolução do Estado moderno, que seguiu as mudanças políticas de 1990, englobando por isso o objecto deste estudo, já surge como uma fase de diminuição da importância do fenómeno neopatrimonial. Nomeadamente, o fracasso do modelo de centralização económica¹⁵ e a grande contestação aos modelos de governo vieram colocar em causa as bases neopatrimoniais do Estado. Por esta razão, alguns autores identificam com este período o fim do Estado neopatrimonial (ou pós-colonial). Como Young escreve:

“The lexical habit of post-colonial usage to label the African political world persists, but in many countries little remains of the hegemonic apparatus which African rulers inherited and initially sought to reinforce and expand as an instrument of rapid development. (...) I suggest closing the historical parentheses around the African post-colonial state, perhaps about 1990. The silent incorporation of many defining attributes of the colonial state in its post-independence successor for three decades validated the 'post-colonial' characterization. But by the 1980's a corrosive dynamic was visible, weakening most states, and by the 1990's eviscerating several.” (C. Young, 2004, p. 24-25)

O que não significa, no entanto, que esta característica não esteja presente (C. Young, 2004, p. 43). O que sucede é uma substituição deste factor, como pilar básico da estrutura estatal e da legitimidade governativa, por regras constitucionais baseadas numa legitimidade claramente de pendor racional-legal. Grande parte da contestação política do início da década de 1990 teve como objectivo criar regras que fossem respeitadas pelo presidente, bem como reforçar as instituições que (supostamente) o controlavam.

No entanto deve ser realçado o sincretismo deste processo, pois mesmo num cenário em que novas regras minam algumas bases do Estado neopatrimonial, outras características parecem apontar para a permanência de certos modos de actuação política. Concretamente, as análises que alertam para a fraca institucionalização política e a importância das relações pessoais na política africana tendem a ser cépticas sobre a expulsão do fenómeno neopatrimonial destas sociedades. Uma boa ilustração

¹⁵ Que ocorreu entre o final da década de 70 e a década de 80.

deste fenómeno reside na importância de certos protagonistas dos processos de transição que, quando chegaram ao poder, não alteraram algumas práticas presidencialistas que tanto criticavam enquanto estavam na oposição (Van de Walle, 2009, p. 143-144).

Mas qual a relação entre o fenómeno neopatrimonial e as eleições? Uma vez que após a década de 90 o recrutamento das elites governativas, em alguns Estados, tem de se basear no voto dos cidadãos, então o momento eleitoral deve ser visto como um perigo para os líderes políticos. Em economias pobres, como as da África subsariana, a perda do acesso aos recursos do Estado pode significar a perda de acesso a importantes recursos económicos:

“Losing an election can mean quite powerful people, such as a cabinet minister, returning to the village, obscurity and relative poverty”. (Cammack, 2007, p. 601)

O interessante é que isto implica que também é esperado que, na eminência de uma eleição, os líderes políticos se aproveitam mais das suas ligações ao Estado e os utilizem os seus recursos para garantir a sua manutenção no cargo político.

“Election time is when such problems are most apparent, partly because incidents of abuse are more frequent since it is vitally important to politicians in such states to win elections.” (Cammack, 2007, p. 606)

Ou seja, as ligações neopatrimoniais das elites políticas com o Estado estão relacionadas com as eleições, pois é o voto que decide a manutenção dessas ligações; ao mesmo tempo, a importância do momento eleitoral promove a alocação dos recursos do Estado por parte dos incumbentes para beneficiarem as suas campanhas. Desta forma o neopatrimonialismo pode afectar a competição eleitoral favorecendo o incumbente. Mas de que forma?

Tradicionalmente, na Ciência Política, o clientelismo é a principal forma indicada através da qual o neopatrimonialismo pode tentar afectar o voto. Clientelismo pode ser definido como uma troca de recursos entre um patrono/cacique e um cliente, com um carácter particularista e que beneficia ambas as partes, não obstante a desigualdade de estatuto entre as duas partes (Kopecký, 2011, p. 281). Esta definição é

extremamente vaga, mas no contexto da actual dissertação o que interessa é a sua vertente eleitoral, e por isso pode ser concretizada como:

“[T]he proffering of material goods in return for electoral support, where the criterion of distribution that the patron uses is simply: did you (will you) support me?” (Stokes, 2007, p. 605)

Este conceito liga-se com o conceito de neopatrimonialismo, pois esta distribuição de bens do Estado faz-se baseada na vontade do patrono, que consegue distinguir quem o apoiou de quem não o fez. Aqui reside o carácter particularista desta relação, pois apoia-se numa legitimidade não universalista, ou racional legal, mas na discrição de quem ocupa o lugar político. Isto implica, que certas medidas de apelo universalista¹⁶, mesmo que por vezes descritas como clientelares, não o são segundo esta definição. É preciso notar que esta troca de bens não é necessariamente positiva, pode envolver a ameaça de remoção de algum tipo de bem material que o patrono está a providenciar ao cliente.

Este conceito tem sido utilizado para estudar sociedades de modernização recente, pois espera-se que o fenómeno de clientelismo diminua com a expansão dos processos de integração horizontal, associados à criação de mercados e unidades políticas nacionais, e com a criação de estruturas de segurança, como a educação ou formas de apoio social, que tornem os benefícios garantidos pelos patronos inúteis (Kopecký, 2011, p. 284). Isto implica, como Scott (1972) refere, que existe do lado dos clientes insegurança em relação a um aspecto importante da sua vida que nem as modernas estruturas de mercado, mesmo que seja pela insuficiência de recursos do indivíduo, nem as estruturas estatais conseguem contrariar. Ou seja, segundo a literatura, este fenómeno deve ocorrer de forma mais sistemática em países com altos níveis de pobreza, problemas de eficiência do aparelho estatal e com integrações nacionais incompletas. O que parece ser uma descrição comum da generalidade dos países da África subsariana.

A aplicação deste conceito nesta região nas últimas duas décadas tem salientado a forma como esta comercialização do voto tem levado à ausência de discursos político substantivo nas campanhas eleitorais, sendo substituído por apelos meramente materiais ao voto (Banégas, 1998). Segundo Banégas, o clientelismo parece fazer parte

¹⁶ Conhecidas na literatura anglófona como *Pork-Barrel policies*.

integrante da noção de cidadania no Benim, bem como parte dos deveres de uma representação de um governante responsável. No mesmo sentido, alguns autores argumentam que uma das principais funções dos partidos nestes países é a de representar interesses clientelares:

"The characteristics of African parties identified in this brief survey suggest a need to rethink several of the classic functions attributed to political parties. In particular, the argument that African parties play an interest aggregation function is difficult to sustain. In Africa, today, on the other hand, parties do not really serve to aggregate interests - rather they serve a representation function in a context of clientelistic politics that are dominated by a disproportionately powerful executive and are only imperfectly democratic." (Van de Walle, 2003, p. 314)

Deste modo, o clientelismo funciona como uma outra fonte de fixação do voto e poderia explicar a constante vitória de incumbentes (Van de Walle, 2003, p. 72). É interessante notar como o clientelismo já foi apontado como factor importante para a construção de partidos (Shafter, 1994) em sociedades em que a profissionalização do aparelho burocrático só ocorreu após a expansão do sufrágio. Embora o contexto tratado por Shafter se relacione com o patrocínio, no qual os recursos disponíveis eram apenas cargos públicos, não deixa de ser interessante notar o paralelismo que é possível estabelecer entre a descrição de Shafter da emergência dos partidos nos EUA e a forma como o erário público parece ser fundamental no jogo político da África subsariana.

No entanto, o clientelismo coloca alguns problemas à sua verificação empírica. O primeiro problema que se coloca é compreender de que forma se pode observar de forma sistemática este fenómeno. Pois, embora existam relatos desta prática, se o que se procura é identificar a ocorrência ou não deste fenómeno, será preciso encontrar uma fonte que permita a comparação sistemática entre casos. A expansão do uso de inquéritos nestes países, que demonstrou ter sido bastante útil para compreender o papel da etnicidade nestas sociedades, não parece poder resolver este problema. Uma vez que as práticas clientelares têm uma conotação negativa, dificilmente alguém que tenha beneficiado com esta prática o assumirá, mesmo perante um inquérito anónimo. Para ultrapassar estes problemas, os inquéritos executados têm de estar preparados para lidar com esta situação, o que em geral não acontece em inquéritos generalistas como os do *Afrobarometer*.

Um exemplo que ilustra este problema pode ser encontrado no estudo de Lindberg e Morrison que indaga se os eleitores no Gana são realmente clientelares ou étnicos (Lindberg & Morrison, 2008). Segundo estes dois autores apenas 5% dos eleitores foram aliciados por apelos clientelares a votar num determinado candidato nas eleições de 1996 e 2000. No entanto, estes resultados devem ser lidos com cuidado. As conclusões foram retiradas a partir de entrevistas e basearam-se numa divisão entre eleitores que avaliaram o seu voto – ou seja deram razões para explicar o seu comportamento – e aqueles que meramente disseram que votaram pela etnia ou por promessas clientelares. Dificilmente este será o melhor método para avaliar a real dimensão do fenómeno.

Uma outra tentativa de analisar empiricamente o clientelismo na África subsariana tem surgido nos estudos da economia do desenvolvimento (Vicente, 2007; Vicente & Wantchekon, 2009; Wantchekon, 2003). Estes estudos têm como principal inovação a realização de experiências de campo na qual tentam analisar se práticas clientelares e de compra de voto têm sucesso eleitoral e de que forma isto pode afectar as políticas económicas. Estas análises são interessantes por demonstrarem que apelos clientelares são formas eficazes de mobilizar o voto, especialmente quando levados a cabo por incumbentes e quando direccionados para eleitores mais pobres e menos educados. Como os autores escrevem:

“Most importantly, these observations bring light to the consequences of specific campaigning strategies by incumbent vs. challenger politicians. The results indicate that the accessibility of clientelistic goods and associated credibility of clientelistic appeals may be behind a crucial effect on voting behavior. More specifically, incumbent candidates seem to have an advantage in adopting clientelistic platforms, most probably by displaying control of public allocations and resources before the elections.” (Vicente & Wantchekon, 2009, p. 14)

Mesmo chegando a conclusões interessantes, estas investigações apresentam duas limitações. Por um lado, são extremamente localizadas, pois ocorreram apenas em alguns países (Benim, São Tomé, Moçambique e Nigéria), e mesmo dentro desses países apenas foram efectuadas em alguns locais. Desta forma não só impossibilitam a comparação sistemática, como a aplicação das suas conclusões a outros cenários deve ser feita com cuidado.

A segunda limitação prende-se com a pergunta de partida. Os resultados destas experiências não apresentam o nível de clientelismo em cada sociedade. Aliás, em algumas delas, os investigadores concordaram com os candidatos que tipo de plataformas, se clientelares ou universalistas, é que estes iriam apresentar aos seus eleitores. O objectivo destes estudos é testar se estas práticas são ou não eficazes e não saber se elas ocorrem ou não, por isso não parecem ter mais sucesso do que os resultados discutidos anteriormente.

Estes dois exemplos de estudos sobre o clientelismo associados a eleições demonstraram como a verificação empírica deste fenómeno coloca bastantes problemas práticos. No entanto, é possível destacar uma outra perspectiva a partir da qual este fenómeno tem sido avaliado. Vários autores analisam o problema do clientelismo em conjunto com a etnicidade, no sentido em que uma das formas de mobilização étnica passa pela distribuição clientelar dos recursos públicos (Lemarchand, 1972).

Esta ligação do fenómeno étnico com práticas clientelares surge como forma de ultrapassar o paradoxo do clientelismo. Uma das questões que se coloca à eficácia desta prática é saber por que razão numa relação que tem tanto de reciprocidade e voluntarismo como de dominação não existe incumprimento do “contrato” (Stokes, 2007, p. 608). Nesta situação as comunidades étnicas podem então funcionar como uma forma de cimento social, ao estabilizar as relações entre patronos e clientes, facilitar a definição das clientelas por parte do patrono e criar nos indivíduos que ocupam a posição desfavorável da relação uma expectativa real de que lhe serão entregues alguns bens.

Outros autores tendem a salientar que o clientelismo por si só não pode mobilizar o voto na África subsariana, uma vez que os recursos do Estado são poucos. Estes autores salientam o papel do clientelismo na ligação das elites locais ao centro político, mas argumentam que a mobilização do eleitor é étnica (Chandra, 2007; Van de Walle, 2003, p. 70-72). Nesta visão, a combinação destes elementos possibilita a formação de um sistema partidário dominante, no qual as elites da oposição não têm incentivos para criar partidos estáveis. Pelo contrário, as elites que não estão no poder irão procurar mostrar eleitoralmente a sua capacidade clientelar para mostrar às elites incumbentes que a sua inclusão no poder lhes seria favorável. Esta literatura salienta

como a distribuição dos recursos do Estado pelas diferentes etnias foi uma opção histórica para tentar acomodar diferentes elites após a descolonização (Bratton & Van de Walle, 1997, p. 75-76).

Ou seja, parece que faz sentido ligar o conceito de clientelismo com a da competição étnica e esperar que as eleições possam tornar-se um campo de competição entre grupos étnicos para aceder aos recursos do Estado. Assim sendo, espera-se que grupos étnicos que são continuamente excluídos do poder se sintam lesados pelo sistema político, enquanto que os indivíduos cujo grupo étnico está no poder se sintam beneficiados. Alguns dados do *Afrobarometer* aponta que existe uma relação entre o sentimento de que o seu grupo étnico é descriminado pelas elites no poder e o voto na oposição (Bratton, Bhavnani, & Chen, 2011). O que demonstra que esta pode ser uma alternativa de procura de evidência sobre o clientelismo.

Retomando o neopatrimonialismo em geral, uma outra forma de este afectar a competição é pela distribuição de recursos, não apenas no sentido de diminuir as hipóteses de clientelismo dos que não estão no poder, mas ao dificultar as formas de mobilização da oposição. Como Cammack escreve, no momento eleitoral:

“We see, then, big men and parties calling in their favors, buying more support (handing out food, cash and fertilizer, touring the country making new promises, etc.), intimidating those who waver and attacking opponents (with police and youth gangs). Especially state-owned, but also politician-owned newspapers, TV and radio stations will be used to promote the ruling-party candidates and to slander (with impunity) the opposition. Meanwhile, the opposition will behave similarly, though it generally does not have the same impact because it lacks the resources the ruling party has. It is at this point that electoral commissions, often directly or indirectly picked by a president, will do what they can to convince the donors that elections are fair while at the same time ensuring that the president’s men win. For example, courts may rule that the electoral ‘playing field’ is not level, but the politicized commission will state that it lacks the resources to implement changes.” (Cammack, 2007, p. 606)

Ou seja, uma das vantagens dos incumbentes na África subsariana é a sua capacidade de definição do espaço de contestação durante a campanha eleitoral, nomeadamente de conseguirem criar um terreno desigual. Isto pode ser feito através da supressão de grandes reuniões de campanha, apelando a estados de emergência; pelo aproveitamento das ligações com os órgãos de comunicação social, sendo que na

África subsariana os principais são estatais; ou pelo aproveitamento do financiamento público para sustentar apenas a campanha do incumbente.

É verdade que se espera que este tipo de situação nos casos escolhidos no primeiro capítulo seja pouco frequente, pois as suas eleições foram consideradas livres e justas por entidades internacionais. No entanto, tal como foi notado no primeiro capítulo, a classificação clara de regimes como democráticos ou não, não é fácil e existem muitas práticas que se encontram numa área cinzenta. Estas práticas não têm de necessariamente tornar um regime não democrático, mesmo que o afastem do pólo ideal de democracia defendido por Dahl.

Uma outra razão para analisar este tipo de práticas prende-se com os próprios interesses das missões de observação eleitoral. A análise das equipas internacionais de monitorização eleitoral (Carothers, 1997) demonstra como por vezes são identificadas certas práticas nos momentos eleitorais que beneficiam um dos candidatos. Mas, como por vezes existem outros interesses internacionais na avaliação do cumprimento das normas democráticas, nestas situações os monitores consideram uma eleição como justa.

Desta forma, para além da possibilidade clientelar, o acesso aos recursos do Estado pode explicar a constante vitória dos incumbentes, ao garantir-lhes mecanismos indirectos de controlo da competição.

Concluindo, neste capítulo foram identificadas duas possíveis explicações dadas pelas Ciências Políticas para a contínua vitória do incumbente nas democracias emergentes da África subsariana. A primeira hipótese passa pelo impacto da etnicidade na arena eleitoral, funcionando não só como uma forma de “congelamento” do eleitorado, mas como uma forma estável de fixar o voto. A segunda explicação encontrada reside no neopatrimonialismo e no modo como as elites incumbentes podem tentar utilizar os recursos públicos para criar e sustentar redes clientelares ou para criar um terreno desigual de competição política.

METODOLOGIA

Uma vez apresentadas as hipóteses que podem explicar o objecto deste estudo, será necessário desenhar de que forma é que estas serão empiricamente testadas. Em primeiro lugar é preciso relembrar a pergunta de partida da actual dissertação: o que explica os padrões de baixa alternância no poder nas democracias eleitorais emergentes da África subsariana nas últimas duas décadas?

Para conseguir responder à pergunta, esta dissertação terá como principal objectivo o de compreender em que se baseia a estrutura de competição eleitoral nas democracias eleitorais da África subsariana entre 1990 e 2010. Em primeiro lugar, e seguindo a obra de Stein Rokkan e Seymour Lipset (1992, p. 162), o que interessa neste trabalho é compreender o comportamento dos cidadãos, enquanto associado a uma estrutura partidária emergente. Ou, utilizando a expressão de Maurizio Cotta (Cotta, 2008, p. 31-32), tentar estudar a vertente do Partido no Eleitorado. Num segundo momento, tentaremos analisar a relação das elites no poder com as eleições, nomeadamente se estas aproveitam os poderes de governante para controlarem os resultados eleitorais. Finalmente, estas duas vertentes serão integradas na compreensão do seu efeito na circulação de elites.

Este estudo pretende investigar este ponto tendo em conta os momentos eleitorais, porque a introdução de eleições (mais) livres e (mais) justas foi um factor essencial para a alteração dos regimes políticos da África subsariana. No entanto, esta inovação institucional não significou necessariamente a circulação das elites. Uma segunda razão para centrar a análise nas eleições, prende-se com a centralidade que este momento representa para o sistema político como um todo, ilustrando a ligação entre cidadãos e partidos e a ligação da elite política com o Estado.

Esta dissertação não tenta comprovar (nem rejeitar) em absoluto nenhuma hipótese levantada pela literatura. Antes pretende avaliar as teorias já exploradas pela ciência política recorrendo a novos dados empíricos e assim compreender a solidez de cada uma das hipóteses levantadas.

Casos Comparáveis

Para a escolha dos casos a analisar, foi tido em consideração o cumprimento dos três critérios impostos pela pergunta de partida. O primeiro critério é geográfico. Só serão considerados os países da África subsariana para este estudo. Seguindo Stock (2004, p. 5), esta escolha geográfica implica a exclusão dos países do norte de África, pois estes países têm uma maior proximidade com outras regiões, nomeadamente a Mediterrânea, são distintos cultural e demograficamente e, mais importante, por apresentam um percurso socioeconómico e político bastante diferente.

Isto não significa que se considere a África subsariana como um bloco unitário. Existe uma tensão entre unidade e diversidade nesta região (Stock, 2004, p. 6), mas o contexto político, económico e cultural é semelhante o suficiente para permitir a comparação, bem como para ser aceitável a (possibilidade de) generalização dos seus resultados para a totalidade do universo (Mahoney & Terrie, 2010, p. 744). Basta ter em conta a coincidência de certas transformações políticas, como os movimentos pela independência das décadas de 1950 e 1960 e a vaga de liberalização da década de 1990, ou de problemas que estes países enfrentam, como a fraca estrutura económica ou dificuldades de integração nacional, para compreender a pertinência de analisar esta região em conjunto (Stock, 2004).

O segundo critério é cronológico. Este estudo debruça-se apenas sobre o período de tempo compreendido entre 1990 e 2010. Isto porque é a partir da última década do século XX que surge um movimento que insiste na realização de eleições, tendencialmente livres e justas, como forma de garantir o pluralismo político. As eleições não foram introduzidas nesta região neste período, mas como já foi discutido, elas foram mais frequentes e mais livres neste período.

O terceiro, e último, critério imposto pela pergunta de partida corresponde ao tipo de sistema político. Este critério já foi abordado anteriormente, mas é pertinente relembrar que apenas serão analisados regimes democráticos, segundo uma operacionalização do conceito de Dahl. Os casos considerados democráticos podem ser consultados na tabela 3 da página 16.

Casos	Sistema Eleitoral	Sistema de Partidos	Antigo Colonizador	Ranking Democrático	Eleições Pré-1990
Benim	Proporcional em Círculos Pequenos	Fluido	França	2	S/N
Botsuana	Maioritário (Maioria Simples) em Círculos Uninominais	Estável	Reino Unido	2,5	S
Gana	Maioritário (Maioria Simples) em Círculos Uninominais	Estável	Reino Unido	1,5	S/N
Moçambique	Proporcional em Médios Círculos	Estável	Portugal	3,5	N
Senegal	Segmentado	Destabilizado	França	3	S

Tabela 4 . Vários dados para escolha de casos.

Uma vez estabelecido o universo de estudo da presente investigação, foram escolhidos cinco casos que apresentam contextos diferentes para permitir uma comparação mais sólida, a saber: Benim, Botsuana, Gana, Moçambique e Senegal. A escolha deste casos respeitou um modelo de comparação pelo Método da Semelhança (*Method of Agreement*) de acordo com a tipologia definida por John Stuart Mill (1974, p. 388-390). Isto porque serão comparadas instâncias diferentes nas quais o fenómeno ocorre (Mill, 1974, p. 389). De notar que esta investigação pretende avaliar a validade das hipóteses que foram apresentadas na secção de estado da arte. Por isso, mesmo reconhecendo algumas das limitações deste método (Gerring, 2010, p. 674-675), este é adequado para avaliar possíveis causas e permite a generalização a nível regional das conclusões finais (Gerring, 2010, p. 672).

Tendo em conta o modelo de comparação delineado, os casos escolhidos são diversos na sua área geográfica, no seu sistema eleitoral, no seu sistema de partidos, na sua herança colonial e na sua história política desde a independência, nomeadamente na ocorrência ou não de eleições antes de 1990. Estas diferenças estão presentes na Tabela 4¹⁷. Também se teve em conta a disponibilidade de dados para comparação, dados esses cuja descrição será efectuada mais adiante.

¹⁷ A Tabela foi criada a partir de (Dieter Nohlen, Krennerich, & Thibaut, 1999) para qualificar o sistema eleitoral e a ocorrência frequente de eleições antes de 1990, da FreedomHouse para o Ranking Democrático de 2010, de (Lindberg, 2007) para a classificação dos Sistemas de Partido. A classificação para as Eleições Pré-1990 foi feita da seguinte forma: S- Sim foram realizadas Eleições Recorrentes, N- Não foi realizada nenhuma eleição, S/N- Foram realizadas eleições mas não foram frequentes.

Casos	Mudança	Não Mudança	Meio*
Universo Total	23,8	69,1	7,2
Casos Escolhidos	14,6	73,2	12,2

Tabela 5. Comparação da Alteração do Poder através de eleições na totalidade do Universo e nos cinco casos escolhidos.

Fonte: Base de Dados Lindeberg (2007)

* A categoria meio é atribuída quando o líder se manteve no poder mudando o partido, ou o contrário.

Ao comparar o comportamento da variável dependente – a vitória do incumbente – nos cinco casos escolhidos com o seu comportamento no universo que representam, constata-se que este é similar. Como pode ser verificado na Tabela X, os casos escolhidos apresentam um nível bastante baixo de rotatividade no poder, um pouco menor que o da totalidade dos casos. A maior diferença entre os valores deve-se ao caso do Benim, que apresenta um grande valor na categoria “Meio”.

Metodologia de Abordagem

Este estudo é, na sua essência, uma análise comparada entre os cinco casos escolhidos, tendo em conta o modelo anteriormente apresentado. Partindo de uma análise baseada num modelo comparativo que procura as causas dos efeitos, esta investigação centrar-se-á no teste das teorias existentes e na conceptualização da causalidade enquanto necessária ou suficiente (Mahoney & Terrie, 2010, p. 740).

O presente estudo aproxima-se mais de um modelo de análise comparada do que de um modelo de análise estatística, uma vez que a sua pergunta essencial é saber se as variáveis identificadas pela literatura como resposta à pergunta de partida exerceram efeito nestes casos, e não saber qual o grau médio desse efeito. Por isso, é justificada a escolha de uma metodologia de análise essencialmente comparada baseada num número pequeno de casos, e não estatística, baseada num grande número de casos analisados (Mahoney & Terrie, 2010, p. 746-747). No entanto, para a análise mais fundamentada de cada caso serão aplicadas outras metodologias.

Para analisar os casos de estudo, será utilizada, em primeiro lugar, uma metodologia estatística que versará sobre os resultados eleitorais ao nível nacional, bem como a sua relação com divisões étnicas dos eleitores ou com outras características

e/ou atitudes destes últimos. Neste primeiro momento de análise, o mais importante é verificar se em cada país podemos identificar o impacto da politização étnica e do neopatrimonialismo no eleitorado.

Num segundo momento, será utilizada uma metodologia comparada baseada na análise de conteúdo. Esta análise será centrada em relatórios de avaliação do momento eleitoral e procurará compreender a relação das elites no governo com o acto eleitoral.

Num terceiro momento será aplicada uma metodologia comparada que versará sobre a história recente dos cinco países. Nesta parte, será sobretudo importante compreender a variação, ou a não variação, encontrada e tentar identificar que factores é que podem condicionar a competição eleitoral.

Problematização

De forma a conseguir responder de forma sistemática à pergunta de partida desta investigação, tendo em conta os contributos académicos analisados na secção anterior, é necessário dividi-la nas seguintes perguntas derivadas:

1. *Será que as clivagens étnicas estão representadas na variação eleitoral e partidária?* Ou seja, será que os resultados empíricos obtidos através do tratamento estatístico da relação entre geografia étnica e eleitoral permite sustentar a teoria do sistema de partidos estar sustentado em clivagens etno-políticas como proposto por vários autores analisados?
2. *Será que o neopatrimonialismo afecta a competição eleitoral, ao condicionar a real janela de oportunidades das eleições?* Ou seja, será que as elites no poder utilizam os recursos do Estado para adulterar a competição eleitoral de forma evidente?
3. *Será que o neopatrimonialismo afecta a competição eleitoral através da mobilização política das etnias?* Ou seja, será que as eleições têm como subtexto a captura do poder para canalizar esses recursos exclusivamente para a comunidade étnica associada ao partido vencedor?

4. *Como é que isto afecta o processo de recrutamento de elites políticas?*
Ou seja, de que forma é que os fenómenos identificados podem afectar o recrutamento e a circulação das elites políticas?

Eixos Problemáticos

Partindo das perguntas derivadas acima declaradas, podem ser identificados três eixos problemáticos fundamentais neste estudo. O primeiro eixo cinge-se às clivagens que são reproduzidas na arena eleitoral. Neste, é importante compreender quais são as clivagens que operam nestes sistemas políticos e o que explica a sua activação, estando enquadrados no terceiro eixo identificado por Stein Rokkan e por Seymour Lipset já referido.

O segundo eixo centra-se no lado da oferta política e tentar-se-á compreender de que forma é que as particularidades da estrutura estatal e da relação das elites políticas com esta podem influenciar a competitividade do acto eleitoral. Neste eixo é importante saber se a ligação entre elites governantes e o Estado afecta o acto eleitoral directa ou indirectamente.

Finalmente, será abordado um terceiro eixo problemático sobre as implicações que esta estrutura de competição pode ter no processo de recrutamento e rotação de elites. Este eixo tenta conciliar os dois anteriores e compreender qual o seu impacto conjunto nos processos de transformação de elites políticas nos países analisados.

Formulação de Hipóteses

Após a análise do estado da arte e da declaração das perguntas de partida, a investigação seguirá as seguintes hipóteses:

3. A Politização étnica, em combinação com uma estrutura de ligação neopatrimonial das elites políticas ao Estado, gera uma baixa rotatividade no poder.
4. As clivagens etno-políticas estão representadas e sedimentadas na arena eleitoral.

5. A ligação das elites políticas ao Estado permite que estas utilizem os recursos públicos em benefício próprio no momento eleitoral, adulterando a competitividade do sufrágio.
6. Simultaneamente, o neopatrimonialismo afecta a ligação étnica ao tornar as eleições numa arena de disputa pelos recursos do estado pelas diferentes etnias.
7. Os baixos níveis de alternância no poder não são alterados pelo sistema eleitoral nem pela ocorrência de eleições prévias a 1990.
8. A capacidade de conseguir reunir um grupo étnico suficientemente grande permite a criação de sistemas estáveis de partido hegemónico.

Estas hipóteses podem ser divididas pelos três eixos problemáticos. As hipóteses 2, 4 e 6 são enquadradas no primeiro eixo identificado, as hipóteses 3 e 4 no segundo e as hipóteses 1 e 5 no terceiro. Em geral, as hipóteses formuladas, nomeadamente da 1 à 5, estipulam uma relação negativa entre as variáveis dependente e as independentes. Ou seja, sempre que as etnias forem politizadas e que exista uma relação neopatrimonial com o Estado por parte das elites políticas irá diminuir a alternância no poder.

Definição de Tópicos de Recolha de Informação

Para testar as hipóteses levantadas é necessário identificar as variáveis a analisar, bem como os indicadores correspondentes. Existem quatro variáveis essenciais identificadas por este estudo.

A primeira é a variável dependente, a saber: a alternância no poder. Uma vez que a análise será sobre democracias eleitorais, o indicador apropriado é o resultado eleitoral.

A segunda variável é a politização étnica. Para operacionalizar esta variável será utilizada a distribuição geográfica dos votos de cada etnia, enquanto identidade de pertença expressamente reconhecida pelo indivíduo. Será importante conjugar esta

variável com uma outra: a saliência da identificação étnica. Como indicador desta variável será utilizada a importância dada pelo indivíduo à identidade étnica, nomeadamente no campo político.

A última variável importante é o neopatrimonialismo. Para a operacionalizar será usado como indicador a utilização do poder do Estado por parte dos governantes para adulterar o processo eleitoral. Uma segunda forma de operacionalizar esta variável é através das atitudes dos eleitores, nomeadamente a expectativa de que as elites da sua etnia irão canalizar os recursos do Estado preferencialmente para o seu grupo.

Seleccção de Fontes

Para a criação dos indicadores descritos serão consultados várias fontes. Para os resultados eleitorais, serão consultados como fontes gerais: (1) o volume sobre África de compilação de resultados eleitorais organizado, por Dieter Nohlen e outros (1999); (2) a African Elections Database (<http://africanelections.tripod.com/>); (3) a base de dados organizada por Staffan Lindberg (<http://www.clas.ufl.edu/users/sil/downloads.html>). Para colmatar a falta de dados gerais serão consultadas algumas fontes específicas para alguns casos: (4) para o Benim e o Senegal serão consultados os resultados coligidos pelo *International Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA)*; (5) para o Gana será consultado o arquivo digital da Comissão Eleitoral do Gana (http://www.ec.gov.gh/election_result); (6) para o caso de Moçambique será consultado o arquivos da Comissão Nacional de Eleições de Moçambique (<http://www.stae.org.mz>) e do *Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa* (<http://www.eisa.org.za/WEP/mozelectarchive.htm>); (7) para o Botsuana será consultado o arquivo digital da Comissão Eleitoral Independente (<http://www.iec.gov.bw/>), bem como a base de dados da EISA (<http://www.eisa.org.za/WEP/botelectarchive.htm>).

Para a criação dos indicadores de distribuição geográfica das identidades étnicas e da sua saliência serão utilizados os resultados dos inquéritos feitos pelo (8) *Afrobarometer* (<http://afrobarometer.org/>). Estes inquéritos já foram efectuados nos cinco casos escolhidos mais do que uma vez e por isso permitem uma comparação

sistemática entre eles. Em particular, serão utilizadas as respostas ao questionário para definir a distribuição geográfica das etnias e para definir a sua saliência. O *Afrobarometer* será utilizado de igual forma para captar se os membros de uma determinada comunidade étnica têm a expectativa de que os recursos do estado sejam canalizados para o seu grupo preferencialmente se um membro da sua comunidade for eleito.

Para a criação do indicador de utilização do poder do estado para adulterar o processo eleitoral serão consultados os relatórios das missões de observação eleitoral conduzidos por: (9) *Carter Center* (<http://www.cartercenter.org/peace/democracy/des.html>), (10) *Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa* (<http://www.eisa.org.za/>), (11) União Europeia (<http://eueom.eu/>), (12) Secretariado da Commonwealth (www.thecommonwealth.org/Internal/39079/election_observation/) e (13) por *National Democratic Institute* (<http://www.ndi.org/elections>). De notar que só foram escolhidas organizações internacionais e que sempre que possível serão analisados dois relatórios por cada observação para garantir a credibilidade destes.

A Tabela 6 sintetiza a relação entre Variáveis, Indicadores e Fontes.

Tipo de Variável	Variável	Indicador/Descritor	Fontes
Dependente	Alternância no Poder	Resultados Eleitorais	1,2,3,4,5,6,7
	Politização das Etnias	Concordância da Distribuição Geográfica dos Resultados Eleitorais e das Etnias	1,2,3,4,5,6,7,8
		Saliência das Etnias	8
Independente	Neopatrimonialismo	Uso dos recursos do Estado no momento eleitoral	9,10,11,12,13
		Expectativa de canalizar recursos do estado para Etnia em detrimento de outros grupos	8

Tabela 6 Relação entre Variáveis, Indicadores e Fontes

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A aplicação da metodologia delineada no capítulo anterior será feita em duas partes. Na primeira, serão analisados os casos individualmente seguindo a seguinte fórmula: Sumariada a sua história recente, serão apresentados os dados eleitorais das últimas décadas e será analisado o impacto da etnicidade e do neopatrominalismo nas eleições. Na segunda parte serão comparados os resultados entre si com o intuito de compreender a validade das hipóteses levantadas anteriormente.

Benim

O Benim, antiga colónia francesa do Dahomey, viveu na segunda metade do século XX uma situação de alguma instabilidade política, apenas resolvida com a instauração de uma ditadura de partido único em 1972. Ao contrário de outras colónias francesas, a introdução de eleições no final do período colonial no Benim não significou a implantação de um partido único. No final da década de 50, surgem três grandes esferas de poder no país, correspondendo, grosso modo, aos três reinos que antecederam a administração colonial. Desta divisão tripartida, resultou uma grande instabilidade política até 1972: o chefe de Estado foi mudado dez vezes, na sua maioria não foi respeitado o processo constitucionalmente definido, e vários sistemas eleitorais e regimes políticos foram testados, mas nenhum conseguiu a estabilidade política procurada.

Em 1972 um golpe militar introduziu uma ditadura de partido único, no qual os militares desempenhavam um papel importante, chefiada por Mathieu Kérékou. Neste novo regime, a elite política do Benim foi renovada, com a exclusão e perseguição dos líderes políticos que representavam as divisões que condenaram o regime anterior e as eleições foram interrompidas até 1979. A partir desta data e a cada cinco anos, foram organizadas eleições que apenas permitiam o partido no poder, o *Parti de la Révolution Populaire du Bénin*, e tinham um carácter plebiscitário.

Na década de 80, a crise económica que o país atravessava e a crescente percepção de corrupção por parte da população começavam a colocar em causa a legitimidade do regime e rapidamente se multiplicaram os protestos. Desta forma, o

regime viu-se obrigado a organizar uma conferência nacional em 1990 que contou com a participação das principais forças políticas e sociais do país, com o intuito de garantir o apoio ao regime. No entanto, esta conferência conquistou uma maior autonomia do que a inicialmente prevista pelos líderes autoritários. Mesmo continuando a reconhecer Mathieu Kérékou como Presidente, esta conferência nomeou um governo de transição incumbido de preparar uma constituição democrática, retificada em referendo no final de 1990, e de organizar eleições presidenciais e legislativas no ano seguinte. Deste modo, esta transição política pacífica no Benim, inaugurava um período de democratização que se iria estender a vários outros países,

A nova constituição assemelha-se à a constituição vigente no final da década de 1960. Prevê um regime de forte pendor presidencialista, acumulando este cargo os deveres do Chefe de Estado com os deveres de Chefe de Governo, incluindo o de nomear os ministros após audição da Assembleia da República. Do ponto de vista eleitoral, as eleições presidenciais apresentam um sistema de maioria absoluta a duas voltas, prevendo uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados no caso de nenhum dos candidatos conseguir reunir mais do que 50% dos votos na primeira volta. As eleições parlamentares seguem um sistema proporcional baseado no quociente de Hare e de Hond't para distribuir os lugares restantes. É preciso notar a pequena dimensão média dos círculos. Dos dezoito círculos eleitorais, dez elegem entre 3 e 4 mandatos e apenas um elege mais do que seis.

Passando a uma análise dos resultados eleitorais mais recentes do Benim, algumas características são reveladas. A primeira é a de que o sistema partidário do Benim é aparentemente fluído. Este sistema político conta com um grande número de partidos com assento parlamentar, que variou entre 8 e 12 nas últimas duas décadas, bem como uma grande volatilidade das coligações governamentais. Este factor explica a baixa taxa de vitória dos incumbentes que este país apresenta, 25% como está presente na Tabela 3.

No entanto esta grande volatilidade é principalmente aparente. Se utilizarmos o índice proposto por Golosov (2010), para medir o número efectivo de partidos, notamos que, não obstante o elevado número de partidos com assento parlamentar, o número efectivo de partidos varia entre 1,51 e 1,04 com uma tendência clara para

diminuição deste número com o tempo. No mesmo sentido, se a categoria Meio de Lindberg for tida em conta na avaliação da vitória do incumbente, a taxa de sucesso passa de 25% para 75%.

O Gráfico 2 pretende demonstrar esta dupla faceta eleitoral¹⁸. Por um lado, o Benim surge como o caso no qual a vitória das elites que não estavam no poder é mais frequente. Das cinco eleições presidenciais, três (1991, 1996 e 2006) resultaram na derrota do incumbente. No entanto, esta rotação das elites no poder deve ser algo contextualizada. O primeiro factor a ter em conta é a continuação de Mathieu Kérékou, que governou o país desde 1972, na vida política. O segundo factor advém do percurso político de Nicéphore Soglo. Se é verdade que a eleição de Soglo significou um corte evidente com o incumbente Kérékou, em 1991, não deve ser ignorado o facto de Soglo ter sido nomeado, em 1989, primeiro-ministro interino encarregue de organizar as primeiras eleições livres e justas. Assim sendo, mesmo reconhecendo que as eleições de 1991 e de 1996 resultaram na alteração do presidente em exercício, estas não significaram o mesmo que a vitória, em 2006, de Yayi Boni, que estava claramente na posição de não incumbente, aliás não tinha experiência partidária prévia. É por essa razão que Lindberg considera que, apenas, a eleição presidencial de 2006 e a legislativa de 2003 resultaram na derrota clara do incumbente.

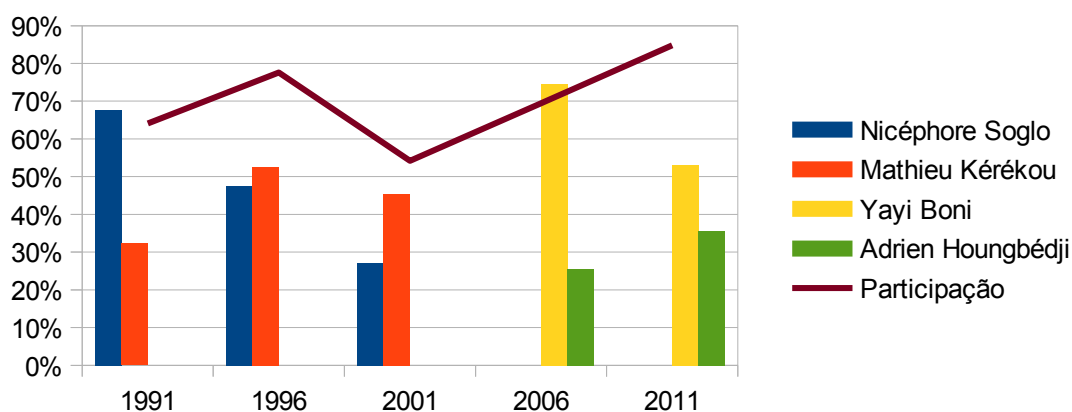


Gráfico 2 Resultados das Eleições presidenciais no Benim entre 1991 e 2011. Foram tidos em conta apenas os resultados de 2ª volta nas eleições, excepto para 2001.
Fonte: African Elections Database

¹⁸Devido ao número elevado de partidos com assento parlamentar e à grande volatilidade das coligações legislativas, foram apenas consideradas as eleições presidenciais.

Etnias e Voto Étnico

Iniciando a análise das duas dimensões que podem influenciar a vitória do incumbente pela análise do voto étnico, não existe qualquer fenómeno de eleição como recenseamento étnico. Na Tabela 7 estão os resultados de uma sondagem executada pelo *Afrobarometer* que, em 2005, questionava os indivíduos qual seria a sua escolha nas eleições presidenciais do ano seguinte¹⁹. Os resultados apresentados são interessantes pois demonstram que, existindo uma variação das escolhas por grupo étnico, não existe nenhum caso em que uma etnia apoie um candidato em pelo menos 85%. Ou seja, utilizando o patamar indicado por Horowitz, de facto nenhum partido, ou neste caso candidato presidencial, apresenta um apoio étnico. A Tabela 7 é igualmente interessante dado que demonstra que não existe uma tendência de concentração eleitoral no maior grupo étnico, os Fon. Por outro lado, os grupos étnicos de menor dimensão já concentram o seu voto num candidato. Um exemplo disso é Kérékou que consegue reunir cerca de 70% dos votos dos Yoa e dos Peulh.

Grupo Étnico	Percentagem da Pop.	Soglo	Houngbedji	Amoussou	Boni	Kérékou
Fon	41,70%	33,70%	28,70%	1,90%	12,40%	15,50%
Adja	15,70%	10,10%	8,90%	46,80%	5,10%	26,60%
Bariba	17,60%	5,30%	2,60%	1,80%	21,90%	55,30%
Dendi	3,30%	0,00%	0,00%	4,20%	25,00%	58,30%
Yoruba	12,30%	0,00%	13,00%	1,90%	33,30%	29,60%
Peulh	4,50%	0,00%	0,00%	0,00%	13,60%	68,20%
Yoa	4,50%	0,00%	5,60%	2,80%	16,70%	69,40%

Tabela 7 Percentagem da População segundo principais etnias e distribuição de Intenção de votos por grupos étnicos.

Fonte :Afrobarometer

A Tabela 8 demonstra que, de facto, as etnias estão correlacionadas com o voto. Nesta tabela é interessante notar como Boni em 2011 vai comportar-se de uma forma semelhante a Kérékou em 1991 e em 1996. Estes dois candidatos conseguem ter melhores resultados em três grupos étnicos (Bariba, Dendi e Peulh) tendo no entanto piores resultados com os Fon. Este é um dado muito interessante. Boni e Kérékou ganharam quatro das cinco eleições presidenciais no Benim mas tiveram piores resultados com o maior grupo étnico, os Fon, que representam 40% da população do Benim. Ou seja, no caso do Benim, existem indícios de que a etnicidade pode ser um factor importante para explicar e “congelar” o voto. No entanto, o maior grupo étnico

¹⁹ De notar que Kérékou acabaria por não concorrer em 2006.

não parece sair beneficiado desta situação.

	Voto em Soglo 1991	Voto em Kérékou 1991	Voto em Soglo 1996	Voto em Kérékou 1996	Voto em Boni 2011	Voto em Houngbédji 2011	Voto em Tchané 2011
Fon	,789*	-,789*	0,725	-0,725	-,624*	,640*	-0,427
Adja	0,284	-0,284	0,101	-0,101	-0,185	0,274	-0,297
Bariba	-,993**	,993**	-,791*	,791*	,667*	-,707**	0,397
Dendi	-,840*	,840*	-0,630	0,630	0,539	-,606*	0,256
Yoruba	0,450	-0,450	0,381	-0,381	-0,105	0,140	-0,122
Peulh	-0,737	0,737	-0,511	0,511	,648*	-,649*	0,232
Yoa	-0,649	0,649	-0,539	0,539	0,188	-0,394	,847**

Tabela 8 Correlação entre distribuição regional dos grupos étnicos e do voto.

Fonte: Afrobarometer Ronda 3, Nohlen (1999), African Elections Database.

Neopatrimonialismo

Passando para a análise da segunda dimensão que pode afectar a vitória do incumbente, duas componentes desta dimensão serão tomadas em conta. A primeira é o clientelismo. Como a tabela 9 demonstra, a prática de troca do voto por ofertas políticas parece existir e parecendo que existe alguma variação entre diferentes grupos étnicos. No entanto, e ao contrário do que seria de esperar, esta prática parece ser mais recorrente naqueles grupos étnicos que não estão associados com nenhum dos dois principais candidatos.

	Nunca	Uma Vez	Algumas Vezes	Frequentemente
Fon	69,54%	9,22%	6,41%	14,63%
Adja	44,39%	14,97%	8,02%	32,62%
Bariba	81,04%	12,80%	3,79%	1,42%
Dendi	76,92%	5,13%	7,69%	10,26%
Yoruba	55,10%	15,65%	11,56%	17,69%
Peulh	83,02%	15,09%	1,89%	0,00%
Yoa	62,26%	13,21%	16,98%	5,66%
Total	66,36%	11,86%	7,15%	14,30%

Tabela 9 Percentagem das respostas à pergunta: “Durante a última campanha eleitoral (2003) quantas vezes ou alguma vez um candidato ou um membro de um partido político lhe ofereceu algo em troca do seu voto”.

Fonte Afrobarometer

Aliás a Tabela 10 demonstra como não existe nenhuma relação entre candidato incumbente e a utilização do clientelismo. Apenas parece que um dos candidatos com menor peso eleitoral, Amoussou do *Partie Social-Démocrate*, utilizou o clientelismo

como forma de mobilizar o eleitorado. Desta forma, não parece que o clientelismo possa explicar a vitória eleitoral do incumbente. Aliás, como será notado mais adiante, o Benim surge como um caso em que o clientelismo tem algum impacto, pois nos restantes casos este fenómeno é bastante reduzido.

	Nunca	Uma Vez	Algumas Vezes	Frequentemente
Soglo	70,00%	14,00%	2,00%	13,00%
Houngbedji	68,82%	12,90%	7,53%	10,75%
Amoussou	40,43%	19,15%	10,64%	29,79%
Kérékou	71,57%	14,21%	7,11%	6,60%
Boni	65,96%	15,96%	8,51%	9,57%
Total	67,04%	14,69%	6,78%	11,11%

Tabela 10 Percentagem das respostas à pergunta: “Durante a última campanha eleitoral (2003) quantas vezes ou alguma vez um candidato ou um membro de um partido político lhe ofereceu algo em troca do seu voto”.

Fonte Afrobarometer

A segunda componente do neopatrimonialismo que foi identificada passa pela ligação entre elites políticas no poder e as eleições. A análise dos diferentes relatórios das missões de observação eleitoral de 1996, 2003 e 2011 demonstrou que existem três factores importantes nesta relação: os meios de comunicação públicos, o acesso aos recursos do estado e a independência da Comissão eleitoral em relação ao incumbente.

No que concerne os meios de comunicação e a sua cobertura da campanha política, a característica mais importante encontrada no Benim é a proliferação de meios de comunicação privados cuja cobertura jornalística, nunca sendo equitativa, não favorecia o incumbente (National Democratic Institute, 1996). No entanto, a cobertura jornalística dos órgãos de comunicação social detidos pelo Estado favoreceu o incumbente. De qualquer forma, a existência de meios de comunicação privados com capacidade de alcançar os cidadãos, contrabalançou este efeito. Isto não significa que a cobertura jornalística privada era equitativa, apenas significa que os cidadãos, mesmo que continuassem mal informados, não estavam a ser a favor do incumbente.

Passando para uma análise ao acesso e à utilização dos recursos públicos na altura da campanha eleitoral, consideramos que esta dimensão do neopatrimonialismo teve um efeito baixo. Não existiram apoios financeiros públicos que tentassem reequilibrar as forças que não tinham acesso aos recursos do estado, mas, no entanto os partidos da oposição conseguiam angariar financiamento por si só e não existiram

relatos de abuso dos recursos do estado por parte do incumbente (Organisation Internationale de la Francophonie, 2003, 2011).

Em relação à comissão eleitoral, esta revela um baixo pendor neopatrimonial: Desde 1994 que, pela força do tribunal constitucional, foi criada uma comissão eleitoral autónoma. (Organisation Internationale de la Francophonie, 1995) A nomeação desta comissão cabe ao governo e à assembleia e nela participa igualmente um magistrado e dois membros de organizações de direitos humanos. De notar que, mesmo a nível regional, esta comissão detêm uma grande autonomia (Organisation Internationale de la Francophonie, 2001a). Ou seja, a comissão eleitoral é plural e goza de uma grande autonomia em relação ao poder executivo.

Botsuana

Passando para a análise do segundo caso, o Botsuana surge como o caso mais distinto do conjunto. Desde o momento em que a competição eleitoral foi introduzida em 1965, dois anos antes de ser garantida a independência, este país conseguiu manter uma grande estabilidade política e respeitar o regime multipartidário. Este facto deve-se ao papel do *Botswana Democratic Party* (BDP), partido escolhido pelas autoridades britânicas como sucessor no poder, que conseguiu reunir o apoio dos chefes tradicionais bem como do eleitorado. Em conjunto com o domínio do BDP, outros dois factores contribuíram para a estabilidade política. O primeiro factor é a pequena dimensão demográfica do país, contando com cerca de 2 milhões de habitantes em 2010 e uma baixa taxa de população recenseada, cerca de 27% em 1994. O segundo factor que contribuiu para a estabilidade política foi o sistema político vigente que garantiu uma grande estabilidade governativa ao BDP, aliando um sistema eleitoral de maioria simples em pequenos círculos uninominais com um regime parlamentar forte.

A combinação destes factores com uma conjuntura económica favorável, alimentada pela descoberta de diamantes, levou à criação de um sistema partidário dominante. Nas seis eleições realizadas no Botsuana entre 1965 e 1989, o BDP recolheu entre 64,8% e 80,4% dos votos. No entanto, devido às distorções provocadas pelo sistema eleitoral, o BDP garantiu entre 77,4% e 91,2% dos deputados eleitos para a assembleia, nesse período.

Não obstante este passado democrático, a inclusão do Botsuana neste estudo é justificada por duas alterações que ocorreram na última década do século XX e que significaram uma melhoria evidente na competição democrática deste país. A primeira alteração foi o surgimento de uma oposição mais significativa e que tentou competir com o BDP, mesmo não conseguindo colocar em causa o domínio deste partido. De notar que esta oposição já existia desde a introdução das eleições na década de 60, mas nunca tinha conseguido grande sucesso eleitoral, conseguindo apenas eleger 3 a 5 deputados para o parlamento. Mas a partir de 1994, o BDP não conseguiu recolher mais do que 57% dos votos, mesmo mantendo um domínio de deputados eleitos entre 82% e os 67%. Este declínio do domínio do BDP deve-se à morte de Seretse Khama cujo carisma não só lhe permitiu reunir um vasto consenso dentro das elites tradicionais como o tornou, desde 1965, no líder incontestado e ao aparecimento de escândalos de corrupção ligados a figuras importantes do governo e do partido, no início da década de 90.

Uma segunda alteração que ajudou a melhorar a qualidade da competição democrática neste país, nas duas últimas décadas, foi a criação de um órgão independente para supervisionar a organização das eleições, e que mais tarde iria originar uma comissão eleitoral. Este factor é importante pois, num sistema eleitoral de uma geografia altamente variável, como em geral são todos os sistemas uninominais baseados em pequenos círculos, a independência do órgão responsável pela organização do acto eleitoral é necessária para garantir a transparência do processo. De notar que as eleições realizadas até 1994 eram organizadas burocraticamente por um órgão directamente dependente do Presidente da República e cujas acções nem eram fiscalizadas pelo Parlamento.

O actual sistema político do Botsuana é uma versão modificada do Sistema parlamentar britânico. Tal como já foi referido, o seu principal órgão é o parlamento que é eleito num sistema de pequenos círculos uninominais. O Presidente da República é eleito indirectamente pelo Parlamento e acumula os cargos de Chefe de Estado e de Governo, sendo esta a modificação mais substancial em relação ao modelo de Westminster original. De notar que existe uma *House of Chiefs* para a qual são nomeados chefes das principais tribos do país, proporcionalmente ao seu peso demográfico, mas tal como a *House of Lords* britânica, apenas detêm poderes

consultivos não vinculativos.

Como está presente no Gráfico 3, a análise dos resultados eleitorais nas últimas duas décadas demonstra como o Botsuana surge como um exemplo extremo de vitória do incumbente na África Subsariana. Em todas as eleições, um partido, o BDP, foi o claro vencedor, tendência que perdura desde a independência. De notar, no entanto, que a partir da década de 1990 surge uma oposição mais consistente. Mas, devido à distorção provocada pelo sistema eleitoral entre percentagem de votos e de assentos parlamentares, esta oposição permanece minoritária no parlamento ocupando apenas entre 32% e 17,5% dos lugares do parlamento.

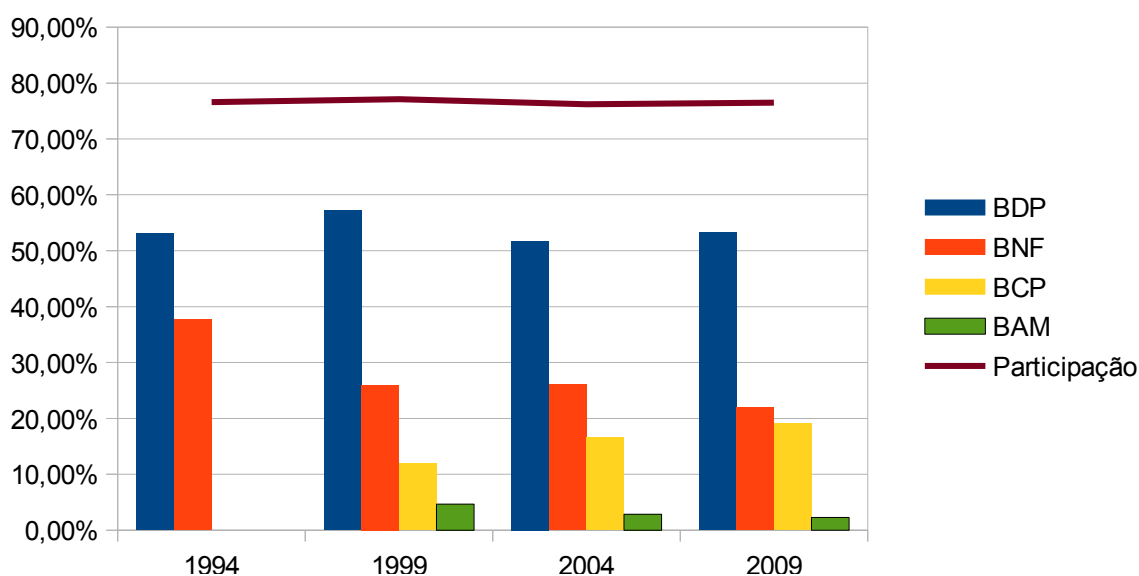


Gráfico 3 Resultados das Eleições parlamentares no Botsuana entre 1994 e 2009.
Fonte: African Elections Database

Etnias e Voto Étnico

Começando a análise dos factores que podem explicar a constante vitória do incumbente pelo dimensão do voto étnico, os quadros 11 e 12 são bastante elucidativos. Tal como aconteceu com o caso anterior, não existe nenhum indício de recenseamento étnico, como demonstram os dados a nível individual. No entanto, no caso do Botsuana quer a nível individual, quer a nível regional, não parece existir uma relação forte entre etnia e o voto.

Aliás, este facto é sublinhado no Quadro 12 pois apenas pode ser identificada

uma grande correlação entre distribuição geográfica dos grupos étnicos e o voto. Mais interessante ainda, em 2004 existiu uma relação negativa entre o voto no partido que venceu a eleição e o maior grupo étnico.

Grupo Étnico	Percentagem da Pop.	BDP	BNF	BCP
Tswana	48,90%	66,80%	14,00%	7,30%
Mokalanga	14,30%	72,50%	8,20%	7,00%
Motswapong	5,00%	83,30%	3,30%	6,70%
Mokgalagadi	6,70%	60,00%	26,20%	6,20%

Tabela 11 Percentagem da População segundo principais etnias e distribuição de Intenção de votos por grupos étnicos.

Fonte Afrobarometer

	Votos BCP 1999	Votos BDP 1999	Votos BNF 1999	Votos BCP 2004	Votos BDP 2004	Votos BNF 2004
Tswana	,136	,000	,168	,434	-,625*	,266
Mokalanga	-,146	,121	-,514	-,180	,506	-,593*
Mokgalagadi	-,186	-,061	,317	-,403	,258	,337
Motswapong	---	---	---	,246	,081	-,179

Tabela 12 Correlação entre distribuição dos grupos étnicos e do voto.

Fonte: Afrobarometer Ronda 3, Nohlen (1999), African Elections Databse.

Neopatrimonialismo

Passando para a análise da dimensão do neopatrimonialismo, mais precisamente na sua forma clientelar, aparentemente o clientelismo é uma prática excepcional no Botsuana e tem uma variação bastante reduzida se tivermos em conta os diferentes grupos étnicos ou as intenções de voto dos eleitores, como nos mostram as tabelas 13 e 14.

	Nunca	Uma Vez	Algumas Vezes	Frequentemente
Mokalanga	98,25%	1,17%	0,00%	0,58%
Motswapong	97,50%	1,25%	0,00%	1,25%
Motawana	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Mokgalagadi	97,06%	2,94%	0,00%	0,00%
Moyei	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Total	97,97%	1,45%	0,00%	0,58%

Tabela 13 Percentagem das respostas à pergunta: “Durante a última campanha eleitoral (2004) quantas vezes ou alguma vez um candidato ou um membro de um partido político lhe ofereceu algo em troca do seu voto”.

Fonte Afrobarometer

	Nunca	Uma Vez	Algumas Vezes	Frequentemente
BCP	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
BDP	97,98%	1,01%	0,00%	1,01%
BNF	97,88%	1,59%	0,18%	0,35%
BAM	97,99%	1,20%	0,00%	0,80%
Total	97,93%	1,42%	0,11%	0,55%

Tabela 14 Percentagem das respostas à pergunta: “Durante a última campanha eleitoral (2004) quantas vezes ou alguma vez um candidato ou um membro de um partido político lhe ofereceu algo em troca do seu voto”.

Fonte Afrobarometer

No entanto a análise da outra dimensão, a que se refere à ligação das elites no poder ao aparelho burocrático do Estado, o Botsuana surge como um caso de forte tendência neopatrimonial. A análise dos relatórios das eleições parlamentares de 2004 e 2009 revela a vantagem que o candidato incumbente detêm em relação aos restantes.

No que respeita aos meios de comunicação social, contrastando com o caso anterior, no Botsuana existe um predomínio evidente dos *media* públicos na sociedade e estes tendem a tratar de forma favorável e a dar mais espaço noticioso ao incumbente (Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa, 2004, p. 17, 2009, p. 23-25). Tanto a maior agência do país, como o principal canal televisivo, único até à eleição de 2009, são públicos e o principal jornal diário, não só é detido pelo Estado, como é distribuído gratuitamente. Ou seja, neste caso, o monopólio estatal dos meios de comunicação favoreceram o incumbente.

Uma situação semelhante ocorre em relação ao acesso aos recursos públicos que o BDP goza. Não existe nenhuma forma de financiamento público aos partidos, mas neste caso os partidos de oposição têm dificuldade em encontrar fontes de financiamento privadas (Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa, 2004, p. 27, 2009, p. 13). No entanto, o BDP, tendo acesso aos recursos do Estado, aproveitou tanto os edifícios públicos para fazer a campanha política e como os meios de comunicação do Estado para garantir que a sua campanha chegava a todo o território. Aliás, os relatórios notam como, em algumas áreas mais remotas, apenas o BDP teve acesso (Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa, 2004, p. 16)

No que concerne a comissão eleitoral, a comissão do Botsuana continua pouco

autónoma em relação ao poder executivo. Não obstante o facto de ter sido criada uma comissão própria para organizar as eleições, como foi referido, o presidente desta comissão continua a ser nomeado pelo Presidente da República e os restantes membros são escolhidos pelo Supremo Tribunal. Isto significa, que nenhum dos principais partidos da oposição têm participado neste órgão, nem mesmo aqueles que já estão presentes no parlamento (Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa, 2004, p. 8-11). É importante relembrar que, devido ao sistema eleitoral do Botsuana, os círculos eleitorais são revistos, praticamente em todas as eleições, mas a elaboração do mapa eleitoral não conta com a participação da oposição. Um segundo exemplo da forma como esta dependência pode favorecer o incumbente, passa pela forma como as eleições são anunciadas. O Presidente anuncia a organização das eleições em geral com apenas um mês de antecedência. A conjugação de todos os elementos descritos levam-nos a caracterizar o Botsuana como um caso de elevado nível de neopatrimonialismo, não na vertente clientelar, mas na vertente de utilização dos recursos do Estado para favorecer o incumbente.

Gana

O Gana, antiga *Gold Coast* do império britânico, vê a sua história política da segunda metade do século XX marcada pela alternância entre regimes civis e militares, autoritarismos e tentativas de instauração de regimes liberais. Após uma curta experiência democrática relativamente bem sucedida ainda sob jugo colonial, na década de 50, a tendência autoritária dos regimes, que foram instaurados, foi por duas vezes invertida, em 1969 e 1979, com a tentativa de instaurar regimes democráticos fundados em eleições multipartidárias. No entanto, em ambos os casos a experiência foi curta, não conseguindo os órgãos eleitos sobreviver até ao fim do seu mandato. É com o fim da última tentativa democrática que, através de um golpe de estado, sobe ao poder Jerry John Rawlings, alta patente militar. Rawlings impõe uma ditadura militar que proibiu qualquer forma de oposição, não obstante a sua retórica “democracia participativa”.

Se, no plano económico, o regime de Rawlings obteve alguns sucessos, nomeadamente pela implementação bem sucedida dos programas de ajustamento

económicos exigidos por parceiros e credores internacionais, no plano político, o regime não conseguiu granjear o apoio da população. Num contexto de grande pressão externa e interna, Rawlings vê-se obrigado a referendar uma nova constituição em 1992, que servindo de base para a instauração de um regime democrático, aberto à competição, respeita as liberdades individuais. A aprovação por referendo da nova constituição implicou a organização de eleições presidenciais em 1992, que foram consideradas livres e justas pelas entidades internacionais, e que levaram à eleição democrática de Rawlings, ou seja, o chefe de estado autoritário passou a democrata. A oposição contestou o processo eleitoral e por isso recusou participar nas eleições legislativas de 1992, deixando assim que o partido de Rawlings, o *National Democratic Congress* (NDC), conquistasse 189 dos 200 lugares do parlamento. Mesmo sendo um processo atribulado, este foi o início de um regime democrático que, até ver, conseguiu trazer um dos mais longos períodos de estabilidade política desde a independência ao Gana.

O sistema político resultante da constituição de 1992 é um regime presidencial, no qual o presidente acumula as funções de Chefe de Estado e de Governo. De notar, no entanto, que a nomeação do governo, por parte do presidente, necessita de aprovação parlamentar e, pelo menos, metade dos Ministros têm de ser membros eleitos do órgão legislativo. O Presidente é eleito por um mandato de quatro anos, baseado num sistema de maioria absoluta com uma segunda volta entre os dois candidatos mais votados, no caso de nenhum conseguir reunir mais do que 50% dos votos. O parlamento, órgão legislativo por excelência, é eleito por quatro anos, coincidindo com a eleição presidencial, num sistema uninominal de maioria simples e com pequenos círculos eleitorais.

Analisando os resultados eleitorais das últimas duas décadas, o primeiro padrão que surge é a existência de dois partidos que dominam a arena eleitoral, a saber: o *National Democratic Congress* (NDC) e o *New Patriotic Party* (NPP). No Gana ocorreu, por duas vezes, a alternância no poder, a primeira com a vitória do NPP nas eleições legislativas e presidenciais de 2000 e a segunda com regresso ao poder do NDC em 2008.

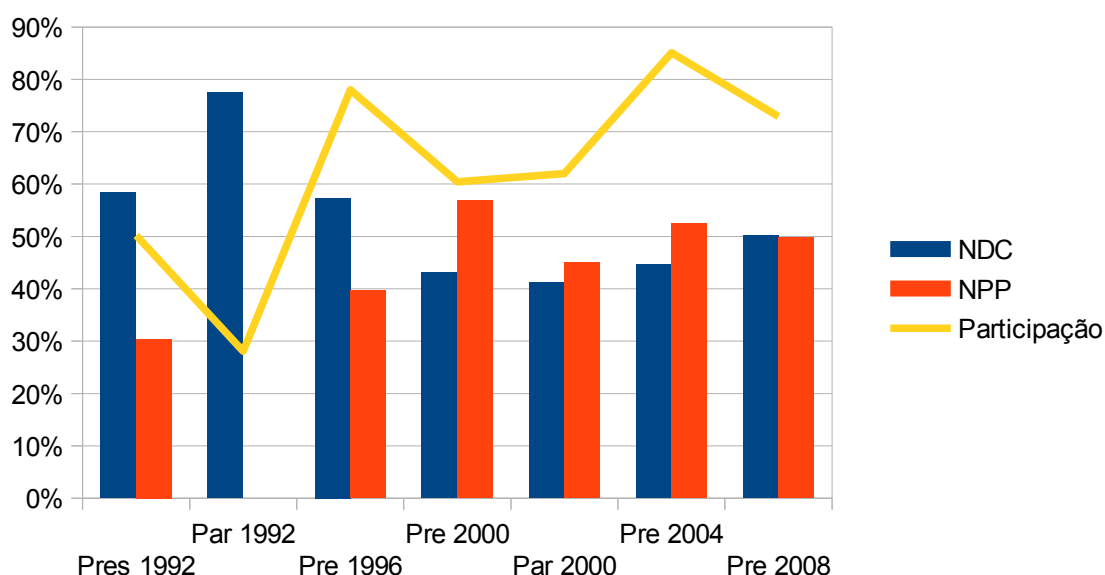


Gráfico 4 Resultados das Eleições parlamentares e presidenciais no Gana entre 1992 e 2008.

Fonte: African Elections Database

Etnias e Voto Étnico

Analisando a hipótese do voto étnico, o Gana parece ser o caso em que é mais fácil verificar, a nível individual, o apoio de uma determinada etnia, os Akan, ao NPP. O interessante é que o NPP não foi o partido que mais tempo esteve no poder, não obstante ser aparentemente apoiado por uma comunidade étnica que representa metade da população. De qualquer forma, a interpretação dos dados da Tabela 15 deve ter em conta que esta ronda de inquéritos foi executada em 2004, o que pode implicar que o apoio ao NPP possa estar um pouco inflacionado.

Grupo Étnico	Porcentagem da Pop.	NDC	NPP
Akan	52,60%	11,90%	63,20%
Ewe	13,50%	48,80%	33,30%
Ga	5,80%	34,30%	35,70%
Dagomba	6,50%	48,70%	48,70%

Tabela 15 Percentagem da População segundo principais etnias e distribuição de Intenção de votos por grupos étnicos.

Fonte Afrobarometer

De qualquer forma, a análise da Tabela 16 demonstra, de forma bastante significativa, a relação que existe entre os dois principais partidos e as duas principais comunidades étnicas. Em todas as eleições em democracia, o NDC conseguiu melhores

resultados onde a comunidade Ewe era mais significativa, enquanto que o NPP teve os seus melhores resultados junto da comunidade Akan. O Gana surge como o caso mais evidente no qual a competição eleitoral está apoiada sobre uma clivagem étnica, o que i pode explicar a tendência para a vitória do incumbente e a estabilidade do sistema partidário.

	PNC 1992	NPP 1992	NDC 1992	PNC 1996	NPP 1996	NDC 1996	NDC 2000	NPP 2000	NDC 2004	NPP 2004	NDC 2008	NPP 2008
Akan	-,635*	,760*	-0,315	-,671*	,717*	-0,603	-,773**	,773**	-,788**	,881**	-,747*	,747*
Ewe	-0,359	-0,368	,796**	-0,374	-0,424	0,604	,710*	-,710*	,717*	-0,561	,638*	-,638*
Ga	-0,348	0,386	-0,124	-0,304	0,592	-0,576	-0,281	0,281	-0,230	0,308	-0,224	0,224
Dagomba	0,365	-0,346	-0,007	0,455	-0,219	0,104	0,157	-0,157	0,232	-0,359	0,252	-0,252

Tabela 16 Correlação entre distribuição dos grupos étnicos e do voto.

Fonte: Afrobarometer, Nohlan (1999), African Elections Database

Neopatrimonialismo

Passando à hipótese do neopatrimonialismo afectar a competição eleitoral, mais uma vez, o fenómeno do clientelismo associado ao voto surge como algo excepcional. No entanto, a leitura cruzada entre as Tabelas 17 e 18 permite-nos concluir que, claramente, o NDC recorreu mais vezes a essa forma de mobilização eleitoral, nomeadamente junto dos Ewe. De qualquer forma, em cerca de 25% dos casos, alguma forma de oferta foi dada em troca do voto. Sendo um número significativo, não parece ser importante o suficiente para explicar uma vitória eleitoral.

	Nunca	Uma Vez	Algumas Vezes	Frequentemente
AKAN	84,77%	3,64%	2,50%	9,09%
EWE	74,58%	2,54%	6,78%	16,10%
GA	90,70%	0,00%	6,98%	2,33%
DAGOMBA	83,64%	1,82%	5,45%	9,09%
HAUSA	78,57%	7,14%	14,29%	0,00%
OTHER	81,71%	6,71%	4,27%	7,32%
Total	82,85%	3,84%	4,08%	9,23%

Tabela 17 Percentagem das respostas à pergunta: “Durante a última campanha eleitoral (2004) quantas vezes ou alguma vez um candidato ou um membro de um partido político lhe ofereceu algo em troca do seu voto”.

Fonte Afrobarometer

	Nunca	Uma Vez	Algumas Vezes	Frequentemente
NDC	76,53%	5,61%	5,10%	12,76%
NPP	85,18%	3,76%	4,00%	7,06%
Total	82,33%	4,42%	4,42%	8,83%

Tabela 18 Percentagem das respostas à pergunta: “Durante a última campanha eleitoral (2004) quantas vezes ou alguma vez um candidato ou um membro de um partido político lhe ofereceu algo em troca do seu voto”.

Fonte Afrobarometer.

Passando à análise da outra componente da nossa dimensão de neopatrimonialismo, a análise dos relatórios das missões de observação eleitoral de 1992, 1996 e 2008 demonstra que existe um baixo nível de neopatrimonialismo a favorecer o incumbente. Acerca da cobertura dos meios de comunicação durante a campanha eleitoral, um os dos relatórios nota:

Freedom of speech in the media was respected and there were no reports of any incidents affecting the media's freedom to report on the campaign. The media provided a wide range of neutral coverage of the election campaigns with the two major political parties, the NPP and NDC receiving a considerable percentage of all coverage. (União Europeia, 2008)

Certo é que, tal como nos restantes casos, os meios de comunicação públicos deram mais espaço e um tratamento mais favorável ao incumbente (National Democratic Institute, 1996, p. 3). Por exemplo, em 2008, 70% da cobertura da campanha efectuada pelo canal televisivo detido pelo estado e 66% da cobertura efectuada pela rádio pública, referiam-se ao NPP, o partido incumbente nessa eleição. No entanto, tal como no caso do Benim, a existência de meios de comunicação privados, que conseguem competir com os *media* públicos, tornaram a cobertura jornalística mais razoável. Por exemplo, em 2008, se se tiver em conta toda a comunicação social, o NPP esteve presente em apenas 33% do tempo noticioso (União Europeia, 2008, p. 21-23).

No que concerne o uso dos recursos do Estado, também se nota uma menor importância do neopatrimonialismo enquanto factor que explique a vitória do incumbente. Nas primeiras eleições, este factor pode ter tido algum peso (National

Democratic Institute, 1996) mas, com o tempo, dois factores minimizaram o risco de que o abuso dos recursos do Estado favorecesse o incumbente. O primeiro foi uma tentativa clara de equilibrar a campanha política ao fornecer aos candidatos da oposição, nomeadamente ao NDC e ao NPP, alguns dos meios de Estado, mesmo sem um financiamento público das actividades dos partidos. Por exemplo, foram distribuídos veículos automóveis aos partidos tendo em conta a sua representação parlamentar, para garantir que todos os partidos pudessem aceder mais facilmente às diversas áreas do território (União Europeia, 2008, p. 19). O segundo factor é a existência de regiões com alguma autonomia e que são governados pelos dois maiores partidos do país. Desta forma, os dois principais partidos tinham acesso a recursos públicos. Como um relatório descreve:

Although many advantages of incumbency were reduced to minimise their impact on the campaign there were areas where either a conflict of interest or the advantage of public office did not provide a fully level playing field. In general there were no tangible signs that incumbency or access to state resources was exploited to the advantage of the governing party's candidates during the election campaign period on a national level. On regional and district levels, however, no adequate provisions were in place to prevent appointed regional ministers and district chief executives that contested parliamentary seats from using the resources at their disposal because of incumbency, for campaign purposes. (União Europeia, 2008, p. 5)

Também no que respeita a comissão eleitoral, esta apresenta poucas marcas neopatrimoniais. É plural na sua constituição, contando com a participação dos vários partidos, mesmo de partidos mais pequenos (National Democratic Institute, 1996, p. 2). A comissão é relativamente autónoma do poder executivo e também de responder perante o parlamento. Estas duas características, não só impedem que o incumbente seja favorecida na organização das eleições, como permitem que os partidos de oposição nunca desconfiem deste órgão (União Europeia, 2008, p. 13). Tendo em conta esta análise, parece-nos que no Gana não existe uma utilização generalizada dos recursos do Estado que favoreça clara e exclusivamente o incumbente.

Moçambique

Analisando-se agora o caso de Moçambique, país onde o processo de

democratização foi o culminar de um processo de construção de paz que veio terminar com três décadas de guerra. Após onze anos de luta armada pela independência, alcançada em 1974, o regime liderado pela FRELIMO, a *Frente de Libertação de Moçambique*, que se transformou no partido único que governava o país, não conseguiu alcançar a paz no território e envolveu-se numa guerra civil com a RENAMO, a *Resistência Nacional Moçambicana*. Esta é uma característica distintiva do percurso histórico moçambicano em relação aos restantes países analisados. Nos outros casos, a instabilidade política resultou em frequentes golpes de estado, mas nunca em guerra civil, sobretudo numa que durasse tanto tempo.

Uma outra característica que distingue este caso é a ausência de qualquer tentativa de instaurar um regime democrático ou sequer liberal antes de 1990. Em 1974, o governo português transferiu o seu poder para a FRELIMO sem recorrer à via eleitoral. Este movimento de libertação, transformado em partido político, cria um regime altamente centralizado, que bloqueou e perseguiu qualquer forma de competição política, procurando no entanto a participação das massas. Para isso empreendeu a reorganização do partido de forma a efectivar a penetração do Estado-Partido em todo o território moçambicano. De notar que não era apenas a RENAMO que colocava em causa a legitimidade da actuação do governo antes de 1994. A centralização efectuada pela FRELIMO e a sua vontade de impor programas de colectivização agrícola tinham também tentado alterar as estruturas sociais tradicionais rurais, o que alienou grande parte desta população.

A juntar a esta tentativa de centralização da vida política sem competição, a longa duração da guerra civil e as dificuldades económicas, determinadas em grande medida pela dependência externa e pelo fracasso das políticas económicas marxistas adoptadas, desgastavam a legitimidade do regime da FRELIMO. Mas só no início da década de 1990, quando a nova conjuntura internacional implicou o fim do financiamento externo para apoio das causas tanto da RENAMO como da FRELIMO e o apoio financeiro para a paz, é que o conflito terminou e o regime foi substituído por uma democracia.

A Constituição de 1990 instaurou um regime geralmente descrito como semi-presidencial, mas que, de facto, tende para um presidencial robusto (Macuane, 2009). O

Presidente da república, directamente eleito, é tanto chefe de Estado como de Governo, pois preside ao Conselho de Ministros. O Primeiro-Ministro, tal como todos os outros ministros, é nomeado pelo Presidente e depende apenas deste órgão. Nem o Governo nem o Primeiro-Ministro dependem da Assembleia da República, mas esta, no entanto, pode ser dissolvida pelo Presidente. Os sistemas eleitorais utilizados são o de maioria absoluta com 2ª volta para a eleição presidencial e o sistema de representação proporcional segundo o método d'Hondt, com uma cláusula barreira que exige que o partido reúna 5% dos votos, a nível nacional, para poder eleger um deputado. Os círculos eleitorais para a eleição parlamentar têm uma dimensão média, elegendo entre 11 e 54 deputados.

O Gráfico 5 demonstra claramente o domínio eleitoral da FRELIMO nos últimos 20 anos. Tal como o Botsuana, Moçambique é um caso extremo de constante vitória do incumbente. Deve ser igualmente assinalado, no entanto, a coincidência de baixa participação com a perda de votos da RENAMO. Mesmo reconhecendo que a taxa de participação pode estar deflacionada a partir de 2000, pela melhoria do recenseamento eleitoral, já que nos anos noventa, votavam entre 5,4 e 4,8 milhões de Moçambicanos, este número vai descer para apenas 3,3 milhões em 2004. Certo é que nas eleições de 2009, o número de eleitores voltou a ultrapassar os 4 milhões. No entanto, deve ser equacionada a hipótese da exclusão do poder da RENAMO estar a conduzir potenciais eleitores à abstenção por não ser esperado que este partido alcance o poder. E isto pode representar um problema de legitimação do regime moçambicano.

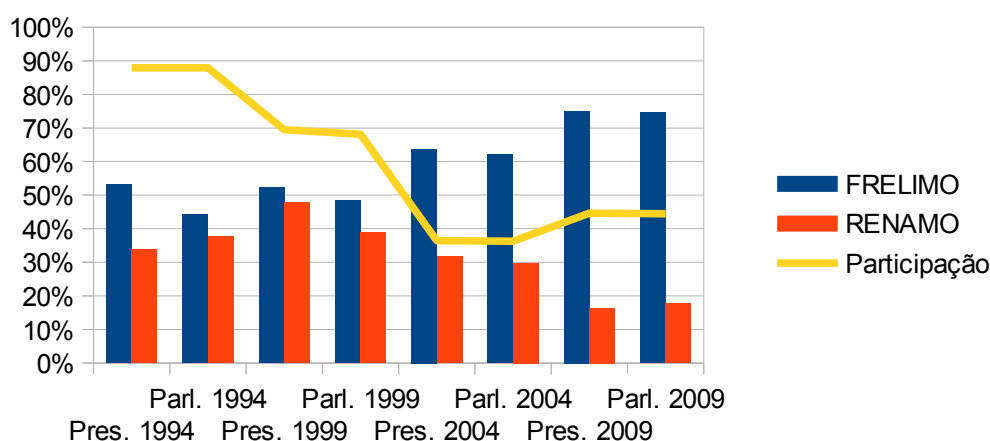


Gráfico 5 Resultados das Eleições parlamentares e presidenciais em Moçambique entre 1994 e 2009.

Fonte: African Elections Database

Etnias e Voto Étnico

Passando para uma análise da hipótese do voto étnico, não existe nenhuma forma de recenseamento étnico no caso de Moçambique, como nos mostra a Tabela 19. O apoio à FRELIMO parece ser bastante generalizado às diferentes comunidades étnicas, sendo a comunidade Sena uma excepção.

Grupo Étnico	Percentagem da Pop.	FRELIMO	RENAMO
Makua	36,60%	82,50%	12,30%
Sena	15,40%	63,80%	7,00%
Changana	26,40%	84,40%	4,40%
Makonde	8,00%	83,30%	4,20%
Chuabo	9,00%	78,90%	11,90%

Tabela 19 Percentagem da População segundo principais etnias e distribuição de Intenção de votos por grupos étnicos.

Fonte: Afrobarometer

As Tabelas 20 e 21, mostram, no entanto, que existem dois grupos étnicos que estão correlacionados com o voto, embora nenhum deles seja o maior grupo étnico. Por um lado, temos a comunidade Chagana que está positivamente correlacionada com o voto na FRELIMO até 2009. Por outro lado, temos a comunidade Sena cuja dimensão regional está correlacionada positivamente com o voto na RENAMO em todas as eleições até 2009.

	FRELIMO 1999	RENAMO 1999	FRELIMO 2004	RENAMO 2004	FRELIMO 2009	RENAMO 2009	MDM 2009
Presidencial							
Makua	-,284	,285	-,221	,200	-,226	,418	-,298
Sena	-,625*	,625*	-,671*	,684*	-,557	,332	,614*
Nyanja	-,288	,288	,078	-,076	,268	-,154	-,299
Changana	,855**	-,855**	,725*	-,716*	,636*	-,708*	-,071
Makonde	-,186	,186	,148	-,149	,240	-,177	-,210
Chuabo	-,188	,188	-,384	,406	-,549	,407	,457

Tabela 20 Correlação entre distribuição dos grupos étnicos e do voto nas eleições Presidenciais.

Fonte: Afrobarometer e CNE de Moçambique

Algo bastante interessante aconteceu na eleição de 2009. Nesta eleição, o *Movimento Democrático de Moçambique* (MDM) surgiu impulsionado por políticos que abandonaram a RENAMO e conseguiu um relativo sucesso, nomeadamente ao conseguir angariar cerca de 8,5% dos votos na eleição presidencial com o seu

candidato Daviz Simango, uma figura importante da RENAMO. O mais interessante é que parece ter existido uma transferência de votos da comunidade Sena da RENAMO para este novo partido. É verdade que, com apenas uma observação, é difícil compreender se foi isso que realmente ocorreu. No entanto não deixa de ser interessante notar como a transferência de voto étnico pode ocorrer.

	FRELIMO	RENAMO	FRELIMO	RENAMO	FRELIMO	RENAMO	FRELIMO	RENAMO	MDM
Parlamentar	1994	1994	1999	1999	2004	2004	2009	2009	2009
Makua	-,219	,155	-,298	,229	-,202	,183	,045	,129	-,330
Sena	-,669*	,745**	-,601	,673*	-,669*	,700*	-,307	,127	,497
Nyanja	-,280	,228	-,282	,269	,118	-,075	,364	-,319	-,207
Changana	,819**	-,798**	,850**	-,836**	,694*	-,711*	,108	-,175	,026
Makonde	-,208	,157	-,182	,167	,187	-,148	,379	-,334	-,259
Chuabo	-,111	,217	-,164	,245	-,389	,418	-,349	,179	,535

Tabela 21 Correlação entre distribuição dos grupos étnicos e do voto nas eleições Parlamentares.

Fonte: Afrobarometere CNE de Moçambique

Neopatrimonialismo

Analisando a dimensão neopatrimonial e a forma como esta pode afectar a competição eleitoral, a primeira conclusão a que os dados das tabelas 22 e 23 nos permitem chegar é a de que o clientelismo parece ser um fenómeno marginal em Moçambique, pelo menos, como forma de incentivar o voto. Mesmo existindo um grupo no qual existe uma maior ocorrência deste fenómeno, o facto de este grupo não estar associado a nenhum partido, permite-nos duvidar do impacto do clientelismo na competição eleitoral.

	Nunca	Uma Vez	Algumas Vezes	Frequentemente
Makua	90,84%	1,57%	3,66%	3,93%
Sena	92,96%	2,11%	1,41%	3,52%
Changana	85,66%	6,97%	4,51%	2,87%
Makonde	87,21%	6,98%	1,16%	4,65%
Chuabo	75,00%	6,25%	9,38%	9,38%
Total	87,89%	4,00%	3,89%	4,21%

Tabela 22 Percentagem das respostas à pergunta: “Durante a última campanha eleitoral (2004) quantas vezes ou alguma vez um candidato ou um membro de um partido político lhe ofereceu algo em troca do seu voto”.

Fonte Afrobarometer

	Nunca	Uma Vez	Algumas Vezes	Frequentemente
FRELIMO	87,59%	4,05%	4,18%	4,18%
RENAMO	86,49%	8,11%	0,00%	5,41%
Total	87,50%	4,39%	3,83%	4,28%

Tabela 23 Percentagem das respostas à pergunta: “Durante a última campanha eleitoral (2004) quantas vezes ou alguma vez um candidato ou um membro de um partido político lhe ofereceu algo em troca do seu voto”.

Fonte Afrobarometer

Já no que respeita ao neopatrimonialismo, enquanto ligação entre elites no poder e o aparelho burocrático do Estado no momento da campanha, Moçambique surge, tal como o Botsuana, como um dos casos onde esta dimensão pode influenciar, de forma decisiva, a competição eleitoral. A análise dos relatórios das missões de observação eleitoral de 1999, 2004 e 2009 demonstram isso mesmo.

Por exemplo, a cobertura jornalística da campanha pecou por favorecer os candidatos incumbentes (The Carter Center, 1999, p. 15; União Europeia, 2004, p. 21, 2009, p. 26). Este factor é sobretudo importante nos meios de comunicação públicos que dominam os diferentes meios de comunicação: televisão, rádio e imprensa escrita²⁰. Por exemplo, em 2004, a televisão pública dedicou 60% do seu espaço noticioso à FRELIMO mas apenas 16% à RENAMO (União Europeia, 2004, p. 21-22). Já em 2009, no que toca à imprensa escrita, o espaço dedicado ao candidato presidencial da FRELIMO, o Presidente em exercício Armando Guebuza, foi de 76% do espaço dedicado à política pelo principal semanário de Moçambique. Tal como no caso do Botsuana, em Moçambique, este favorecimento ao incumbente, por parte dos *media* controlados pelo Estado, pode ter um grande efeito pela ausência de uma competição real com meios de comunicação privados.

Também se nota uma forte componente neopatrimonial se tivermos em conta a utilização dos recursos do Estado por parte do incumbente. Foram várias as formas que a FRELIMO encontrou para se aproveitar do seu acesso à administração pública o que leva um relatório a concluir que:

The use of state resources by members of the ruling FRELIMO party appears to be a deeply embedded practice. (União Europeia, 2004, p. 34)

²⁰ De notar que os dois principais jornais de Moçambique foram privatizados oficialmente em 1993, mas as empresas que os compraram são empresas públicas.

O controlo das forças de segurança permitia que certas acções de mobilização, marchas ou concentração de militantes da RENAMO não fossem permitidas pelas autoridades publicas, mesmo quando acções similares da FRELIMO eram sancionadas (União Europeia, 2004, p. 39, 2009, p. 21). Ao mesmo tempo, os edifícios e os veículos públicos eram utilizados na campanha da FRELIMO e ostentavam claramente bandeiras e cartazes de apoio ao partido no poder e muitos funcionários públicos fizeram campanha activa pela FRELIMO, enquanto exerciam o seu cargo. A FRELIMO dispunha ainda de uma capacidade muito maior de financiamento. Parte deste financiamento vinha do facto de grande parte da administração pública ser filiada no partido e por isso 5% do seu rendimento ir directamente para o seu financiamento (The Carter Center, 2005, p. 31). Este factor explica como a FRELIMO conseguiu angariar cerca de 1,5 milhões de dólares em quotas no ano de 2004. Outra parte do financiamento da FRELIMO provinha do facto deste partido ter acesso praticamente sem entraves aos reguladores económicos:

FRELIMO is the only party with broad access to private sponsors. This access is linked to the special protection the state—under FRELIMO leadership can give to private investors. Because large parts of Mozambique's formal economy depend on government for licenses, tax exemptions, subsidies, or credits, the government's discretionary power determines the success or failure of an investment.(União Europeia, 2004, p. 34)

Existiu um outro recurso do Estado, a que a FRELIMO tinha acesso, e que é preciso ter em atenção quando se analisa a competição eleitoral em Moçambique: o financiamento público às campanhas partidárias. Este apoio, controlado pelo Estado mas cuja origem era na sua maioria internacional, aparenta ter como principal efeito o de nivelar a competição eleitoral. No entanto, o facto da distribuição pública deste financiamento ser sempre atrasada – por vezes depois do início da campanha eleitoral oficial (União Europeia, 2004, p. 4, 2009, p. 21), outras apenas a duas semanas da eleição (The Carter Center, 1999, p. 14) – colocam em causa a eficácia deste mecanismo.

Na comissão eleitoral de Moçambique encontramos indícios de neopatrimonialismo, embora este órgão detenha alguma autonomia e seja composto por membros do principal partido da oposição, a RENAMO (União Europeia, 2004, p. 8). No entanto, a dificuldade em organizar o processo de contagem das eleições, uma vez

que a Comissão Nacional de Eleições também dirige o órgão burocrático que organiza as eleições, e as dificuldades em criar processos transparentes para lidar com as queixas relativas ao sufrágio colocam um pouco em causa a legitimidade da comissão perante a oposição (União Europeia, 2004, p. 7-9).

Tendo em conta esta análise, parece que, no caso moçambicano, a vertente neopatrimonial é importante para explicar a constante vitória dos incumbentes.

Senegal

Por último, passemos à análise do caso senegalês. Esta antiga colónia francesa é, frequentemente, considerada como um dos regimes mais estáveis da África subsariana e conta com uma das mais longas histórias eleitorais da região. Desde a independência, na década de 60, que a base de legitimação do regime passou por eleições. No entanto só a partir da década de 1980 é que existiu competição multipartidária. Até lá, a combinação de diversos mecanismos de controlo dos partidos da oposição, cuja existência era tolerada, não permitia nenhuma forma de competição real. Desta forma, país continuava dominado pela *Union Progressiste Sénégalaise* (UPS) que, mais tarde, se iria tornar no *Partie Socialiste* (PS). Por exemplo, as candidaturas presidenciais necessitavam do apoio de, pelo menos, 10 deputados, mas apenas um deputado não pertencia ao PS, por isso nenhuma candidatura concorrente era apresentada. Também existia a peculiar imposição de tolerar apenas a existência de partidos ligados a três correntes ideológicas (liberalismo democrático, socialismo democrático e Marxismo-Leninismo) com a dissolução dos partidos que não seguiam a sua ideologia.

Mesmo com o fim destes mecanismos de controlo da oposição e com a abertura à competição multipartidária, embora permanecesse a proibição de partidos baseados em divisões étnicas, religiosas ou regionais, não sucedeu nenhuma alteração no poder. Isto deveu-se, sobretudo, a irregularidades eleitorais e ao próprio processo de voto que era público, pois o uso de cabines de voto era apenas opcional e não a regra. Deste modo, o UPS e o seu líder Léopold Senghor conseguiram dominar o Senegal entre 1960 e 1990.

Tal como nos restantes casos, as dificuldades económicas na década de 1980 pressionaram o regime para o caminho da liberalização política. Por isso, em 1991,

negociações com a oposição levaram a um governo mais plural e à revisão da constituição e da lei eleitoral. Esta última teve uma grande importância, pois as forças de oposição apenas aceitaram participar em eleições que garantissem que as fraudes eleitorais das décadas anteriores não ocorreriam. Assim, é instalado um regime democrático no Senegal.

O regime político que surgiu em 1991 é um regime semi-presidencial, existindo uma separação entre o cargo de Primeiro-Ministro e de Presidente da República. No entanto, o sistema político tem um forte pendor presidencial. O Primeiro-Ministro é directamente nomeado pelo Presidente que tem de ser consultado para a nomeação dos restantes ministros. Cabe ainda ao presidente nomear 65 membros do Senado. Desta forma, o Presidente da República tem um grande poder executivo e legislativo. Antes da revisão constitucional de 2001, o seu mandato era de 7 anos, mas com esta revisão constitucional passa a 5 anos e é apenas renovável duas vezes. O poder legislativo é dividido entre o Senado e a Assembleia Nacional. O primeiro é composto por 100 membros e, os que não são nomeados pelo presidente, são indirectamente eleitos pelos detentores de cargos regionais eleitos, como presidentes de Câmaras Municipais. A Assembleia Nacional é composta por 150 membros eleitos por sufrágio universal e directo.

Do ponto de vista eleitoral, o Presidente é eleito num sistema de maioria absoluta com duas voltas, tal como nos restantes casos. A Assembleia Nacional é eleita por um sistema misto bastante complexo. Entre 70 a 90 deputados são eleitos segundo um sistema de maioria simples em 30 círculos eleitorais, sendo que o número tem variado de eleição para eleição. Estes círculos são definidos pelas autoridades regionais, consoante o peso demográfico de cada localidade, e elegem entre um e cinco deputados. Por exemplo, em 1998 existiam dois círculos que elegiam cinco deputados, oito que elegiam três, dezasseis que elegiam dois e quatro que elegiam apenas um deputado. Os restantes deputados são eleitos segundo um sistema proporcional baseado no quociente de Hare e no de Hondt para distribuir os lugares restantes. No entanto, o eleitor utiliza apenas um boletim de voto que é contado, em primeiro lugar, para determinar a eleição no círculo regional (maioria simples) e que depois é contado no círculo único nacional (proporcional).

As eleições nas últimas duas décadas resultaram num sistema partidário bipolarizado entre o PS e o *Partie Démocratique Sénégalaise* (PDS), como nos mostra o Gráfico 6. De notar no entanto que, tal como já foi notado no Benim, este sistema partidário é caracterizado pelo elevado número de pequenos partidos, sobretudo após 2001. Por isso os dois principais partidos vão formar duas coligações para contestar as eleições a coligação SOPI (PDS) e a coligação Bennoo Ak Tanor (PS).

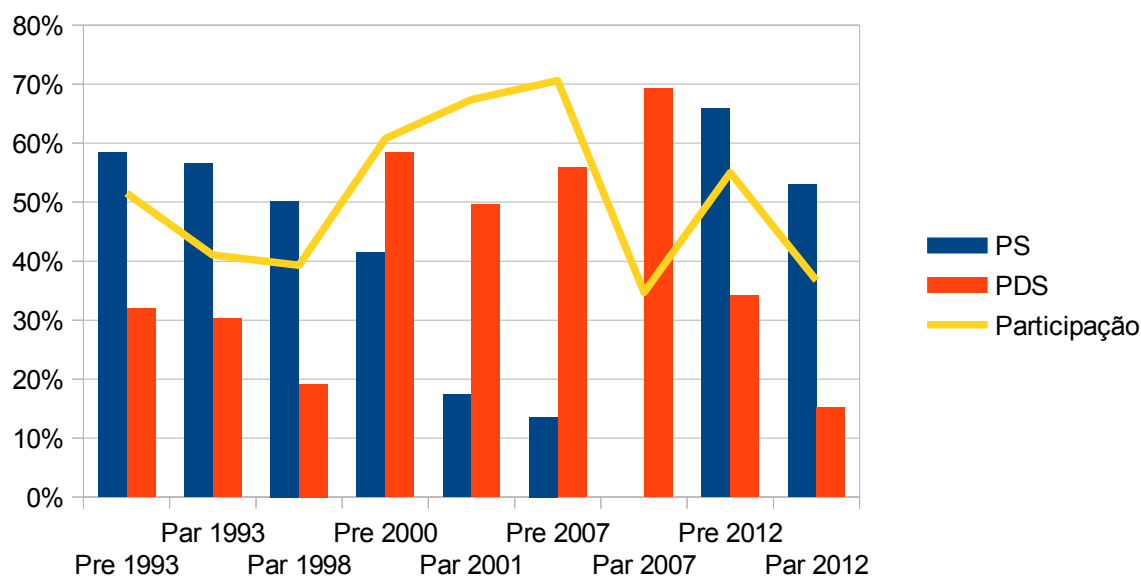


Gráfico 6 Resultados das Eleições parlamentares e presidenciais no Senegal entre 1993 e 2012.

Fonte: African Elections Database

Etnias e Voto Étnico

Analisando a hipótese de que a etnicidade pode estar representada na competição partidária, no caso senegalês, não parece existir comprovação empírica dessa tese. Como as tabelas 24 e 25 nos mostram, não parece existir nenhuma correlação entre comunidades étnicas e o voto em determinado partido. A correlação da distribuição regional do voto e das diferentes comunidades étnicas apresenta apenas correlações moderadas e que não se mantêm no tempo.

Grupo Étnico	Percentagem da Pop.	PDS	PS
Wolof	49,80%	49,80%	8,40%
Mandika	6,20%	70,30%	5,40%
Diola	4,70%	60,70%	8,90%

Tabela 24 Percentagem da População segundo principais etnias e distribuição de Intenção de votos por grupos étnicos.

Fonte: Afrobarometer

	PS 2000	PDS 2000	PS 2012	PDS 2012
Wolof	-,017	,115	-,532	,532
Mandika	-,029	,173	-,559	,559
Diola	-,339	,500	-,448	,448

Tabela 25 Correlação entre distribuição dos grupos étnicos e do voto.

Fonte: Afrobarometer e African Elections Database

Neopatrimonialismo

Passando para a análise da segunda dimensão, o neopatrimonialismo, as Tabelas 26 e 27 indicam que, no Senegal, o fenómeno do clientelismo não parece ser importante, uma vez que apenas afecta cerca de 10% da população. Mais importante é ainda o facto de não variar de acordo com diferentes etnias ou partidos políticos, o que demonstra como o clientelismo não parece fazer parte de uma explicação respeitante à manutenção da vitória do incumbente.

	Nunca	Uma Vez	Algumas Vezes	Frequentemente
Wolof	91,00%	2,91%	1,66%	4,43%
Mandinka	87,93%	3,45%	5,17%	3,45%
Soninke	83,33%	8,33%	0,00%	8,33%
Diola	90,91%	2,27%	2,27%	4,55%
Total	90,67%	2,99%	1,91%	4,43%

Tabela 26 Percentagem das respostas à pergunta: “Durante a última campanha eleitoral (2001) quantas vezes ou alguma vez um candidato ou um membro de um partido político lhe ofereceu algo em troca do seu voto”.

Fonte Afrobarometer

	Nunca	Uma Vez	Algumas Vezes	Frequentemente
PDS	88,31%	3,37%	2,70%	5,62%
PS	85,25%	4,92%	3,28%	6,56%
Total	88,20%	3,56%	2,62%	5,62%

Tabela 27 Percentagem das respostas à pergunta: “Durante a última campanha eleitoral (2001) quantas vezes ou alguma vez um candidato ou um membro de um partido político lhe ofereceu algo em troca do seu voto”.

Fonte Afrobarometer

Continuando a análise da dimensão do neopatrimonialismo na sua outra faceta, a análise dos relatórios das missões de observação eleitoral de 1993, 2000, 2001 e 2012, parece indicar que, em geral, a ligação das elites aos recursos do estado, no momento eleitoral, não parece ser significativa para favorecer o incumbente.

Os relatórios apontam para que a cobertura jornalística das campanhas eleitorais, no Senegal, contam com um elevado grau de equidade e de pluralidade de opiniões. Isto deve-se ao grau elevado de liberdade concedido aos meios de comunicação (Organisation Internationale de la Francophonie, 2001b, p. 8) e à grande diversidade de agências noticiosas que trabalham neste país (União Europeia, 2012, p. 25). De qualquer forma, tal como nos restantes casos, os meios de comunicação tendem a favorecer o incumbente, mas este efeito não parece ser importante (União Europeia, 2012, p. 29).

Procedendo à análise do acesso aos recursos do Estado em geral, parece que este factor também não demonstra sinais importantes de neopatrimonialismo. Mesmo na ausência de financiamento público das campanhas eleitorais, os partidos de oposição conseguem angariar financiamento próprio (Organisation Internationale de la Francophonie, 2001b, p. 8). Existem apenas alguns relatos de utilização por parte do incumbente dos recursos do Estado, como veículos ou edifícios públicos, para fazer campanha e referem-se, em geral, à campanha presidencial de 2012, o que sugere que essa prática não é comum (União Europeia, 2012, p. 25). Existe apenas um elemento preocupante de neopatrimonialismo na relação entre elites no poder e a estrutura burocrática, a saber, que apenas funcionários públicos são escolhidos para a organização das assembleias de voto, o que pode comprometer a credibilidade do processo (Organisation Internationale de la Francophonie, 1993, p. 6).

Já no que respeita a comissão eleitoral, esta apresenta traços neopatrimoniais. Nunca existiu uma comissão eleitoral na qual participaram membros dos diferentes partidos. Inicialmente a comissão era composta por três magistrados e a partir de 1997 esta comissão foi substituída por um *Observatório Nacional de Eleições*, composto por membros independentes em relação a partidos políticos mas nomeado exclusivamente pelo Presidente da República (Organisation Internationale de la Francophonie, 2001a,

p. 5-6). Ou seja, a comissão está directamente dependente do Presidente e não corresponde necessariamente a diferentes visões políticas. De qualquer forma, com esta comissão foi criado um grupo de trabalho para garantir a pluralidade de visões dentro do Observatório e, ao contrário do que acontece nos restantes casos em que a comissão eleitoral não é realmente independente, os partidos da oposição não suspeitam deste órgão. Assim sendo, o caso do Senegal não parece apresentar uma componente neopatrimonial forte que possa explicar a vitória dos incumbentes.

Comparação dos Casos

Uma vez apresentados os resultados de cada um dos casos de estudo, é necessário reavaliar a validade das hipóteses levantadas no capítulo anterior. A análise efectuada permite-nos dividir os cinco casos de estudo em dois grupos. Em primeiro lugar, temos um grupo de países no qual as eleições resultaram na mudança do incumbente e que, por isso, demonstram alguma competição eleitoral (Benim, Gana, Senegal). De qualquer forma, é preciso notar que, mesmo neste grupo, a sobrevivência eleitoral da elite no poder apresenta níveis mais elevados do que noutras áreas de democratização recente. Este é um fenómeno não esperado pela literatura, pois a institucionalização dos partidos é fraca e as dificuldades económicas destes países deveriam resultar num castigo eleitoral dos incumbentes.

Um segundo grupo identificado é composto por democracias nas quais, não obstante a abertura para a competição eleitoral, não existiu ainda nenhuma eleição que resultasse na derrota do incumbente (Botsuana e Moçambique). Este grupo apresenta um fenómeno que, em geral, é raro em democracia, mas parece recorrente na África subsariana: a emergência de um partido dominante em regimes democráticos.

Esta divisão dos casos em dois grupos permite-nos avaliar a validade de uma das hipóteses levantadas, a hipótese 5. Como foi demonstrado em ambos os grupos existe uma elevada taxa de vitória do incumbente, não obstante o sistema eleitoral ou a experiência eleitoral prévia. Mais interessante ainda é comparar estes dois grupos e tentar compreender se o sistema eleitoral ou a experiência eleitoral podem distinguir os casos onde as eleições significaram mudança no poder e os casos em que tal não

aconteceu. Nem mesmo esta hipótese suplementar – de que os sistemas com partido dominante partilham alguma particularidade histórica ou institucional – parece ser válida. Os casos de Moçambique e do Botsuana são bastante divergentes no sistema eleitoral e na sua história recente, inclusive na experiência eleitoral. Por isso, não parece que determinadas particularidades institucionais possam explicar a nossa variável dependente.

Um dos eixos abordados nesta dissertação procurava saber qual o impacto do voto étnico na competição eleitoral. Duas hipóteses foram levantadas neste eixo. A primeira postulava que as clivagens etno-políticas estavam representadas e sedimentadas na arena eleitoral (Hipótese 2). Como foi discutido, diferentes perspectivas acerca da importância da etnicidade teorizavam que esta teria um grande impacto na competição eleitoral. Segundo a teoria primordialista, defendida por Horowitz, os resultados deveriam permitir-nos identificar claramente diferentes partidos políticos que representavam diferentes comunidades étnicas. Este efeito seria tão forte que, inevitavelmente, as eleições tornar-se-iam uma forma de recenseamento étnico e esse padrão explicaria a constante vitória do incumbente. Os resultados demonstram que tal não ocorre em nenhuma das cinco democracias em análise. Aliás, em alguns casos, a etnicidade nem parece afectar a competição eleitoral.

Uma outra teoria, o construtivismo, postulava que apenas quando as elites políticas activassem a clivagem étnica é que esta teria impacto eleitoral. Esta teoria defendia igualmente que, por essa razão, as eleições nunca tomariam um carácter de recenseamento étnico. Tendo em conta os resultados analisados, parece que esta teoria é a mais adequada para compreender os efeitos da etnicidade nas democracias emergentes da África subsariana. Em primeiro lugar, é possível notar que apenas nalguns casos parece existir o efeito do voto étnico (Benim, Gana e Moçambique) enquanto que noutros dois casos, esse efeito não parece ocorrer, ou pelo menos não ocorre de forma sistemática (Botsuana e Senegal). No entanto, mesmo nos casos nos quais o voto étnico ocorre, não foi registada nenhuma situação de recenseamento étnico. Ou seja, parece que a Hipótese 2 é válida parcialmente, ou seja, nalguns casos as clivagens etno-políticas estão representadas e sedimentadas na arena eleitoral enquanto noutros casos não.

Neste mesmo eixo problemático, uma outra hipótese foi levantada: a de que a capacidade de conseguir reunir um grupo étnico suficientemente grande permite a criação de sistemas estáveis de partido hegemónico. Esta hipótese não é confirmada pelos dados. No caso do Botsuana não parece existir grande evidência empírica que indique que o partido dominante angaria o seu apoio no maior grupo étnico, aliás, nem existe grande evidência de ocorrência de voto étnico neste caso. No outro caso de partido dominante, Moçambique, não parece que o principal grupo étnico apoia especificamente o maior partido. O voto étnico parece ocorrer mas as comunidades étnicas mobilizadas são mais pequenas. E, se uma está correlacionada positivamente com o voto no partido dominante, a outra está correlacionada negativamente.

Um outro eixo problemático identificado ligava a vitória do incumbente à faceta neopatrimonial do Estado na África subsariana. Foram levantadas duas hipóteses:

3. A ligação das elites políticas ao Estado permite que estas utilizem os recursos públicos em benefício próprio no momento eleitoral, adulterando a competitividade do sufrágio.
4. Simultaneamente, o neopatrimonialismo afecta a ligação étnica ao tornar as eleições numa arena de disputa pelos recursos do estado pelas diferentes etnias.

Identificamos duas formas através das quais o neopatrimonialismo poderia afectar a competição eleitoral. A primeira era através do clientelismo e, para este fenómeno, a etnicidade também seria importante, pois funcionaria como uma garantia de que o clientelismo funcionava. A análise aos dados do Afrobarómetro demonstraram que o clientelismo não parece ser uma prática disseminada de mobilização eleitoral. Em quatro dos casos estudados, entre 80% e 97% dos inquiridos, nunca tinham participado numa troca clientelar que implicasse o seu voto. Apenas no Benim este número era de 67%. Mais importante ainda, não existiu nenhuma evidência empírica de que os apoiantes do incumbente ou os membros de uma comunidade étnica específica foram mais afectados pelo fenómeno clientelar. Assim sendo, parece que o clientelismo não pode explicar a propensão para a vitória do incumbente.

No entanto, foi explorada uma outra via através da qual o neopatrimonialismo

pode afectar a competição eleitoral. Colocámos a hipótese dos partidos no poder utilizarem os recursos do Estado para diminuir, de forma indirecta, a possibilidade de competição. Concretamente identificámos três factores – o controlo sobre os meios de comunicação, a utilização do aparelho administrativo e a dependência da comissão eleitoral – que podem restringir a competição eleitoral. Esta segunda forma de neopatrimonialismo parece ser mais importante para explicar a preponderância para a vitória do incumbente. Aliás, é possível delinear dois padrões de entre os cinco casos de estudo.

Por um lado temos três países nos quais o neopatrimonialismo, compreendido enquanto utilização dos recursos do estado pelas elites no poder no momento eleitoral, não parece ser tão significativo. Nestes três casos (Benim, Gana, Senegal), mesmo que os meios de comunicação social do Estado favoreçam o incumbente, existem outros meios, detidos por privados, que permitem uma maior pluralidade na cobertura das eleições, mesmo que não seja garantida uma cobertura mais equitativa. Nestes casos, a utilização dos recursos do estado tem um carácter mais pontual, mesmo quando ocorre. Ao mesmo tempo, fora da esfera do estado existem patrocinadores privados que podem ser fontes alternativas de recursos. Finalmente, nestes três países existe uma comissão eleitoral independente e que é composta por representantes do governo como da oposição.

Contrastando com este modelo, surgem os outros dois casos (Botsuana e Moçambique) nos quais a utilização dos recursos do Estado, no momento eleitoral, é bastante intensiva. Nestes casos, o Estado detém os principais órgãos de comunicação social e estes favorecem claramente o incumbente na campanha eleitoral. A elite no poder utiliza o aparelho burocrático do Estado de forma sistemática para limitar a oposição e fora do Estado é difícil encontrar financiadores. Finalmente, nestes casos a independência da comissão eleitoral está comprometida e a oposição não é incluída nesta órgão, ou só o é superficialmente.

O facto de estes dois modelos corresponderem à divisão dos países com partido dominante e países sem partido dominante, leva-nos a concluir que o neopatrimonialismo pode ser um factor importante para compreender a propensão para a vitória do incumbente na África subsariana. Claro que análises mais aprofundadas e

que visam compreender especificamente este fenómeno serão necessárias para melhor perceber o real impacto desta variável. De qualquer forma, a análise efectuada anteriormente parece apontar para a importância deste fenómeno.

Chegamos finalmente à última hipótese levantada, que postulava que a politização étnica, em combinação com uma estrutura de ligação neopatrimonial das elites políticas ao Estado, gera uma baixa rotatividade no poder. Esta hipótese, correspondente à resposta teórica à pergunta de partida, é parcialmente validada pelos dados recolhidos. Por um lado, encontramos dois casos (Benim e Gana) nos quais a politização étnica parece explicar a emergência de um sistema bipartidário competitivo mas estável, o que explica porque razão, nestes países, as eleições provocaram menos vezes a circulação de elites que em outros países saídos da terceira vaga de democratização. Por outro lado, encontramos dois casos de países com sistema de partido dominante nos quais o neopatrimonialismo aparenta ser um factor chave para compreender a invencibilidade do incumbente, sendo a etnicidade do voto um factor secundário ou inexistente.

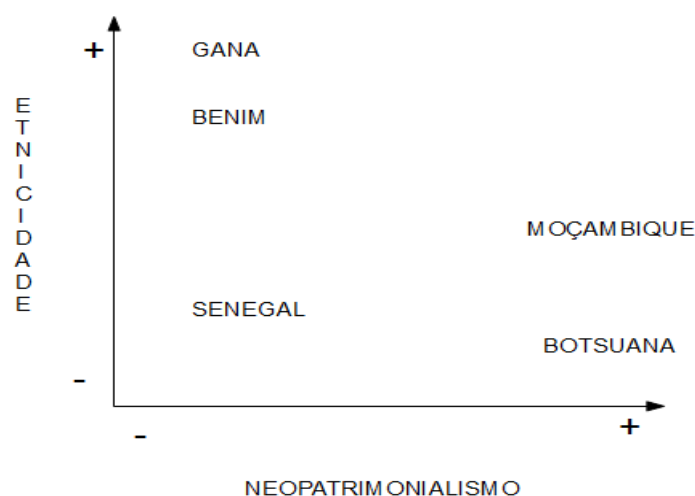


Diagrama 1 Distribuição dos casos consoante as dimensões identificadas.

Finalmente, parece que estas duas dimensões, se são úteis para explicar a nossa variável independente, não parecem actuar em simultâneo, como o Diagrama 1 demonstra. Ou seja, temos os casos nos quais é etnicidade é importante e os casos em que a natureza neopatrimonial do estado é importante. Ainda temos um quinto caso (Senegal) que demonstra que estas duas dimensões não chegam para compreender a preponderância da vitória do incumbente. Como demonstra o Diagrama 1, neste caso nenhuma das duas dimensões parece actuar.

Conclusão

Esta dissertação teve como principal objectivo estudar por que razão a democratização na África subsariana, processo que incluiu a introdução de formas não violentas de rotação das elites no poder (eleições), tem sido marcada pela continuidade da elite política no poder. Especificamente, este estudo centrou-se no momento eleitoral e procurou encontrar factores que podem explicar esta primazia do incumbente nas urnas.

Com os resultados apresentados na investigação, foram identificados dois modelos de competição eleitoral. No primeiro modelos, algumas eleições resultaram na mudança da elite no poder e a competição política está estabilizada num ambiente bipartidário. No segundo modelo, todas as eleições foram ganhas por um único partido que domina o sistema político. No entanto, ambos modelos partilham uma característica: o incumbente ganha mais vezes as eleições do que não. E esta característica distingue as democracias da África subsariana de outras democracias que nasceram com a terceira vaga de democratização.

Para explicar esta particularidade, foram identificados na literatura especializada duas variáveis. A primeira é a politização étnica. Vários autores preveem que umas das causas desta estabilidade eleitoral reside na transposição para a arena eleitoral das clivagens étnicas. Os resultados desta investigação permitem-nos afirmar que em alguns casos isto parece ser válido. Em alguns dos casos analisados, as correlações fortes entre distribuição de votação e de comunidades étnicas indicam que este é um factor a ter em conta. No entanto, este factor não deve ser considerado como inevitável. Pois existem outros casos nos quais o voto étnico é algo secundário ou mesmo inexistente. Assim sendo, não devemos considerar que as clivagens étnicas são um mero produto da heterogeneidade étnica de um país, pois necessitam de outros factores para serem activadas politicamente. Também se concluiu que este factor parece ser mais importante nos casos em que existe um sistema bipartidário competitivo.

A segunda variável identificada foi o neopatrimonialismo, um tópico recorrente na análise dos países da África subsariana. Vários autores apontam que a peculiar relação entre as elites africanas no poder e os recursos do estado, caracterizada por uma

diluição entre a barreira do público e do privado, pode explicar menores níveis de competição política. Foram identificadas duas vias através das quais esta variável pode afectar a competição eleitoral. A primeira foi o clientelismo, no entanto este fenómeno não parece ter impacto suficiente. A segunda via identificada passa pelo uso dos recursos do estado para, indirectamente, reduzir as possibilidades de competição da oposição. Esta segunda via parece ter um efeito explicativo maior, nomeadamente nos sistemas de partido dominante.

Estas duas dimensões parecem ser importantes para compreender a competição eleitoral nas democracias emergentes da África subsariana, mas também nos colocam algumas questões em aberto. Em primeiro lugar, fica por compreender porque razão em alguns casos a etnicidade é um factor importante na explicação do voto, enquanto que noutros não o é. Em que condições é que um partido procura o apoio étnico e em que condições o evita? Será que as características das comunidades étnicas determinam a sua activação política? Ou será que esta activação depende do contexto histórico?

A segunda pergunta que fica por responder é qual a variável independente entre uma tendência forte neopatrimonialista de um determinado Estado e dominação eleitoral de um único partido. O que causa o quê? Será que os partidos dominantes, na ausência de responsabilização horizontal, estão mais dispostos a apoderar-se dos recursos do Estado? Ou será que é a própria natureza do Estado que promove a criação de partidos dominantes? Mais importante ainda, qual o real impacto desta dimensão na competição política?

Finalmente, a terceira pergunta que fica por responder é que outros factores, para além da etnicidade e do neopatrimonialismo, podem explicar a tendência para vitória do incumbente? Será que esses factores estão a actuar no caso do Senegal?

Antes de concluir, é importante reflectir brevemente sobre a importância do estudo da competição eleitoral das democracias emergentes. Em primeiro lugar, o estudo deste fenómeno é importante pois permite-nos compreender melhor quais os interesses que estão representados na arena eleitoral. Como já foi referido, nesta região, a ideologia, enquanto esquerda e direita, não parece ser um bom instrumento para distinguir os diferentes partidos. Isto não significa que não existem interesses a serem

representados na competição eleitoral. No entanto, se esses interesses não forem identificados, não será possível julgar se um determinado sistema político está a ser eficaz ou se está a responder adequadamente aos seus cidadãos. Por outro lado, se algumas limitações são colocadas *a priori* à competição eleitoral, então a representação desses interesses pode ser limitada. Este é um problema, sobretudo tendo em conta as condições de vida da maioria dos cidadãos destes países e a incapacidade do Estado de as melhorar.

Em segundo lugar, o estudo da ausência de rotação de elites de forma pacífica é importante tendo em conta a história recente desta região. Numa região tão fértil para golpes de estado e conflitos armados, a exclusão permanente ou sistemática de uma determinada elite do poder pode contribuir para a instabilidade política. Nomeadamente nos casos em que a oposição já não considera a via eleitoral como uma via para alcançar o poder. Tendo isto em consideração, o aprofundamento do estudo do fenómeno eleitoral nesta região surge como um desafio para a Ciência Política.

BIBLIOGRAFIA

- Adejumobi, S. (2000). "Elections in Africa: A fading shadow of democracy?" *International Political Science Review*, 21(1), pp. 59–73.
- Anderson, B. (2005). *Comunidades Imaginadas: reflexões sobre a origem e a expansão do nacionalismo*, Lisboa, Edições 70.
- Baker, B. (1998). "The Class of 1990: how have the autocratic leaders of sub-Saharan Africa fared under democratisation?", *Third World Quarterly*, 19(1), 115–127.
- Banégas, R. (1998). "Marchandisation du vote, citoyenneté et consolidation démocratique au Bénin", *Politique africaine*, 69 pp.75–88.
- Basedau, M., & Stroh, A. (2011). "How Ethnic are African Parties Really? Evidence from four Francophone Countries", *International Political Science Review*, 33(1), pp. 5-24.
- Bates, R. (1983). "Modernization, ethnic competition, and the rationality of politics" in Rothchild, D. & Olorunsola, V. (Eds.) *Contemporary Africa State versus ethnic claims: African policy dilemmas*, Boulder, CO, Westview, pp 152-171.
- Battle, M., & Seely, J. C. (2010). "It's All Relative: Modeling Candidate Support in Benin". *Nationalism and Ethnic Politics*, 16(1), pp. 42–66.
- Bogaards, M. (2004). "Counting parties and identifying dominant party systems in Africa." *European Journal of Political Research*, 43(2), pp. 173–197.
- Brass, P. R. (2005). *Language, religion and politics in North India*, Lincoln, Backinprint. Com.
- Bratton, M. (1998). "Second elections in Africa". *Journal of Democracy*, 9, pp. 51–66.
- Bratton, M. (2011). "Neo-Patrimonialism" in Badie, B. Berg-Schlosser, D. & Morlino, L. (Orgs.) *International Encyclopedia of Political Science*. Thousand Oaks California, SAGE Publications.

- Bratton, M., Bhavnani, R., & Chen, T.-H. (2011). "Voting Intentions in Africa: Ethnic, Economic or Partisan?" *Afrobarometer Working Papers n° 127*. Acedido a 31/08/2012 em http://www.afrobarometer.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=772&Itemid=39
- Bratton, M., & Kimenyi, M. S. (2008). "Voting in Kenya: putting ethnicity in perspective". *Journal of Eastern African Studies*, 2(2), pp. 272–289.
- Bratton, M., & Van de Walle, N. (1994). "Neopatrimonial Regimes and Political Transitions in Africa." *World Politics*, 46(4), pp. 453-489.
- Bratton, M., & Van de Walle, N. (1997). *Democratic experiments in Africa: Regime transitions in comparative perspective*, Cambridge, Cambridge Univ Pr.
- Brownlee, J. (2007). *Authoritarianism in an Age of Democratization*. Cambridge, Cambridge Univ Pr.
- Brownlee, J. (2009). "Portents of pluralism: How hybrid regimes affect democratic transitions". *American Journal of Political Science*, 53(3), pp. 515–532.
- Cammack, D. (2007). "The logic of African neopatrimonialism: What role for donors?" *Development Policy Review*, 25(5), pp. 599–614.
- Carothers, T. (1997). "The observers observed" *Journal of Democracy*, 8(3), pp. 17–31.
- Carothers, T. (2002). "The end of the transition paradigm" *Journal of democracy*, 13(1), pp. 5–21.
- Chandra, K. (2001). "Cumulative findings in the study of ethnic politics". *APSA-CP Newsletter*, 12(1), pp. 7–25.
- Chandra, K. (2007). *Why ethnic parties succeed: Patronage and ethnic head counts in India*. Cambridge, Cambridge Univ Pr.
- Cheeseman, N., & Ford, R. (2007). "Ethnicity As A Political Cleavage", *Afrobarometer Working Papers n° 83*. Acedido em 31/08/2012 em

http://www.afrobarometer.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=163&Itemid=39

- Chege, M. (1996). "Between Africa's Extremes". in Diamond, L. & Plattner, M. F. (Orgs.), *The Global Resurgence of Democracy*, Baltimore, John Hopkins University Press, pp. 350-357.
- Collier, D., & Adcock, R. (1999). "Democracy and dichotomies: A pragmatic approach to choices about concepts". *Annual Review of Political Science*, 2(1), pp. 537–565.
- Collier, D., & Levitsky, S. (1997). "Democracy with adjectives: conceptual innovation in comparative research", *World Politics*, 49(03), pp. 430–451.
- Connor, W. (1972). "Nation-building or nation-destroying?", *World politics*, 24(3), pp. 319–355.
- Conroy-Krutz, J., & Lewis, D. (2011). "Mapping Ideologies in African Landscapes". *Afrobarometer Working Papers n° 129*. Acedido a 31/08/2012 em http://www.afrobarometer.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=778&Itemid=39
- Cotta, M. (2008). *Democracias, Partidos e Elites Políticas*. Coleção Estudos Políticos, Lisboa, Livros Horizonte.
- Dahl, R. A. (1982). *Dilemmas of pluralist democracy: Autonomy vs. Control*, New Haven, Yale Univ Pr.
- Dahl, R. A. (2006). *A Preface to Democratic Theory*. Chicago, University of Chicago Press.
- Diamond, L. (2002). "Thinking about hybrid regimes" *Journal of democracy*, 13(2), pp. 21–35.
- Downs, A. (1957). "An economic theory of political action in a democracy" *The*

- Journal of Political Economy*, 65(2), pp. 135–150.
- Eifert, B., Miguel, E., & Posner, D. N. (2010). “Political Competition and Ethnic Identification in Africa” *American Journal of Political Science*, 54(2), pp. 494–
- Eisenstadt, S. N. (1973). *Traditional Patrimonialism and Modern Neopatrimonialism*. Studies in comparative modernization series. Beverly Hills, Sage Publications.
- Eisenstadt, S. N. (2007). *Múltiplas Modernidades: Ensaios*. Lisboa: Livros Horizonte.
- Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa. (2004). *Botswana: Observer Mission Report, Parliamentary and Local Government Elections of 30 October*. Acedido a 31/08/2012 em <http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/BW/botswana-observer-mission-report-parliamentary-and/view>
- Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa. (2009). *Parliamentary and Local Government Elections 16 October 2009*. Acedido a 31/08/2012 em <http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/BW/Botswana-Parliamentary-and-Local-Government/view>
- Elklit, J., & Svensson, P. (1997). “What makes elections free and fair?” *Journal of Democracy*, 8(3), pp. 32–46.
- Erdmann, G., & Engel, U. (2007). “Neopatrimonialism reconsidered: critical review and elaboration of an elusive concept” *Commonwealth & Comparative Politics*, 45(1), pp. 95–119.
- Ferree, K., & Horowitz, J. (2007). “Identity Voting and the Regional Census in Malawi” *Afrobarometer Working Papers n° 72*. Acedido a 31/08/2012 em http://www.afrobarometer.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=153&Itemid=39
- Frimpong-Ansah, J. H. (1992). *The vampire state in Africa: The political economy of decline in Ghana*. Trenton, NJ, Africa World Press.

- Geertz, C. (1963). "The integrative revolution: primordial sentiments and civil politics in the new states". in, Geertz, C. (Ed.) *Old societies and new states*, New York, Free Press. pp. 105–157.
- Gellner, E. (2004). *Nations and Nationalism*. Oxford, Blackwell Publishing.
- Gerring, J. (2010). "Case Selection for Case-Study Analysis" In Box-Steffensmeier, J. M., Brady, H. E. & Collier, D (Eds.), *The Oxford Handbook of Political Methodology* (p. 645-684). Oxford, Oxford University Press.
- Golosov, G. V. (2010). "The Effective Number of Parties A New Approach" *Party Politics*, 16(2), pp. 171-192.
- Hagopian, F. (2007). "Parties and Voters in Emerging Democracies" in Boix, C. & Stokes, S.C. (Eds.), *The Oxford Handbook of Comparative Politics* Oxford, Oxford University Press, pp 582-603.
- Hargreaves, J. (1990). *Decolonization in Africa*. London, Longman.
- Hechter, M. (1986). "Rational choice theory and the study of race and ethnic relations" Rex, John & Mason, David (Eds.) *Theories of race and Ethnic Relations*, Cambridge, Cambridge University Press, pp. 264–279.
- Hechter, Michael. (1977). *Internal Colonialism: The Celtic Fringe in British National Development, 1536-1966*, Berkeley, University of California Press.
- Hechter, Michael, & Levi, M. (1979). "The Comparative Analysis of Ethnoregional Movements" *Ethnic and Racial Studies*, 2(3), pp.260–274.
- Herbst, J. (2001). "Political liberalization in Africa after ten years". *Comparative Politics*, 33, pp. 357–375.
- Higley, J. (2010). *Elites e Democracia*. Coleção Estudos Políticos, Lisboa, Livros Horizonte.
- Hobsbawm, E. J., & Ranger, T. O. (1992). *The Invention of Tradition*. Cambridge,

- Horowitz, D. L. (2003). "Electoral Systems: A primer for decision makers". *Journal of Democracy*, 14(4), pp. 115–127.
- Horowitz, D. L. (2005). *Ethnic Groups in Conflict*, London, University of California Press.
- Jung, C. (2006). "Race, Ethnicity, Religion". In Goodin, R. & Tilly, C. (Orgs.), *The Oxford Handbook of Contextual Political Analysis*. Oxford, Oxford University Press.
- Karl, T. L., & Schmitter, P. (1991). "What democracy is... and is not" *Journal of Democracy*, 2(3), pp. 75–88.
- Kopecký, P. (2011). "Clientelism" in Badie, B. Berg-Schlosser, D. & Morlino, L. (Orgs.) *International Encyclopedia of Political Science*. Thousand Oaks California, SAGE Publications.
- Laitin, D. D. (1986). *Hegemony and Culture: Politics and religious change among the Yoruba*. Chicago, University of Chicago Press.
- Lavrov, D. (1975). *Partidos Políticos da África Negra*. Amadora, Bertrand.
- Le Vine, V. T. (1980). "African Patrimonial Regimes in Comparative Perspective". *Journal of Modern African Studies*, 18(4), pp. 657–673.
- Lemarchand, R. (1972). "Political Clientelism and Ethnicity in Tropical Africa: Competing solidarities in nation-building." *The American Political Science Review*, 66(1), pp. 68–90.
- Lemarchand, R., & Legg, K. (1972). "Political Clientelism and Development: A preliminary analysis". *Comparative Politics*, 4(2), pp. 149–178.
- Levitsky, S., & Way, L. A. (2002). "The Rise of Competitive Authoritarianism" *Journal of democracy*, 13(2), pp. 51–65.

- Lijphart, A. (1977). *Democracy in plural societies: A comparative exploration*. New Haven, Yale Univ Pr.
- Lijphart, A. (2004). "Constitutional Design for Divided Societies". *Journal of Democracy*, 15 (2) , pp. 96–109
- Lindberg, S. I. (2006). *Democracy and Elections in Africa*. Baltimore, John Hopkins University Press.
- Lindberg, S. I. (2007). "Institutionalization of Party Systems? Stability and fluidity among legislative parties in Africa's democracies" *Government and opposition*, 42(2), pp. 215–241.
- Lindberg, S. I., & Morrison, M. K. . (2008). Are African voters really ethnic or clientelistic? Survey evidence from Ghana. *Political Science Quarterly*, 123(1), 95–122.
- Linz, J. J. (2000). *Totalitarian and authoritarian regimes*. Boulder, Lynne Rienner Pub.
- Lipset, S. M., & Rokkan, S. (1992). "Estruturas de Clivagem, Sistemas Partidários e Alinhamentos de Eleitores" in Lipset, S.M. *Consenso e Conflito* Lisboa: Gradiva, pp. 161-259
- Macuane, J. J. (2009). "O semipresidencialismo (?) em Moçambique (1986 a 2008)". in Lobo, M. C. & Neto, O. A. (Orgs.), *O Semipresidencialismo nos Países de Língua Portuguesa*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.
- Mahoney, J., & Thelen, P. L. (2010). Comparative-historical Analysis in Contemporary Political Science. In Box-Steffensmeier, J. M., Brady, H. E. & Collier, D. (Orgs.), *The Oxford Handbook of Political Methodology* Oxford: Oxford University Press, pp. 737-755.
- Mamdani, M. (1996). *Citizen and subject*. Cambridge, Cambridge Univ Press.
- Marshall, M. G., Gurr, T. R., & Jaggers, K. (2010). *Polity IV Dataset User's Manual*.

- Center for Systemic Peace. Acedido a 31/08/2012 em <http://www.systemicpeace.org/inscr/p4manualv2010.pdf>
- Mattes, R. (2004). “Understanding Identity in Africa: a First Cut.” *Afrobarometer Working Papers* nº 38. Acedido a 31/08/2012 em http://www.afrobarometer.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=124&Itemid=39
- Médard, J. F. (1982). “The underdeveloped state in tropical Africa: Political clientelism or neo-patrimonialism” in Clapman, C., *Private Patronage and Public Power: political clientelism in the modern state*. London, Frances Pinter, pp- 162-192.
- Mill, J. S. (1974). *VII Collected Works - A System of Logic Ratiocianitive and Inductive*. Toronto, University of Toronto Press.
- Mira, A. N. (1964). *Moscow: Miklukho-Maklai Ethnological Institute at the Department of Geodesy and Cartography of the State Geological Committee of the Soviet Union*. Moscow.
- Morgenthau, R. S. (1961). “Single-party Systems in West Africa”. *The American Political Science Review*, 55(2), pp. 294–307.
- Morgenthau, R. S. (1964). *Political parties in French-speaking West Africa*. Oxford, Clarendon Press.
- Mozaffar, S., Scarritt, J. R., & Galaich, G. (2003). “Electoral Institutions, Ethnopolitical Cleavages, and Party Systems in Africa’s Emerging Democracies”. *American Political Science Review*, 97(03), pp. 379–390.
- National Democratic Institute. (1996). *NDI Pre-Election Report: The May 16, 1996 Presidential Election in the Dominican Republic* | NDI. Acedido a 31/8/2012 em <http://www.ndi.org/node/13851>
- Nohlen, D. (Org.). (2005). *Elections in the Americas - A Data Hanbook*, Vol. II Oxford, Oxford University Press.

- Nohlen, D., & Stöver, P. (Orgs.). (2010). *Elections in Europe - A Data Handbook*. Baden-Baden, Nomos.
- Nohlen, Dieter, Krennerich, M., & Thibaut, B. (1999). *Elections in Africa: A data handbook*. Oxford, Oxford University Press, USA.
- Norris, P., & Mattes, R. (2003). “Does Ethnicity Determine Support for the Governing Party?” *Afrobarometer Working Papers n° 26*. Acedido a 31/8/2012 em http://www.afrobarometer.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=110&Itemid=39
- O'Donnell, G. (1996). “Illusions about consolidation”. *Journal of Democracy*, 7, pp. 34–51.
- O'Donnell, G. A., Schmitter, P. C., & Whitehead, L. (1986). *Transitions from authoritarian rule: comparative perspectives* (Vol. 3), Baltimore, Johns Hopkins Univ Pr.
- Organisation Internationale de la Francophonie. (1993). *Sénégal: Rapport de la mission d'observation, élections présidentielles du 21 février*, Organisation internationale de la Francophonie (1993) — ACE Electoral Knowledge Network. Acedido a 31/08/2012 em <http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/SN/senegal-rapport-de-la-mission-d2019observation-2/view>
- Organisation Internationale de la Francophonie. (1995). *Rapport de la mission explorative, élections législatives du 3 au 7 janvier*. Acedido a 31/08/2012 em <http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/BJ/benin-rapport-de-la-mission-explorative-elections/view>
- Organisation Internationale de la Francophonie. (2001a). *Rapport de la mission d'observation, élections présidentielles des 4 et 22 mars*. Acedido a 31/08/2012 em <http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/BJ/benin-rapport-de-la-mission-d2019observation/view>
- Organisation Internationale de la Francophonie. (2001b). *Sénégal: Rapport de la*

- mission d'observation, élections législatives anticipées du 29 avril*. Acedido a 31/08/2012 em de <http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/SN/senegal-rapport-de-la-mission-d2019observation/view>
- Organisation Internationale de la Francophonie. (2003). *Rapport de la mission d'observation, élections législatives du 30 mars*. Acedido a 31/08/2012 em <http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/BJ/benin-rapport-de-la-mission-dobservation-elections-1/view>
- Organisation Internationale de la Francophonie. (2011). *Rapport de la mission francophone d'information et de contact, élection présidentielle du 13 mars*. Acedido a 31/08/2012 em <http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/BJ/benin-rapport-de-la-mission-francophone/view>
- Petersen, R. D. (2002). *Understanding Ethnic Violence: Fear, hatred, and resentment in twentieth-century Eastern Europe*. Cambridge Cambridge Univ Pr.
- Posner, D. N. (2007). "Regime Change and Ethnic Cleavages in africa". *Comparative Political Studies*, 40(11), pp. 1302–1327.
- Posner, D. N., Bannon, A., & Miguel, E. (2004). "Sources of Ethnic Identification in Africa" *Afrobarometer Working Papers n° 44*. Acedido a 31/08/2012 em http://www.afrobarometer.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=127&Itemid=39
- Rabushka, A., & Shepsle, K. A. (1972). *Politics in Plural Societies: A theory of democratic instability*. Columbus, Merril.
- Ragin, C. C. (1979). "Ethnic political mobilization: the Welsh case" *American Sociological Review*, 44, pp. 619–635.
- Robinson, A. L. (2009). "National versus Ethnic Identity in Africa: State, Group, and Individual Level Correlates of National Identification". *Afrobarometer Working Papers n° 112*. Acedido a 31/8/2012 em <http://www.afrobarometer.org/index.php>

- Romanelli, R. (2008). *Duplo Movimento: Ensaios de História*. Coleção Estudos Políticos. Lisboa, Livros Horizonte.
- Roth, G. (1968). "Personal Rulership, Patrimonialism, and Empire-building in the New States". *World Politics*, 20(02), pp. 194–206.
- Rueschemeyer, D., Stephens, E. H., & Stephens, J. (1992). *Capitalist Development and Democracy*. Chicago, Chicago University Press.
- Sandbrook, R. (1996). "Transitions without Consolidation: democratization in six African cases". *Third World Quarterly*, 17(1), pp. 69–88.
- Sartori, G. (1987). *The Theory of Democracy Revisited: The Classical Issues*. Chatham, N.J, Chatham House Publishers.
- Sartori, G. (1994). *Partidos y sistemas de partidos* (2ª ed.). Madrid, Alianza Universidad.
- Scarritt, J. R. (2006). "The Strategic Choice of Multiethnic Parties in Zambia's Dominant and Personalist Party System." *Commonwealth & Comparative Politics*, 44(2), 234-256.
- Scarritt, J. R., & Mozaffar, S. (1999). "The Specification of Ethnic Cleavages and Ethnopolitical Groups for the Analysis of Democratic Competition in Contemporary Africa". *Nationalism and Ethnic Politics*, 5(1), pp. 82–117.
- Scott, J. C. (1972). "Patron-Client Politics and Political Change in Southeast Asia". *The American Political Science Review*, 66(1), pp. 91-113.
- Shefter, M. (1994). *Political Parties and the State: The American historical experience*. Cambridge, Cambridge Univ Press.
- Shils, E. (1957). "Primordial, Personal, Sacred and Civil ties: Some particular observations on the relationships of sociological research and theory" *The*

British journal of sociology, 8(2), pp. 130–145.

Shipway, M. (2008). *Decolonization and its Impact: a comparative approach to the end of the colonial empires*. Oxford, Blackwell Publishing.

Stock, R. (2004). *Africa South of the Sahara: A Geographical Interpretation*. New York, Guilford Press.

Stokes, S. C. (2007). “Political Clientelism”. in Boix, C. & Stokes, S. C. (Orgs.), *The Oxford Handbook of Comparative Politics*. Oxford, Oxford University Press, pp. 604.627

Suny, R. G. (2001). “Constructing Primordialism: Old histories for new nations” *The Journal of Modern History*, 73(4), pp. 862–896.

The Carter Center. (1999). *Mozambique: Final Report, General Elections*,. Acedido a 31/8/2012 em <http://aceproject.org/regions-en/countries-and-territories/MZ/reports/Mozambique%20Final%20Report%20-1999.pdf/view>

The Carter Center. (2005). *Mozambique: Observing The 2004 Mozambique Elections*. Acedido a 31/8/2012 em <http://aceproject.org/regions-en/countries-and-territories/MZ/reports/Final%20Report%20Mozambique%20-%202004.pdf/view>

Theobald, R. (1982). “Patrimonialism” *World Politics: A Quarterly Journal of International Relations*, pp. 548–559.

União Europeia. (2004). *Mozambique: Final Report, Presidential and Parliamentary Elections*. Acedido a 31/8/2012 em <http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/MZ/mozambique-final-report-presidential-and/view>

União Europeia. (2008). *Ghana: Final Report, Presidential and Parliamentary Elections*, EU,. Acedido a 31/8/2012 em <http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/GH/ghana-final-report-presidential-and-parliamentary/view>

- União Europeia. (2009). *Mozambique: Final Report, Presidential, Legislative and Provincial Assembly Elections*. Acedido a 31/8/2012 em <http://aceproject.org/ero-en/regions/africa/MZ/mozambique-final-report-presidential-legislative/view>
- União Europeia. (2012). *Rapport Final Senegal 2012*. Acedido a 31/8/2012 em http://www.eueom.eu/files/pressreleases/english/rapport-final-moe-ue-senegal-160512_fr.pdf
- Vail, L. (1989). *The Creation of Tribalism in Southern Africa*. Berkeley, University of California Press.
- Van de Walle, N. (2002). “Africa’s Range of Regimes”. *Journal of Democracy*, 13(2), pp. 66–80.
- Van de Walle, N. (2003). “Presidentialism and Clientelism in Africa’s Emerging Party Systems” *The Journal of Modern African Studies*, 41(02), pp. 297–321.
- Van de Walle, N. (2009). “Démocratisation en Afrique: un bilan critique.” In Gazibo, M. & Thiriot, C. (Orgs.), *Le Politique en Afrique* Paris, KARTHALA Editions, pp 135-164.
- Van Evera, S. (2001). “Primordialism lives!” *Newsletter of the Organized Section in Comparative Politics of the American Political Science Association*, 12(1), pp. 20–22.
- Varshney, A. (2003). *Ethnic Conflict and Civic Life: Hindus and Muslims in India*. New Haven, Yale Univ Pr.
- Varshney, A. (2007). “Ethnicity and Ethnic Conflict.” in Boix, C. & Stokes, S. C. (Orgs.), *The Oxford Handbook of Comparative Politics* Oxford, Oxford University Press, pp. 274–295.
- Vicente, P. C. (2007). “Is vote buying effective? Evidence from a field experiment in West Africa” *University of Oxford, Centre for the Study of African Economies*,

- Vicente, P. C., & Wantchekon, L. (2009). "Clientelism and Vote Buying: lessons from field experiments in African elections" *Oxford Review of Economic Policy*, 25(2), pp. 292–305.
- Wallerstein, I. (1965). "Ethnicity and National Integration in West Africa". in. Berghe, V. D (Org.), *Africa: Social Problems of Change and Conflict*, San Francisco, Chandler Publishing Company, pp. 472-482.
- Wallerstein, I. (1979). *The capitalist world-economy: essays* (Vol. 2). Cambridge, Cambridge Univ Pr.
- Wantchekon, L. (2003). "Clientelism and voting behavior: Evidence from a field experiment in Benin" *World Politics*, 55 (3) pp. 399–422.
- Weber, M. (1946). *From Max Weber: Essays in Sociology*. New York, Oxford University Press.
- Weber, M. (1978). *Economy and Society: an outline of interpretive sociology* (Vols. 1-2). Berkeley, University of California Press.
- Young, C. (2004). "The End of the Post-colonial State in Africa? Reflections on changing African political dynamics." *African Affairs*, 103(410), pp. 23–49.
- Young, D. J. (2009). "Support You Can Count On? Ethnicity, Partisanship, and Retrospective Voting in Africa." *Afrobarometer Working Papers n° 115*. Acedido a 31/8/2012 em http://www.afrobarometer.org/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=193&Itemid=39
- Zartman, I. W. (1976). "Europe and Africa: decolonization or dependency?" *Foreign Affairs*, pp. 325–343.

FONTES

African Elections Database – <http://africanelections.tripod.com/>

Afrobarometer – <http://afrobarometer.org/>

Base de Dados de Staffan Lindberg – <http://www.clas.ufl.edu/users/sil/downloads.html>

Carter Center – <http://www.cartercenter.org/peace/democracy/des.html>

Comissão Eleitoral Independente do Bostuana – <http://www.iec.gov.bw/>

Comissão Eleitoral do Gana – http://www.ec.gov.gh/election_result

Comissão Nacional de Eleições de Moçambique – <http://www.stae.org.mz>

Electoral Institute for Sustainable Democracy in Africa – <http://www.eisa.org.za>

International Institute for Democracy and Electoral Assistance – www.idea.int

Missões de Observação Eleitoral da União Europeia – <http://eueom.eu/>

National Democratic Institute – <http://www.ndi.org/elections>

Secretariado da Commonwealth – www.thecommonwealth.org

